

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

Carolina Fernandes Alves

**OS DICIONÁRIOS DE USO NO BRASIL: O CASO DO DUPB (2002)
E DO DUPC (2004)**

Porto Alegre, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

Carolina Fernandes Alves

OS DICIONÁRIOS DE USO NO BRASIL: O CASO DO DUPB (2002) E
DO DUPC (2004)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Licenciada em Letras. Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de
Letras.

Orientador: Prof. Dr. Félix Bugeño Miranda

Porto Alegre, 2012

“A palavra é o meu domínio sobre o mundo.”

Clarice Lispector

RESUMO

Dicionários são instrumentos normativos por natureza, mesmo quando alguns desejam ser apenas descritivos. Os tipos de informações oferecidas constituem-nos como ferramentas de orientação idiomática, característica enfatizada pela expectativa do usuário ao consultá-los. Apesar de ser considerada uma obra descritiva, o chamado *dicionário de uso* também possui um efeito normativo. A concepção do que seja “uso”, no entanto, dependerá se essa característica normativa é ou não reconhecida pelos autores da obra. Sendo assim, os objetivos do presente trabalho são, em primeiro lugar, verificar qual a concepção de “uso” adotada pelo *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (2002) e pelo *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo* (2004). Em um segundo momento, deveremos analisar se as informações apresentadas por essas obras condizem com o que entendem como “uso”. Finalmente, deveremos verificar se essas informações qualificam essas obras como parte do genótipo “dicionário de uso”.

Palavras-chave: lexicografia, dicionário de uso, normatividade.

RESUMEN

Diccionarios son instrumentos normativos por su propia naturaleza, aunque algunos intenten ser descriptivos solamente. Las informaciones ofrecidas los convierten en herramientas de orientación idiomática, característica que la expectativa del usuario enfatiza al consultarlas. A pesar de que la consideren una obra descriptiva, el llamado *diccionario de uso* también posee un efecto normativo. La concepción de lo que sea “uso”, sin embargo, dependerá si los autores de la obra reconocen o no esa característica normativa. Luego, los objetivos del presente trabajo son, primeramente, verificar cuál la concepción de “uso” que el *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (2002) y el *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo* (2004) adoptan. En un segundo momento, deberemos analizar si las informaciones que esas obras presentan conciden con lo que entienden como “uso”. Finalmente, deberemos verificar si esas informaciones califican las obras como parte del genotipo “diccionario de uso”.

Palabras-clave: lexicografía, diccionarios de uso, normatividad.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

apud – citado por

cf. - conferir

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CPC – Centro Popular de Cultura e Código de Processo Civil

etc. – *et cetera* (e outros)

ex-nihilo – do nada (no caso deste trabalho, arbitrariamente)

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

G3 – Gerais 3

ibid – na mesma obra

nt. - nota

NURC – Projeto Norma Urbana Culta

p. - página

PB – português brasileiro

PCI – Programa Constante de Informações

PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RAE – Real Academia Española

s.v – *sub voce* (sob o lema)

sc. – *scilicet* (a saber)

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

VTD – Verbo Transitivo Direto

VTI – Verbo Transitivo Indireto

DICIONÁRIOS ANALISADOS

DUPB (2002) – Dicionário de Usos do Português do Brasil
DUPC (2004) – Dicionário Unesp do Português Contemporâneo

DICIONÁRIOS CITADOS

AuE (1999) – Novo Dicionário Aurélio do Século XXI (versão digital)
Caldas Aulete Digital - iDicionário Aulete da Língua Portuguesa
DPD – Diccionario Pahnispánico de Dudas (versão *on-line*)
DPRN (2010) – Dicionário Prático de Regência Nominal
DPRV (2010) – Dicionário Prático de Regência Verbal
DRAE – Diccionario de la Real Academia Española (versão *on-line*)
DUE (1999) – Diccionario de Uso del Español
DUEAE (2002) – Diccionario de Uso del Español de América y España
DVR (2003) – Dicionário de Verbos e Regimes
GDUEA (2001) – Gran Diccionario de Usos del Español Actual
HouE (2001) – Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (versão digital)
Mi (1998) – Michaelis. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa
VOLP (2009) – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (versão *on-line*)

CORPORA CITADOS

CREA – Corpus de Referencia del Español Actual
CB - Corpus Brasileiro
CP - Corpus do Português
G- Google

SUMÁRIO

RESUMO	iv
RESUMEN	v
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vi
DICIONÁRIOS ANALISADOS	vii
DICIONÁRIOS CITADOS.....	vii
<i>CORPORA</i> CITADOS.....	vii
SUMÁRIO.....	8
AGRADECIMENTOS.....	10
INTRODUÇÃO	11
1. DEFININDO OS TERMOS “NORMA”, “CORREÇÃO” E “USO”	14
1.1. O conceito de norma.....	14
1.1.1. A língua como diassistema	15
1.2. A mudança linguística	16
1.3. A questão da norma linguística no Brasil	18
1.3.1. Os problemas em definir-se a norma ideal brasileira	19
1.3.2. O papel dos estudos da linguagem e da escola na educação linguística da população.....	25
2. O DICIONÁRIO E A NORMATIVIDADE	27
2.1. O caráter normativo dos dicionários e seu <i>status</i> de autoridade.....	27
2.2. Taxonomias de dicionários.....	29
2.2.1. O lugar do dicionário de uso em uma taxonomia de obras lexicográficas: definindo o genótipo por critérios linguísticos e funcionais.....	30
2.3. O dicionário de uso e a norma linguística brasileira	36
3. POR QUE DICIONÁRIOS DE USO?	38
4. O DUPB (2002) E O DUPC (2004) SOB ANÁLISE.....	40
4.1. O DUPB (2002).....	40
4.1.1. A constituição do <i>corpus</i>	40
4.1.2. O <i>front matter</i>	41

4.1.3.	Distinção <i>Type x Token</i>	43
4.1.4.	Informação Sintática	51
4.1.5.	Marcas e notas de uso.....	59
4.1.6.	Exemplos ou abonações.....	63
4.2.	O DUPC (2004).....	71
4.2.1.	A constituição do <i>corpus</i>	71
4.2.2.	O <i>front matter</i>	71
4.2.3.	Distinção <i>Type x Token</i>	73
4.2.4.	Informação sintática.....	77
4.2.5.	Marcas e notas de uso.....	84
4.2.6.	Exemplos ou abonações.....	90
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	Limites do estudo e perspectivas	99
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
	DICIONÁRIOS.....	104
	APÊNDICE 1 – FREQUÊNCIAS COMPARADAS	106
	Frequências Comparadas (distinção <i>type/token</i>)	107

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo amor e apoio incondicionais. Obrigada por sempre confiarem nas minhas decisões e por sempre me acharem capaz. Não há incentivo melhor do que esse! Amo muito a todos!

Ao meu melhor amigo, ao meu eterno amor, Bruno, pelo amor pleno, sincero e cheio de energia, por estar sempre ao meu lado me apoiando, torcendo, vibrando e orientando. Obrigada por me fazer cada dia mais feliz!

Aos meus poucos e bons amigos, Camilla, Iris, Biu, Luíza e Lili, pelos inúmeros momentos nos quais, mesmo sem saberem, a amizade de vocês me motivou e confortou.

À minha segunda família, os Pastoriza, pelo carinho e incentivo. Aos Lima e aos De Carli, também meu carinho especial.

Aos meus professores, por contribuírem com excelência para a minha formação profissional.

A todos os meus colegas de curso, pelos sentimentos compartilhados sobre ser letrista e pela diversidade enriquecedora de opiniões.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa, pelas trocas de experiências e pelo aprendizado em parceria.

Ao meu professor orientador, Félix Bugueño Miranda, pelo empenho exemplar em formar uma profissional qualificada, pelo incentivo, pela confiança e pelo carinho.

Cada um, à sua maneira, foi importante para que eu chegasse até aqui. Nada mais justo que agradecer pela companhia durante essa caminhada.

Obrigada!

INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, surgem no cenário lexicográfico os chamados dicionários de uso, tipo de obra que tem como objetivo, segundo Zanatta (2006, p.9), apresentar aos falantes a língua efetivamente em uso pela comunidade linguística à qual pertence. A lexicografia brasileira possui dois dicionários ditos de uso¹: o *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (2002), de agora em diante DUPB (2002), e o *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo* (2004), de agora em diante DUPC (2004), ambos elaborados sob a coordenação de Francisco da Silva Borba.

No caso do Brasil, a definição de um dicionário de uso como genótipo lexicográfico é permeada pela questão amplamente discutida, e ainda pouco definida, da norma ideal brasileira². Há um grande impasse em delimitar como deve ser entendido o termo *norma* e qual é ou deveria ser a norma linguística brasileira. Essa discussão pauta-se no descompasso existente entre a realidade linguística de nosso país, a orientação linguística que os falantes buscam e aquela que de fato obtêm, a saber, uma orientação que não se baseia completamente na realidade linguística brasileira³.

Considerando que o dicionário é um dos principais instrumentos de orientação no uso de uma língua, a definição genotípica de um dicionário de uso parece bastante propícia para o caso brasileiro, posto que, potencialmente, ao oferecer aos usuários uma imagem da língua portuguesa efetivamente em uso, poderia contribuir para a diminuição do abismo entre a realidade linguística e a orientação idiomática existentes no Brasil. No entanto, tal utilidade está diretamente relacionada à concepção de *uso* adotada pelo lexicógrafo ao elaborar a obra. Isso porque, em linguística, o termo *uso*, do ponto de vista metodológico, pode ser entendido como frequência ou como orientação idiomática, ou seja, como descrição da língua sincronicamente tal qual os falantes a utilizam (norma real) ou como a fixação de parâmetros balizadores da adequação

¹ DUE (1999), DEA (1999), GDUEA (2001) e DUEAE (2002) são exemplos de dicionários de uso da língua espanhola.

² Zanatta (2010, p. 31-41) traça um panorama das diversas designações ao termo norma dadas por autores como Lucchesi (1994), Mattos e Silva (1995), Bagno (2003; 2007), Castilho (2004), Antunes (2007) e Faraco (2008).

³ Para mais informações sobre essas questões, cf. a seção 1.3.2. desse trabalho.

linguística (norma ideal). Nesse último caso, esses parâmetros podem ser fixados a partir dos fatos da norma linguística real ou de modo *ex nihilo*.

Embora se possa pensar que um dicionário de uso visa à pura descrição, existe o que Welker (2004, p. 183-186) chama de “efeito normativo de dicionários não normativos”. Não obstante esse tipo de obra lexicográfica não tenha como objetivo essencial prescrever sobre o uso da língua, almejando tão só descrê-lo, inevitavelmente exerce essa função por, basicamente, dois motivos. Em primeiro lugar, ao apresentar elementos como a ortografia, marcas de uso e indicações sintáticas, por exemplo, o dicionário acaba sendo “naturalmente” normativo⁴. Além disso, todo falante possui dúvidas sobre a língua que fala e busca resolvê-las de alguma forma. Farias (2009, p. 75) e Zanatta (2010, p. 28) chamam “anseio normativo” a vontade ou necessidade que o usuário sente de receber orientações sobre sua língua. Nesse sentido, o dicionário (mesmo o de uso) também é normativo porque “o usuário que se propõe consultar um dicionário o faz para se inteirar da maneira correta, ou usual, do emprego dos elementos linguísticos” (WELKER, 2004, p. 189).

Portanto, a própria expectativa do usuário de uma língua ao consultar um dicionário já confere a essa obra um caráter normativo, reforçando a sua normatividade inerente. Nesse sentido, pode-se afirmar que o dicionário desfruta de um *status* de autoridade nas comunidades linguísticas, pois “(...) por mais descritivo que se declare, um dicionário é sempre tido por seus usuários como uma obra de referência, isto é, como “norma ideal”, pois recorre-se a ele para se esclarecer dúvidas” (PERUZZO, 2007, p. 74).

Para Zanatta (2010, p. 29), o que em grande parte motiva o anseio normativo é uma série de crenças que os falantes possuem em relação à sua língua. No caso do Brasil, são exemplos de crenças⁵ as de que o português é uma língua difícil e que somente em Portugal se fala bem o português. Os falantes anseiam por uma orientação linguística com a finalidade de averiguar e legitimar o uso que fariam da língua em momentos que sentem que necessitam adequá-lo. A esse respeito, Faraco (2005, p. 26), afirma que

⁴ Para um panorama detalhado sobre a questão problemática da norma linguística no Brasil e sobre a normatividade em dicionários da Língua Portuguesa, cf. Zanatta, 2010.

⁵ Bagno (1999) elenca oito “mitos” sobre a língua portuguesa, relacionando-os com a existência de um preconceito linguístico que estaria fundamentado nas diferenças sociais existentes em nosso país.

(...) há uma forte correlação entre situações formais e o uso preferencial de formas linguísticas mais conservadoras: o falante, para satisfazer às expectativas sociais, procura evitar nesses contextos formas próprias do vernáculo.

Contudo, o problema que verificamos não está no fato de haver um efeito normativo inclusive em dicionários de uso. A grande questão, estreitamente relacionada com a orientação a ser recebida pelos falantes, é saber como é concebido o termo “uso” pelas obras analisadas (como descrição, como prescrição baseada nos fatos da norma ou como normatividade *ex-nihilo*).

A partir das considerações precedentes, as quais serão posteriormente desenvolvidas, pautamos para a presente monografia os seguintes objetivos:

- a) verificar a (s) concepção (ões) de “uso” do DUPB (2002) e do DUPC (2004);
- b) analisar se as informações presentes nessas obras condizem com sua (s) concepção (ões) sobre o que seja “uso”;
- c) verificar se as informações contidas nesses dicionários, de fato, refletem a norma real brasileira, cumprindo adequadamente com a função de orientação linguística e, conseqüentemente, adequando os dicionários em estudo ao genótipo “dicionário de uso”;

Para alcançarmos tais objetivos, serão analisadas as introduções dos dicionários em estudo, a constituição de seus *corpora* como também alguns verbetes à luz de princípios macro e microestruturais transversais à problemática que motivou a realização do presente trabalho. Essas análises deverão basear-se nos seguintes pressupostos teóricos:

- a) necessidade de se definir o que seja “norma”, “correção” e “uso”;
- b) necessidade de se definir parâmetros metalexigráficos para o tratamento da língua enquanto diassistema;
- c) necessidade de se elaborar uma taxonomia de obras lexicográficas;
- d) necessidade de se elaborar uma teoria da concepção de dicionários de uso como genótipo lexicográfico.

1. DEFININDO OS TERMOS “NORMA”, “CORREÇÃO” E “USO”

Embasados principalmente nos estudos de Coseriu (1979 e 1980) e Zanatta (2006 e 2010), definiremos, no presente capítulo, nosso entendimento sobre os conceitos de “norma”, “correção” e “uso”, tendo em vista a diversidade terminológica e conceitual com que são abordados em linguística.

1.1. O conceito de norma

Desde que Saussure propôs as dicotomias *língua e fala*, *sincronia e diacronia*, *significante e significado* e *paradigma e sintagma*, outros grandes linguistas do século XX se dedicaram a repensar e aprimorar os estudos do linguista suíço, como, por exemplo, Coseriu (1952), Schaff (1968) e Hjelmslev (1975). De acordo com os estudos que realizamos em lexicografia, e, mais especificamente, para os objetivos estipulados para o presente trabalho, nos interessa a concepção tripartida de língua proposta por Coseriu (1979)⁶.

Segundo o estudioso, a dicotomia saussureana *língua e fala* “é demasiado rígida, isto é, [*sc.* ignora] o ponto onde a “língua” e a “fala” se encontram e se combinam” (COSERIU, 1979, p. 45). Em outras palavras, a dicotomia proposta por Saussure não permite verificar como se passa do sistema, abstrato, à fala, concreta, sendo necessário um nível intermediário, a saber, o da norma. Esse nível intermediário, de acordo com Coseriu (*ibid*), está diluído no conceito saussureano de língua. Conforme o autor, a língua como sistema abstrato de oposições funcionais (sistema) e a língua como instituição social que contém elementos não funcionais (norma) parecem ser tratadas indistintamente no Curso de Linguística Geral.

O entendimento bipartido de língua apontado acima e o conceito de fala compõem a tricotomia coseriana. Para Coseriu (1979, p.72-74), o sistema é uma entidade abstrata, o conjunto de possibilidades e oposições funcionais do falar de uma comunidade linguística. Já a norma, também abstrata (num segundo nível, intermediário entre o abstrato e o concreto), é “a realização do sistema em suas múltiplas possibilidades e

⁶ Embora a tricotomia “sistema, norma e fala” tenha sido proposta por Coseriu em 1952, citaremos aqui a versão à qual tivemos acesso: a de 1979.

varia de acordo com cada comunidade linguística” (ZANATTA, 2010, p. 25). Por fim, a fala seria a “realização individual-concreta da norma, que contém a própria norma e, ademais, a originalidade expressiva de cada falante.” (COSERIU, 1979, p. 74).

1.1.1. A língua como diassistema

Na tricotomia coseriana, o sistema corresponde ao que o autor denominou como *língua histórica*, ou seja, uma

(...) língua constituída historicamente como unidade ideal e identificada como tal pelos seus próprios falantes e pelos falantes de outras línguas, habitualmente através de um adjetivo próprio (COSERIU, 1980, p. 110).

Quando nos referimos, por exemplo, às línguas *portuguesa, espanhola, alemã*, etc., estamos nos referindo a línguas históricas, línguas que, conforme Coseriu (1980, p. 101-117), apresentam variedades internas nos eixos diatópico (espaço geográfico), diafásico (contexto de comunicação) e diastrático (origem sociocultural dos falantes)⁷. Por outro lado, numa perspectiva sincrônica, correspondem a esses três eixos

(...) três tipos de unidades de sistemas linguísticos mais ou menos uniformes, ou seja, de “línguas” pertencentes à mesma língua histórica: unidades consideradas em um só ponto do espaço ou que (praticamente) não apresentam diversidade espacial, isto é, unidades sintópicas (...), sinstráticas e sinfásicas (COSERIU, 1980, p. 12).

As línguas pertencentes a uma língua histórica são chamadas de *línguas funcionais*⁸, entendidas também como “normas”. Dessa perspectiva, Coseriu (1980, p. 112) concebe a língua histórica como um diassistema, entendendo que nenhuma pessoa pode falar ou saber toda uma língua histórica. Isso significa que os falantes não sabem, por exemplo, o português todo, o espanhol todo, ou, ainda, um espanhol que não seja o

⁷ Embora não tenha sido trabalhada por Coseriu, a variação diassistêmica também pode dar-se no eixo diamésico, isto é, nos vários veículos de expressão linguística (falada ou escrita).

⁸ Coseriu (1980, p. 113) utiliza o adjetivo funcional sob a justificativa que é apenas essa língua que funciona efetivamente nos discursos (ou “textos”).

peninsular, o rio-platense, etc. Portanto, nesse sentido, sempre falamos uma determinada forma da língua histórica, mas não ela em sua totalidade. Nessa mesma esteira, Bechara (2009, p. 38) afirma que

(...) todo falante de uma língua histórica é plurilíngue, porque domina ativa ou passivamente mais de uma língua funcional, embora nunca consiga saber toda a extensão de uma língua histórica.

Para Coseriu (1980, p. 114), o objeto da descrição linguística estrutural e funcional é, pois, a língua funcional, língua considerada, em sua sincronia, como um só dialeto (sintópica), um só nível (sinstrática) e um determinado estilo de língua (sinfásica). Bechara (2009, p. 38) justifica essa escolha como “exigência metodológica” e “coerência interna”, posto que só se poderia descrever uma realidade homogênea e unitária, que seria a língua funcional.

Essas relações são bastante importantes para o desenvolvimento desta monografia, posto que podem ser aplicadas à concepção do dicionário como uma ferramenta de orientação no uso da língua. Baseando-nos nas ideias coserianas, defendemos que um dicionário de uso não poderia ser o espelho de uma língua histórica, mas sim a apresentação de uma determinada língua funcional. Portanto, nos caberá responder o que se entende por “português do Brasil” e “português contemporâneo” nos títulos, respectivamente, do DUPB (2002) e do DUPC (2004). Dito em outros termos, deveremos verificar, a partir dos resultados obtidos, se essas obras lexicográficas entendem o português (“português do Brasil” e “português contemporâneo”) como língua histórica ou como língua funcional e, além disso, como o representam.

1.2. A mudança linguística

Segundo Zanatta (2010, p. 55), desde que o estruturalismo e o gerativismo romperam com a concepção de língua como um sistema homogêneo e imutável ao introduzirem nos estudos da linguagem a ideia da língua como um sistema heterogêneo ordenado, foi possível o desenvolvimento de estudos sobre o fenômeno da mudança com vistas a entender e explicar os padrões que orientam esse processo.

Faraco (2005, p.14) salienta que a mudança gera contínuas alterações na estrutura das línguas sem que, no entanto, elas percam sua “plenitude estrutural” e o seu “potencial semiótico”, deixando de oferecer aos falantes os “recursos necessários para a circulação dos significados”. O linguista aponta que, normalmente, os falantes não têm consciência da mudança, pois parece que constroem a imagem de sua língua sob uma noção de permanência. Isso acontece porque, embora sejam contínuas, as mudanças linguísticas são lentas e graduais. Além disso, atingem sempre partes da língua histórica (línguas funcionais) e não ela de uma vez só.

Outra causa importante apontada pelo autor para que as mudanças não sejam percebidas é o fato de que, nas culturas que desenvolveram a variedade escrita da língua, a sensação da permanência é ainda maior, posto que a escrita é regulamentada por gramáticas [sc e dicionários], cultivada pelos letrados e ensinada na escola, desenvolvendo-se como uma “realidade mais estável e permanente” (p. 15) que a fala. Faraco (2005, p. 15 e 24) defende que a percepção da mudança pode ocorrer, no entanto, quando:

- a) os falantes leem um texto muito antigo;
- b) há o convívio entre diferentes gerações;
- c) há o contato entre estratos sociais distintos;
- d) na escrita, o falante encontra dificuldades em adequar-se ao “modelo de língua cultivado socialmente”;
- e) há a comparação entre fala e escrita⁹.

Faraco (2005, p. 23) afirma que o estudo científico das línguas tem mostrado que as inovações linguísticas são feitas, principalmente, pelas gerações mais jovens e, nas populações urbanas de sociedades industrializadas, pela classe média baixa e operária. Normalmente, a reação dos falantes diante da percepção da mudança é negativa. Segundo Zanatta (2010, p. 56), isso acontece porque, para o senso comum, e até mesmo para alguns estudiosos da linguagem, a mudança é sinônimo de degeneração e

⁹ Esse item tem profunda relação com o anterior, uma vez que, muitas vezes, as dificuldades de adequação à norma escrita da língua provêm da discrepância entre essa variedade e a falada, sobretudo no caso brasileiro. Essas questões serão mais bem explanadas na seção 1.3.

decadência¹⁰. Tal juízo, contudo, não recai meramente sobre a língua, mas também sobre os falantes:

(...) grupos implementadores de mudanças tem geralmente baixo prestígio social e sua fala – inclusive aquilo que nela é inovação – costuma ser valorada de forma negativa pelos grupos mais privilegiados econômica, social e culturalmente (FARACO, 2005, p. 28).

Na comunidade linguística brasileira, a concepção negativa da mudança conforma um sistema de crenças e atitudes linguísticas que - no Brasil – se conhece como “preconceito linguístico”. Aliado a outros fatores, esse sistema de crenças e atitudes linguísticas dificulta os estudos sobre a norma no país e, conseqüentemente, o estabelecimento consensual de uma norma linguística para o português brasileiro, aspectos os quais serão tratados na próxima seção.

1.3. A questão da norma linguística no Brasil

Zanatta (2010, p. 27) afirma que, embora existam muitos estudos sobre a norma linguística no Brasil, os resultados alcançados por eles não contribuem satisfatoriamente para que os problemas que o país vem enfrentando no que diz respeito à orientação dos falantes quanto ao uso da língua portuguesa sejam solucionados, uma vez que, em geral, a maioria dos trabalhos se dedica a discutir a atual situação da normatividade no Brasil e a acrescentar um novo qualificativo ao termo “norma” (culto, padrão, ideal, prescritiva, etc.). Entretanto, a autora (p. 36) aponta que é possível perceber nesses estudos um consenso de que existem dois entendimentos básicos e centrais sobre o termo norma:

a) como normalidade, isto é, como aquilo que é corriqueiro (frequente) entre os falantes de uma comunidade idiomática;

b) como normatividade, ou seja, como o que preconizam as gramáticas e os dicionários.

¹⁰ A esse respeito, são emblemáticas opiniões como as do gramático Napoleão Mendes de Almeida: “É português estropiado que no Brasil se fala, língua de gíria, língua sem peias sintáticas, língua de flexão arbitrária, língua do ‘deixo vê’, do ‘manda ele’, do ‘já te disse que você’, do ‘não lhe conheço’, do ‘fiz ele estudar’, do ‘vi os meninos saírem’” (ALMEIDA 1994, s.v. *vernáculo*).

A primeira concepção corresponde ao conceito de *norma real* desenvolvido por Coseriu (1980), enquanto que o segundo diz respeito ao conceito de *norma ideal*, depreendido da obra do mesmo autor. Considerando que toda língua histórica é constituída por inúmeras línguas funcionais, podemos falar em “normas reais”, ou seja, as diversas realizações linguísticas coocorrentes em uma comunidade idiomática. Tomando como exemplo o português como língua histórica (sistema), podemos citar as variedades falada e escrita, a variedade “chula”, a variedade “informal”, a variedade “formal”, etc. como línguas funcionais (normas reais) que o compõem. Dentre essas normas reais, é possível que uma delas seja eleita como padrão para orientação dos falantes no uso da língua, convertendo-se em norma ideal. Entretanto, conforme será visto na subseção a seguir, no caso brasileiro, a escolha de uma das normas reais como ideal esbarra em alguns problemas que tornam o tema bastante complexo.

1.3.1. Os problemas em definir-se a norma ideal brasileira

A definição de uma norma ideal para o português do Brasil gira ao redor do problema em definir-se qual das normas reais será convertida em norma ideal, o que envolve os eixos diastrático, diatópico e diamésico da língua. Em outras palavras, é preciso delimitar quem são os falantes representantes da norma ideal, de onde provêm seus falares e, finalmente, por qual meio eles são veiculados. Esse recorte diassistêmico torna-se um problema na medida em que se constata, por um lado, além da diversidade da estratificação social, a grande dimensão territorial de nosso país e, por outro, a ausência de estudos conclusivos acerca da sua divisão em zonas dialetais. Por fim, afora a questão do diassistema, nota-se que a existência de crenças linguísticas baseadas na concepção de “correção” proveniente da gramática normativa¹¹ - entendimento distinto ao dos estudos linguísticos – também é um fator que dificulta a delimitação da norma ideal brasileira, conforme será abordado na subseção seguinte.

O projeto *Norma Urbana Culta* (NURC), iniciado em 1969, foi a primeira tentativa de descobrir qual seria a norma “cultura” da modalidade oral (eixo diamésico) do português brasileiro em cinco capitais (Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) (eixo diatópico). Para tal feito, foi necessário definir quem seriam os representantes “cultos” a contribuir para o estudo. No caso do NURC, foram

¹¹ Cf. 1.3.1.1 para a explicação mais detalhada desse problema.

selecionados aqueles cujo grau de escolaridade era o ensino superior completo (eixo diastrático). No entanto, a definição do perfil de quem seria considerado um “falante culto” ainda não é um tema consensual entre os estudiosos brasileiros. Conforme assinala FARACO (2008 *apud* Zanatta, 2010, p. 46), em um país como o Brasil, o ensino superior não é a realidade da maior parte da população, o que talvez pudesse fazer com que os falantes com nível médio de escolaridade passassem a ser considerados “cultos”. Biderman (2001) e Leite; Callou (2005), por outra parte, sugerem que os falantes do eixo Rio - São Paulo sejam referência de norma ideal. Já Bagno (2000) aponta o gênero jornalístico (eixo diamésico) como base para a constituição da norma ideal brasileira.

Além do impasse em delimitar os falares que poderiam ser considerados como ideais, outro problema que complica a definição da norma ideal brasileira é a questão das dimensões territoriais do país. Dessa forma, as cinco capitais participantes do projeto NURC não seriam suficientemente representativas da ampla gama de normas reais que compõem o português brasileiro para que assim pudesse ser delimitada a norma ideal da língua portuguesa usada no Brasil.

Zanatta (2010, p. 46-52) defende que, dentre as normas reais (línguas funcionais) do português brasileiro, a norma real mais adequada a tornar-se norma ideal é, justamente, aquela utilizada pelos falantes plenamente escolarizados¹², entendendo-os como aqueles que possuem ensino superior completo. Além disso, o gênero textual considerado representante de seus falares seria o jornalístico. A justificativa para essa escolha se baseia na dificuldade de serem obtidos registros escritos, manifestos em textos jornalísticos, dos falantes com nível médio de escolaridade¹³.

Para os fins deste trabalho, consideramos que a opção metodológica mais coerente com o atual momento em que se encontra a lexicografia brasileira é a conversão da

¹² A autora divide as normas reais em três grupos: a) dos falantes plenamente escolarizados; b) dos falantes parcialmente escolarizados e c) dos falantes não escolarizados.

¹³ Zanatta (2010, p. 51) ainda menciona a debilidade do ensino de língua materna nas escolas brasileiras, o que contribui significativamente para a dificuldade em conseguir-se amostras de textos escritos e, assim, favorecer o progresso dos estudos sobre a norma linguística brasileira. Contudo, a opção por considerar como plenamente escolarizados os falantes com nível superior completo não inviabiliza e, muito menos, ignora a importância do desenvolvimento de estudos das normas reais ocorrentes em outras porções de falantes, como, por exemplo, os de nível médio de escolaridade. Isso poderia, inclusive, favorecer o aprimoramento dos materiais didáticos, tais como livros didáticos, gramáticas e dicionários.

língua funcional dos falantes plenamente escolarizados, manifesta nos textos jornalísticos, na norma ideal do português brasileiro, uma vez que é nesse gênero “que as palavras mais circulam” (DUPB 2002, p. V). Encontramos, pois, respaldo à nossa decisão em Peruzzo (2007, p. 79-82), que afirma que a língua funcional dos jornais está sempre em equilíbrio entre a prescrição conservadora dos manuais de redação dos próprios jornais e a inovação que os redatores e leitores promovem. A respeito do melhor gênero textual a integrar um corpus, Biderman (1998, p. 161) pondera que “o vocabulário jornalístico é o mais neutro e o menos temático, constituindo uma espécie de média entre os outros gêneros de linguagem”.

Além dos fatores mencionados acima, ao tomar como base a prosa jornalística, seria possível, em termos de constituição de um *corpus* de referência, por exemplo, coletar amostras de todos os estados brasileiros, amenizando o problema da representatividade da dimensão territorial do Brasil, solução o mais exequível possível enquanto os estudos dialetológicos não apresentam resultados satisfatórios e definitivos no que diz respeito à divisão do país em zonas dialetais.

1.3.1.1. O “anseio normativo” e as crenças linguísticas no estabelecimento da norma ideal brasileira

Tendo em vista que, conforme Coseriu (1979), o falante não tem o domínio de toda a língua histórica, mas sim de partes dela (línguas funcionais), é natural e compreensível que, em algum momento, ele tenha dúvidas sobre sua língua materna, tais como a ortografia de determinadas palavras, o significado de outras ou, ainda, como usá-las em determinadas situações de comunicação. Essas dúvidas, em consonância com as crenças linguísticas, desencadeiam o que Zanatta (2010) denomina “anseio normativo”. No caso brasileiro, esse sentimento é ainda mais acentuado, pois há um grande descompasso entre a realidade linguística do país e a orientação normativa disponível.

No Brasil, os falantes podem consultar uma ampla gama de materiais que se propõem a cumprir a função de orientá-los quanto ao uso da língua. Entre estes, verifica-se a existência de páginas na internet¹⁴, de uma enorme quantidade de

¹⁴ Chamadas por Zanatta (2010, p. 28) de “consultórios linguísticos”, são exemplos de páginas virtuais para orientação idiomática em língua portuguesa os sites:

gramáticas e dicionários disponíveis no âmbito editorial¹⁵, além de uma série de obras que se dedicam a ajudar os falantes a não se equivocarem ao usar a língua¹⁶. Bagno (2002, p. 76) denomina essas últimas de “comandos paragramaticais”, uma vez que, em sua concepção, consideram os fatos da norma real pouco legítimos frente a uma norma que deve ser seguida independentemente do contexto sócio-comunicativo.

Não obstante essa ampla oferta de ferramentas que visam à orientação idiomática, grande parte delas ainda não contempla as mudanças já implementadas no português brasileiro, como o uso dos pronomes em posição proclítica, no início de frase, assim como a mudança da regência de verbos tais como *namorar* e *assistir*, o que comprova uma orientação ainda marcada por características próprias do português lusitano.

A discrepância assinalada acima, além de intensificar o anseio normativo dos brasileiros, é causa de uma série de crenças¹⁷ e atitudes que muitos destes possuem em relação à própria língua. De acordo com a literatura¹⁸, crenças linguísticas são ideias que os falantes têm sobre os mais diferentes aspectos de uma língua e que podem influenciar suas atitudes em relação a ela. Constituídas sócio-historicamente e desenvolvidas por qualquer comunidade idiomática¹⁹, as crenças e atitudes linguísticas

<<http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/>>

<<http://www.soportugues.com.br/>>

<<http://www.gramaticaonline.com.br/>>

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/fovest/gramatica.shtml>>

< <http://educacao.uol.com.br/portugues/>>

¹⁵ No atual projeto de pesquisa o qual estamos realizando, ainda em fase inicial, fizemos um primeiro levantamento do número de dicionários monolíngues de língua portuguesa disponíveis nos sites das três principais livrarias do Brasil (Cultura, Saraiva e Fnac), o que nos revelou impressionantes 160 exemplares. Se considerarmos as obras lexicográficas disponíveis on-line, esse número será ainda maior.

¹⁶ MORENO (2003a, 2003b, 2009, 2010), SACCONI (2011), PIMENTEL (2009), TUCCI (2005) e MONTANARI; PERROTTI (2011), são exemplos desse tipo de obra.

¹⁷ Bagno (1999, 2001, 2002) aborda uma série de crenças dos brasileiros a respeito da língua portuguesa, chamando-as de “mitos”, defendendo que estão fundamentados num “preconceituoso” ideal de língua homogênea.

¹⁸ Cf. WENDEN, 1986, HORWITZ, 1987, RICHARDS; SCHIMIDT, 2002, SOUZA; SANTOS, 2004 (apud Zanatta, 2010, p. 31).

¹⁹ No espanhol, por exemplo, idioma com uma variedade diassistêmica tão acentuada quanto a do português, as diferentes pronúncias referentes às letras *ll* e *y* em posição intervocálica, como, por exemplo, em *calle* e *mayo* são alvo de estranhamento entre os próprios falantes do idioma, pois suas

são baseadas em componentes afetivos e avaliações subjetivas. Já as atitudes linguísticas correspondem a quaisquer indicadores (cognitivos, afetivos ou comportamentais) da avaliação que os falantes fazem da sua língua e da dos outros, bem como dos próprios falantes, revelando suas crenças. No caso do Brasil, são alguns exemplos de crenças:

a) a de que somente em Portugal se fala o português correto (o brasileiro não sabe português);

b) a de que falar bem (corretamente) é falar como se escreve (a modalidade falada da língua é incorreta, cheia de “vícios”);

c) a de que o português é uma língua muito difícil (em virtude de *a* e *b*).

A principal atitude linguística decorrente dessas crenças da comunidade brasileira é a concepção da palavra “correção” como a legitimação de uma variedade da língua como “melhor” que outra, isto é, a idealização da existência de uma única língua digna do adjetivo “correta” ou “cultura”, atitude que acarreta outra bastante importante, o estigma dos representantes da forma “incorreta”, “inculta”:

Prestígio e estigma estão conectados aos falantes e têm relação com classe social ou identidade nacional e com ideias sobre status, solidariedade e unidade. Evidências populares advindas da mídia e de levantamentos acadêmicos acerca das atitudes linguísticas revelam subjacentes e recorrentes padrões de valores e julgamentos de valor dentro de uma comunidade sobre as línguas e variedades linguísticas dentro dela, e tais julgamentos afetam nossa vida social e cultural de maneiras importantes e influentes (THOMAS 2004 *apud* Zanatta, 2010, p. 32).

As crenças e atitudes linguísticas das comunidades idiomáticas, normalmente, estão baseadas sob a noção da (in) correção idiomática. Entretanto, a palavra “correção”, assim como “norma” e “uso”, também é polissêmica. Zanatta (2010, p. 70) afirma que há três maneiras distintas de entender o termo:

a) como um conjunto de regras que devem ser seguidas (gramática normativa);

b) como um conjunto de regras que são seguidas (gramática descritiva);

pronúncias são marcadas diatopicamente. O mesmo acontece com o inglês, no que diz respeito às variedades norte-americana e britânica, por exemplo.

c) como um conjunto de regras que o falante domina inatamente (gramática internalizada).

A cada uma delas corresponde, por sua vez, um entendimento diferente de “uso”. Em linhas gerais, para a gramática normativa, uso significa dominar as regras prescritas pelos instrumentos normativos. Já para a gramática descritiva, o domínio das regras de produção linguística está condicionado pelo grupo social ao qual pertence o falante e pelos contextos nos quais ele se insere (cf. ZANATTA, 2010, p. 73). Nesse caso, uso se refere à união do caráter linguístico e do caráter social da linguagem. Por fim, para a gramática internalizada, uso diz respeito ao desempenho linguístico condicionado pelas regras que o falante sabe inatamente.

Os falantes do português brasileiro creem na noção de correção e de uso advindos da gramática normativa. No entanto, a orientação linguística promovida pela gramática normativa concebe “uso” e “correção” de maneira distinta da dos estudos linguísticos, desconsiderando a questão da adequação contextual como determinante da correção idiomática.

A crença linguística de que existe uma variante *standard* que representa o “bom uso” da língua foi construída e legitimada sócio-historicamente na sociedade brasileira. Segundo Zanatta (2010, p. 43), a fixação da norma padrão no Brasil data da segunda metade do século XIX. Mesmo após a independência, a elite letrada brasileira, objetivando formar uma nação europeizada, tomou a língua empregada pelos escritores do Romantismo português como base para o estabelecimento do padrão linguístico “brasileiro”.

Apesar desse padrão ter sido questionado durante o Romantismo brasileiro e, posteriormente, pelo Movimento Modernista, Tessyer (1997, *apud* Zanatta, 2010, p. 44) afirma que, entre o fim do século XIX e meados do século XX, não foram produzidos estudos que reivindicassem uma norma linguística brasileira. Segundo Varejão (1999, p. 128), o trabalho de Joaquim Mattoso Câmara Jr., intitulado *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, foi o primeiro a descrever o português brasileiro de maneira cientificamente fundamentada. Portanto, a influência da ciência linguística no Brasil é ainda muito recente, o que explica que as crenças de nossa comunidade idiomática ainda estejam fundamentadas sob a ótica da noção de correção própria da gramática normativa.

1.3.2. O papel dos estudos da linguagem e da escola na educação linguística da população

Tendo em vista as atitudes linguísticas provocadas pelas crenças acerca do idioma em uma comunidade idiomática, é pertinente nos questionarmos sobre o papel que a escola desempenha em prol da educação linguística da população.

Conforme dito anteriormente, na sociedade brasileira existe a concepção de que a correção idiomática se refere ao uso de apenas uma variedade linguística independentemente do contexto comunicativo, pois essa é “a língua correta”. Essa crença está tão presente nas atitudes linguísticas demonstradas pelos brasileiros, que casos como o do livro didático *Por uma vida melhor*, elaborado, entre outros, pela professora Heloísa Ramos, tiveram grande impacto sobre a sociedade nacional, deixando evidente a crença de que a mudança da língua implica sua deterioração²⁰.

A escola é um dos espaços mais apropriados para a realização da educação linguística. Nesse sentido, é importante pensar na necessidade de que os estudos da linguagem possam contribuir cada vez mais para o desenvolvimento do ensino de português como língua materna no Brasil. Esse auxílio deve ir além da elaboração da legislação, atingindo o âmbito prático da formação docente e do aprimoramento de dicionários, gramáticas e livros didáticos. Do contrário, o abismo entre o anseio normativo e a orientação linguística oferecida permanecerá o mesmo. Em outros termos, conceber todo um mecanismo de construção de um dicionário, por exemplo, se os

²⁰ Em meados de 2011, a imprensa brasileira promoveu um intenso ataque ao livro *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, aprender*, destinada à Educação de Jovens e Adultos (EJA), acusando-o, entre outras coisas, de ensinar a “falar errado” e de ser “criminoso”. Tanta indignação foi motivada pelo capítulo do livro que trata da variação linguística existente no português, intitulado *Escrever é diferente de falar*. Ainda assim, o trecho “*Você pode estar se perguntando: ‘Mas eu posso falar os livro?’. Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico*” (p. 14) foi considerado uma grave ameaça ao ensino do “português correto” (<<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,por-uma-vida-pior,720286,0.htm>>). Imediatamente, a mídia brasileira chamou ao palco os gramáticos e os linguistas (<<http://www1.folha.uol.com.br/saber/915795-livro-distribuido-pelo-mec-defende-errar-concordancia.shtml>>). E, novamente, ficou provado que, embora a linguística brasileira esteja em franca expansão, os resultados já alcançados por seus estudos ainda não atingiram a comunidade linguística como um todo.

falantes não estão preparados para usá-lo de maneira produtiva, é tão ineficiente quanto fazer um dicionário cuja normatividade não se baseia nos fatos da norma.

Atualmente, títulos como *Para uma nova gramática do português* (PERINI, 2007), *Gramática do Português Brasileiro* (PERINI, 2010), *Nova Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2010), *Gramática de Usos do Português* (NEVES, 2011) e *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (BAGNO, 2011), são exemplos do avanço dos estudos linguísticos no Brasil que se preocupam em rever a norma padrão vigente ao tentar oferecer uma orientação que se baseie nos fatos da norma linguística real brasileira²¹. Entretanto, os efeitos desse progresso ainda parecem bastante restritos ao âmbito acadêmico, posto que o senso comum segue preferindo sanar suas dúvidas por meio da consulta a ferramentas que nem sempre se propõem a orientar o usuário a partir do que é, de fato, usual entre os falantes. Dessa forma, seria necessário que se ampliasse o número de estudos cuja finalidade seja determinar como poderia dar-se a transposição dos resultados obtidos pelas investigações dos estudos da linguagem para a educação linguística da comunidade idiomática em geral. Sem dúvidas, essa transposição contribuiria significativamente para o encurtamento da distância entre anseio normativo e orientação efetivamente oferecida, uma vez que não só os instrumentos que orientam sobre o uso da língua devem mudar, mas também a mentalidade dos falantes no que concerne ao lugar onde devem buscar orientar-se quanto à norma padrão de sua língua.

²¹ Lembrando que um dos objetivos deste trabalho é verificar se o DUPB (2002) e o DUPC (2004) fazem parte deste grupo de instrumentos normativos que visam prover o falante do português brasileiro de uma orientação no uso da língua que seja condizente com o que é normalmente produzido no Brasil.

2. O DICIONÁRIO E A NORMATIVIDADE

Zanatta (2006; 2010) comprovou em seus estudos que há uma normatividade inerente a todo dicionário, pensamento compartilhado com o de Welker (2004, p. 188). A autora discorre sobre aspectos macro e microestruturais que, nos diversos níveis de organização da língua (fonético-fonológico, ortográfico, morfológico, sintático, etc.), comprovam essa característica das obras lexicográficas. Além de ser normativo *per se*, acreditamos que a expectativa depositada na consulta de um dicionário pelos falantes lhe atribui um *status* de autoridade que assevera o seu caráter inerentemente normativo. Na seção seguinte, abordaremos essas questões.

2.1. O caráter normativo dos dicionários e seu *status* de autoridade

Ripfel (1989 *apud* Welker 2004, p. 186) divide os dicionários em normativos e descritivos. De acordo com a autora, os normativos podem ser de dois tipos: a) de normatividade explicitada ao usuário (na introdução, por exemplo) ou b) de intenção normativa não revelada. Por sua vez, os descritivos também se dividem em dois grupos: a) os que, “na medida do possível” (*ibid*), são descritivos e b) os que são veladamente normativos, pois privilegiam certos usos.

Ser descritivo “na medida do possível” indica que a descrição pura não é possível, posto que até mesmo os dicionários descritivos possuem efeito normativo, uma vez que as informações apresentadas representam para o consulente uma orientação linguística. Além disso, ao consultá-los, a própria expectativa do usuário enfatiza essa característica:

(...) o dicionário é o lugar formal e unitário de registro do componente léxico de um idioma. Nessa medida, constitui-se um paradigma linguístico modelar dos usos e sentidos das palavras e expressões de uma coletividade linguística, desempenhando o papel de código normativo da língua. É nessa mesma esteira que o dicionário adquire o estatuto de instância legitimadora do léxico [...], [*sc.* como uma] “verdade linguística” (KRIEGER 2006, p. 142).

A presença ou a ausência de palavras, acepções e/ou informações em um dicionário, inclusive, representa para o consulente uma informação de ordem

prescritiva, isto é, se está registrado, é porque existe na língua e se usa, se não, não é usual ou então não existe. Ao deparar-se, por exemplo, com o registro das variantes *abdome* e *abdômen*, o consulente poderia entender que, se estão lematizadas, são formas válidas no português. Se, por outro lado, não encontra marcada a possibilidade de que não se use a preposição *a* junto ao verbo *assistir* (significando ver, presenciar), entenderá que essa construção não é válida na língua portuguesa, que “não existe” ou, que está “incorreta”.

Do ponto de vista metodológico, as ferramentas que se propõem a orientar quanto ao uso linguístico (ou a descrevê-lo), podem tratar o termo sob três perspectivas:

- a) como descrição das normas reais (normalidade);
- b) como prescrição da norma ideal (normatividade) baseada nos fatos da norma real (normalidade);
- c) como prescrição de uma norma ideal *ex-nihilo*.

Partindo do fato comprovado de que, independentemente do genótipo lexicográfico, há um caráter normativo em muitas das informações apresentadas pelos dicionários e também um *status* de autoridade atribuído a eles pelos falantes, acreditamos que não é metodologicamente possível que um dicionário de uso seja integralmente descritivo, uma vez que, além de apresentar o “efeito normativo” e um *status* de autoridade, assim como os demais dicionários, parte de seu caráter descritivo está pautado em critérios normativos, como, por exemplo, o recorte dos gêneros textuais que integrarão o *corpus* de análise (e da quantidade de exemplares de cada gênero). Defendemos também que, se há descrição num dicionário de uso, não há como atribuí-la a uma língua histórica, mas sim a uma língua funcional.

Conforme as considerações precedentes, nos resta investigar se a normatividade apresentada pelo DUPB (2002) e pelo DUPC (2004) é explícita ou velada, isto é, se há a consciência da sua existência, o que implica considerar *uso*, respectivamente, como prescrição baseadas nos fatos da norma ou prescrição *ex-nihilo*. Antes, contudo, será necessário respaldar nossa opinião a partir da definição taxonômica de um dicionário de uso, tema abordado na próxima seção, dedicada a taxonomias de dicionários.

2.2. Taxonomias de dicionários

Bugueño; Farias (2011, p. 173) afirmam que, no cenário lexicográfico dos últimos vinte anos, tem havido um esforço em elaborar um modelo taxonômico suficientemente abrangente que permita classificar os inúmeros tipos de dicionários existentes²². Entretanto, salientam que, embora essas propostas tenham sido concebidas à luz de enfoques teóricos distintos, nenhuma delas consegue atingir o objetivo maior pretendido: o da exaustividade. De acordo com os autores, a causa principal desse problema é a heterogeneidade com que muitas obras são constituídas, havendo um cruzamento de traços bastante grande entre elas, aspecto que exige, portanto, a distinção entre genótipo e fenótipo lexicográfico. Por genótipo, entende-se um “tipo de obra de referência ao qual se confere um conjunto de traços constantes que a definem, combinados com uma função pré-estabelecida para esse tipo de obra em particular” (*ibid*). Por outro lado, fenótipo é uma “obra com grau frouxo de definição em relação a um conjunto de traços, assim como uma despreocupação ostensiva em relação ao usuário e suas necessidades” (BUGUEÑO; FARIAS, 2009a, p. 29).

Para Bugueño; Farias (2011, p. 40-41), a utilidade real de um dicionário depende da articulação adequada entre a sua definição genotípica e os componentes canônicos do dicionário (*front matter*, macro, micro, medioestrutura). Um dos pressupostos teóricos e metodológicos do presente trabalho é a necessidade de definir-se que a função de uso do dicionário seja condizente com os traços de um dicionário desse tipo, a fim de que ele constitua-se como um genótipo lexicográfico e não como um fenótipo. Contudo, esbarramos num problema cabal não só para esta monografia, mas também para a lexicografia em geral, isto é, o já mencionado problema em elaborar uma taxonomia de obras lexicográficas. No caso da lexicografia brasileira, esse tema se torna ainda mais complexo, pois dicionários genotípicos são muito raros (cf. BUGUEÑO, 2011, p. 174). Portanto, percebemos um duplo desafio:

- a) estabelecer os traços genotípicos de dicionários;

²² Os autores citam as taxonomias de Zgusta (1971), Haensch (1982), Hausmann (1985), Martínez de Souza (1995), Hartmann; James (2001), Swanepoel (2003) e Welker (2004) como exemplos desse esforço por uma taxonomia geral de dicionários.

b) elaborar uma taxonomia de obras lexicográficas. Para executar tal tarefa, seria preciso, em primeiro lugar, fazer um mapeamento de todos os tipos de dicionários existentes para, em um segundo momento, analisá-los contrastivamente e determinar se seus traços se mantêm no conjunto de informações constantes na obra, diferenciando uns dos outros, de forma que se constituam como genótipos dicionarísticos.

Para os fins desse trabalho, dada a complexidade da segunda parte do desafio, será possível apenas cumprir com a primeira, ou seja, estabelecer os traços genotípicos de um dicionário de uso, analisar as obras existentes (em nosso caso, o DUPB (2002) e o DUPC (2004)) e verificar se elas se adéquam ao genótipo proposto ou constituem-se como fenótipos lexicográficos. Em outras palavras, deveremos verificar se, de fato, elas são dicionários de uso, compreendendo o termo como orientação no uso da língua baseada nos fatos da norma. Não devemos deixar de salientar, no entanto, a importância de que sejam realizados estudos integrais e propositivos de uma taxonomia de dicionários disponíveis no mercado brasileiro.

2.2.1. O lugar do dicionário de uso em uma taxonomia de obras lexicográficas: definindo o genótipo por critérios linguísticos e funcionais

Segundo Haensch (1982, p. 96), além do critério estritamente linguístico, é bastante difícil organizar dicionários em uma taxonomia tendo em vista que aspectos históricos e culturais, extralinguísticos, influenciam o nascimento e o desenvolvimento dos dicionários. Torna-se inexequível, portanto, uma taxonomia de dicionários aplicável, sem alterações, a todas as línguas. Sendo assim, “uma taxonomia [*sc* de dicionários] deve ser formulada em relação a uma dada língua” (Bugueño 2011, p. 174).

Em geral, as taxonomias são elaboradas com base em oposições binárias. Conforme Bugueño; Farias (2011, p. 41),

[...] os genótipos aparecem condicionados por relações de oposição e/ou complementaridade, como, por exemplo, dicionário monolíngue *versus* bilíngue, dicionário semasiológico *versus* onomasiológico, dicionário sincrônico *versus* diacrônico, etc.

Haensch (*ibid*) aponta três critérios sob os quais as obras lexicográficas podem ser analisadas e classificadas:

a) linguístico: os dicionários são classificados de acordo com os distintos modos de ser da língua e dos diferentes aspectos da descrição linguística (glossários, *thesauri*, dicionário monolíngue, dicionário de regionalismos, etc.);

b) histórico-cultural: os dicionários são classificados segundo a necessidade que motivou sua criação²³.

c) prático: o autor afirma que, como os dicionários e suas denominações foram condicionados pela evolução sociocultural, inclusive por modas e gostos, muito mais que por critérios teórico-linguísticos, é recomendável elaborar uma taxonomia tendo como base alguns critérios práticos, a saber:

1) formato e extensão²⁴: refere-se ao tamanho do dicionário e ao número de entradas que arrola.

2) caráter linguístico, enciclopédico ou misto: diz respeito aos dicionários que se dedicam às palavras, em contraposição aos destinados às informações enciclopédicas (extralinguísticas), as “coisas”, havendo a possibilidade de concepção de um dicionário misto.

3) sistema linguístico em que se baseia: refere-se à possibilidade de que o dicionário seja elaborado por um autor (o lexicógrafo) ou por dados extraídos de um *corpus*²⁵.

4) número de línguas: o dicionário pode ser monolíngue, bilíngue ou multilíngue.

5) seleção do léxico

5.1) vocabulário geral ou parcial: o dicionário pode registrar o vocabulário sem nenhuma restrição ou selecioná-lo²⁶.

²³ No Brasil, por exemplo, no período colonial (séculos XVI-XVII), os jesuítas foram responsáveis pela compilação de vocabulários bilíngues (português-tupi), pois, para alcançar os objetivos catequéticos, havia a necessidade de compreensão entre colonizadores e colonizados. Para um panorama histórico da lexicografia no Brasil, cf. Isquierdo (2011) e Nunes (2010).

²⁴ De acordo com Zanatta (2006, p. 25), esse critério é impressionista e não pode ser aplicado isoladamente. No Brasil, existe a crença de que dicionários grandes e com muitas entradas são melhores. Prova disso é que, normalmente, na contracapa de muitas obras lexicográficas, um dos primeiros itens mencionados é o número de verbetes. Contudo, sabe-se que o número de verbetes não garante, *a priori*, a qualidade de um dicionário.

²⁵ Segundo Biderman (1984, p. 30), ainda que o lexicógrafo possa contar com *corpora* eletrônicos, sua atividade segue sendo braçal, uma vez que deve analisar os dados qualitativamente, ação facilitada, mas ainda não desempenhada totalmente por nenhuma ferramenta computacional.

5.2) codificação exaustiva ou seletiva: os dicionários podem fazer o registro do léxico (geral ou parcial) de maneira exaustiva ou seletiva²⁷.

5.3) cronologia: os dicionários podem representar a sincronia ou a diacronia da língua.

5.4) caráter prescritivo ou descritivo²⁸: os dicionários prescritivos são concebidos sob um ideal purista, ao contrário dos descritivos, nos quais esse ideal é substituído pela descrição do emprego que os falantes fazem da sua língua.

6) ordenação do material léxico: pode dar-se do significante (lema) para o significado (paráfrase explanatória), caracterizando uma perspectiva semasiológica, ou dar-se do significado para o significante, configurando uma perspectiva onomasiológica.

7) finalidade específica: diz respeito à matéria que o dicionário se destina: aprendizagem, etimologia, terminologia, etc.

8) tipo de suporte: os dicionários podem ser impressos ou elaborados em formato eletrônico²⁹.

²⁶ Os dicionários de tecnicismos são exemplos de dicionários de registro parcial do léxico.

²⁷ Segundo Haensch (1982, p. 153), é mais fácil para os dicionários de vocabulário seletivo alcançar a exaustividade, tendo em vista que o léxico total de uma língua é imenso e está em permanente evolução, inviabilizando a plena execução da exaustividade.

²⁸ É importante salientar que, na época em que estabeleceu esses critérios práticos, sobretudo o que distingue os dicionários prescritivos dos descritivos, Haensch (1982) dedicava-se ao estudo da lexicografia hispânica, na qual a influência da Real Academia Española e das obras por ela produzidas sempre teve um importante papel na distinção, clara, para eles, entre os dicionários abertamente normativos e os descritivos. Esse não é o caso da lexicografia brasileira, cuja distinção entre prescrição e descrição nem sempre, em termos práticos, é clara, posto que, como vimos, ela está permeada por uma série de questões a respeito do estabelecimento de uma norma de orientação para o português brasileiro.

²⁹ Hoje, o mercado editorial tem publicado, junto às obras impressas, sua versão em *CD-ROM*. Contudo, a comercialização apenas da versão eletrônica vem se popularizando cada vez mais. O Houaiss é um dos exemplos dessa prática no mercado editorial brasileiro. Como parte do formato eletrônico, temos também os dicionários disponíveis na *web*. No Brasil, dentre inúmeros exemplares, há o Michaelis (<http://michaelis.uol.com.br/>) e o Caldas Aulete (http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital).

2.2.1.1. O dicionário de uso segundo critérios linguísticos

O dicionário de uso seria, de acordo com os critérios propostos por Haensch (1982), um dicionário:

a) de caráter linguístico: o dicionário de uso deve ocupar-se da realidade linguística.

b) baseado em sistema de autor e de *corpus*: hoje, com o auxílio da tecnologia computacional, a compilação de *corpora* e sua análise tornaram-se mais ágeis. Isso, contudo, não exime o papel do lexicógrafo como, de fato, o autor da obra, uma vez que cabe a ele, a partir da interpretação dos dados obtidos, tomar as devidas decisões metalexigráficas ao levar em conta as características genotípicas da obra que está elaborando e as necessidades do pretense usuário;

c) semasiológico e monolíngue;

d) de vocabulário geral seletivo: o dicionário de uso deve apresentar o léxico geral (e não o especializado) efetivamente em uso por uma comunidade linguística. No entanto, o léxico apresentado é seletivo porque corresponde às línguas funcionais usadas por parte dessa comunidade, línguas convertidas em norma ideal e representadas por determinados textos integrantes de dado recorte temporal. Sendo assim, o dicionário de uso não é um espelho da língua histórica, mas o retrato de partes dela (as línguas funcionais).

e) sincrônico, uma vez que retrata a língua funcional usada em um período de tempo bem delimitado. No caso dos dicionários a serem analisados nesse trabalho, o período de tempo compreendido pelos *corpora* é o intervalo entre os anos 1950 e 1996 para o DUPB (2002) e 1950 e 2004 para o DUPC (2004).

f) de caráter e finalidade descritivos, pois almejam descrever a língua usada realmente pelos falantes em determinada época. Entretanto, como dito anteriormente, existe uma normatividade inerente a qualquer dicionário sobre a qual o lexicógrafo necessita ter consciência. A descrição do uso, portanto, deve ser realizada com o intuito de orientação idiomática, isto é, deve estar a serviço da normatividade inerente ao dicionário, um dos aspectos a serem verificados em nossa análise.

2.2.1.2. O dicionário de uso segundo critérios funcionais

Tendo sido estabelecido o genótipo “dicionário de uso” a partir de critérios linguísticos, é preciso estabelecê-lo também a partir de critérios funcionais.

Todo dicionário é integrado por componentes canônicos, a saber, o *front matter*, a macro, a micro e a medioestrutura³⁰. A constituição de cada um desses componentes, no entanto, deve estar atrelada à função da obra e ao perfil de usuário ao qual ela se destina. A orientação acerca do uso da obra, o número de verbetes, os tipos de lemas arrolados e o programa constante de informações (PCI) devem integrar-se como um conjunto cuja disposição, estratégica, representa uma utilidade real para o potencial usuário (cf. BUGUEÑO; FARIAS, 2006, p. 116 e 117), tornando-se, portanto, funcional. Nesse sentido, de acordo com Bugueño; Farias (*ibid*), as informações presentes no artigo léxico só serão funcionais quando forem discretas e discriminantes. Informação discreta é aquela “efetivamente relevante ao consulente” (*ibid*, p. 118). Já a informação discriminante é aquela que permite “ao leitor tirar algum proveito em relação ao uso ou conhecimento da língua” (p. 120).

Bugueño; Farias (*ibid*, p. 121) salientam que para tornar uma informação efetivamente discreta e discriminante é preciso considerar quatro variáveis:

- a) a necessidade ou pertinência real de considerar um tipo específico de informação no artigo léxico;
- b) o lugar que dado tipo de informação pode (ou deve) ocupar dentro do artigo léxico;
- c) as necessidades do usuário³¹;

³⁰ O *front matter* é a parte introdutória do dicionário na qual estão expressos os objetivos da obra e a maneira de realizar a consulta. A macroestrutura compreende a seleção e ordenação do material léxico (cf. Hartmann, 2001: 64, Hartmann; James, 2001: s.v. *macrostructure* e Welker, 2004: 80-107). A microestrutura, por sua vez, abrange problemas relativos à fixação de um programa de informações e à organização interna do verbete (cf. Hartmann, 2001: 64-65, Hartmann; James, 2001: s.v. *microstructure* e Welker, 2004: 107-177). Por fim, a medioestrutura diz respeito ao sistema de remissões utilizado pela obra lexicográfica.

³¹ Não obstante os avanços lexicográficos, no que diz respeito ao usuário, ainda pouco se sabe sobre quem são os usuários dos vários tipos de dicionários elaborados e, além disso, quais as suas necessidades específicas de orientação idiomática ou, então, suas estratégias de busca (o uso que fazem do dicionário).

d) o tipo de dicionário.

Referente aos dicionários de uso, a necessidade de inclusão de determinados tipos de informação deve estar sempre fundamentada na tarefa de orientar o consulente em relação ao uso da língua (sanando da melhor forma possível o seu anseio normativo), de maneira que as informações para esse fim ocupem um espaço determinado dentro do programa constante de informações (PCI) sempre que necessário. Os pós-comentários de forma e semântico e as marcas de uso podem desempenhar essa função em casos como, por exemplo, o das variantes ortográficas e o das regências verbais e nominais. Os usos linguísticos, contudo, podem também ser descritos, embora essa descrição, como já mencionado, também implique um efeito normativo. Nesse caso, os exemplos e as abonações, quando provenientes da análise de *corpus* representariam o viés descritivo do dicionário de uso.

Para que a funcionalidade das informações constantes num dicionário de uso se estabeleça plenamente faz-se necessária a constituição de um PCI que integre genótipo, função e usuário e que, além disso, o consulente seja instruído sobre como usufruir da obra à qual dispõe. Essa orientação é realizada pela introdução do dicionário, o *front matter*, motivo pelo qual ele é também considerado um componente canônico e funcional dentro da obra lexicográfica³²:

O *front matter* é uma ponte de comunicação entre o consulente, o lexicógrafo e o próprio dicionário [s.c. constituindo-se como] uma ferramenta facilitadora do ato da consulta que deve cumprir duas funções: a) oferecer ao leitor um panorama sobre o objetivo que o dicionário pretende cumprir e b) funcionar como um manual de instruções acerca da utilização do dicionário por parte do usuário” (FORNARI; BUGUEÑO, 2006, p. 248).

No caso do presente trabalho, deveremos verificar se as informações contidas no DUPB (2002) e no DUPC (2004), a começar pelo modo como são elaborados seus *front matter*, são discretas e discriminantes, isto é, funcionais, para o usuário.

Não foi à toa que, conforme Bugueño (2005, p. 19), Wiegand (1977) chamou o consulente de “ilustre desconhecido” [*der bekannte Unbekannte*].

³² No entanto, o êxito da funcionalidade do *front matter* dependerá, além da sua redação, da leitura por parte do usuário, variável que escapa ao controle do lexicógrafo.

2.3. O dicionário de uso e a norma linguística brasileira

Na comunidade linguística brasileira, três dicionários possuem evidente *status* de autoridade: O Aurélio, o Houaiss e o Michaelis. Welker (2004, p. 93) os chama de G3³³ (gerais 3). Além desses, os falantes de português contam também com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) (2009), dicionário elaborado pela Academia Brasileira de Letras (ABL).

Em suas versões gerais ou reduzidas, tais obras tornaram-se referência de consulta, ou seja, de orientação idiomática. De acordo com Biderman (1984, p. 6-8), ao integrar à sua macroestrutura palavras raras, muitos regionalismos, vocábulos desusados ou obsoletos, termos exclusivamente literários e técnico-científicos, o Aurélio promoveu um inchaço macroestrutural que o constitui como um dicionário que tende a ser um *thesaurus*, isto é, um dicionário cujo objetivo é o registro da língua à exaustividade. Segundo Welker (*ibid*), é possível perceber tal tendência também no Houaiss e no Michaelis.

Os G3 se distinguem dos dicionários de uso, basicamente, pelo modo como lidam com o critério da codificação lexical. Enquanto os dicionários gerais tentam abarcar o maior número de palavras da língua (mas não todas³⁴, já que esse é o objetivo do *thesaurus*), os dicionários de uso, por outro lado, em princípio, são muito mais seletivos, posto que só incorporariam à macroestrutura as palavras realmente usadas pelos falantes em dada sincronia e, ao PCI, as acepções igualmente usuais, apresentando informações discretas e discriminantes ao consulente.

Considerando a definição genotípica de um dicionário de uso, conforme vimos na seção anterior, acreditamos que, para fins de orientação no uso da língua, concebendo o termo “uso” como adequação da produção linguística aos contextos sociocomunicativos, o dicionário de uso apresentaria mais potencialidades que o

³³ Em 2010 foi lançado no Brasil o *Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa*, outro dicionário geral. No entanto, ainda não foram feitos estudos comparativos entre ele e os gerais já existentes no mercado brasileiro.

³⁴ Dicionários gerais são amplamente consultados, mas, ao mesmo tempo, é uma classe de dicionários sobre a qual ainda se sabe pouco, como é o caso da densidade macroestrutural. Sabe-se que sua codificação não é exaustiva. Porém, não se sabe quais critérios de seleção macroestrutural são utilizados.

dicionário geral, basicamente porque este pretende, normalmente, servir de “cartório” para o registro do léxico, sem, necessariamente, apontar ao usuário outras especificidades das palavras registradas que não sejam a sua forma ortográfica e definição. Diante desse fato, uma das perguntas que motivou a realização deste TCC e, antes, a realização de estudos preliminares sobre os dicionários de uso no Brasil³⁵, foi o que os dicionários de uso poderiam oferecer de diferente aos falantes brasileiros e quais as suas potencialidades no que se refere ao anseio normativo presente entre esses falantes.

³⁵ Em 2010 e 2011, foram apresentadas comunicações no Salão de Iniciação Científica da UFRGS que trataram brevemente de alguns aspectos do DUPB (2002) e do DUPC (2004). Tendo em vista a complexidade do tema que envolve o termo “uso”, nos desafiamos a aprofundá-lo um pouco mais neste trabalho. Contudo, ainda não será possível abordar integralmente a questão.

3. POR QUE DICIONÁRIOS DE USO?

Dicionários denominados “de uso” são relativamente novos na lexicografia. Embora tenhamos esboçado anteriormente a sua definição por critérios linguísticos e funcionais, ainda pouco se sabe sobre quais são seus traços definidores e no que diferem das demais obras. Contudo, alguns estudos como os de Zanatta (2010; 2006), Beneduzi (2004) e Biderman (2003) têm apontado duas principais deficiências apresentadas por obras ditas de uso:

a) a concepção de uso que orientou a constituição da obra não está explícita e, por isso, não há como verificá-la com segurança ao longo do dicionário;

b) a concepção de uso que orientou a constituição da obra está explícita, mas as informações contidas nela não condizem com a concepção de uso adotada.

Esses problemas ocorrem pela polissemia do termo “uso” anteriormente mencionada. A equipe de lexicógrafos que almeja elaborar um dicionário de uso necessita definir se tal termo será concebido como o conjunto de línguas funcionais usado corriqueiramente pelos falantes (norma real) ou como a conversão de uma dessas línguas funcionais em padrão de orientação idiomática (norma ideal).

Como vimos, no que diz respeito aos dicionários, não há como, efetivamente, elaborar uma obra totalmente descritiva, dada a normatividade inerente a qualquer dicionário. Entretanto, segundo Zanatta (2006, p. 12), em geral, tanto autores quanto usuários de dicionários de uso entendem o termo apenas como descrição linguística. Acreditamos, contudo, que o lexicógrafo deve reconhecer o caráter normativo inerente aos dicionários, entendendo que mesmo a descrição estará a serviço da orientação no uso da língua. Dessa forma, caberá a ele explicitar ao usuário, na introdução da obra, que as informações presentes (e ausentes) nela estão ali para orientá-lo quanto ao uso do idioma.

Na análise que segue, verificaremos como o DUPB (2002) e o DUPC (2004) entendem o termo “uso” e se as informações presentes nesses dicionários refletem a concepção de uso que adotam. Assim, será possível constatar se, de fato, tais obras constituem-se como genótipos de dicionários de uso, ou seja, se refletem as línguas funcionais realmente utilizadas no recorte temporal representado pelo *corpus* de análise

e se as informações apresentadas são oferecidas de maneira adequada à orientação no uso da língua.

Nosso interesse em estudar essas obras é consequência de três aspectos:

- a) são os únicos exemplares de dicionários ditos de uso no Brasil;
- b) existem ainda poucos estudos sobre eles;
- c) podem ser ferramentas potencialmente mais instrutivas no que diz respeito à orientação idiomática.

Tendo em vista o alto grau de complexidade e amplitude teórica e metodológica os quais a análise integral de um dicionário exige, optamos pelo seguinte recorte a ser trabalhado nessa monografia:

- a) análise da constituição dos *corpora*;
- b) análise dos *front matters*;
- c) análise de verbetes em relação aos seguintes componentes canônicos:
 - c.1) macroestrutura: variantes ortográficas (distinção entre *type* e *token*)
 - c.2) microestrutura: informação sintática, marcas e notas de uso, exemplos ou abonações.

Os verbetes correspondentes a cada um desses aspectos foram selecionados aleatoriamente e analisados em ambas as obras, com a finalidade de contrastá-las.

Consideramos que esse recorte, além de nos auxiliar a atingir os objetivos pretendidos, está adequado ao perfil de um trabalho de conclusão de curso. No entanto, ressaltamos como perspectivas futuras a complementação desse estudo quanto a aspectos ainda mais complexos do fazer lexicográfico, tais como a questão das paráfrases explanatórias e da fraseologia, dois dos temas mais difíceis de serem tratados pela lexicografia.

4. O DUPB (2002) E O DUPC (2004) SOB ANÁLISE

As seções abaixo estarão dedicadas às análises do DUPB (2002) e do DUPC (2004) no que diz respeito aos aspectos mencionados anteriormente. A análise de cada um desses segmentos informativos nos auxiliará a atingir os objetivos pretendidos os quais retomamos abaixo:

- a) verificar a concepção de “uso” do DUPB (2002) e do DUPC (2004);
- b) analisar se as informações presentes nessas obras condizem com sua (s) concepção (ões) sobre o que seja “uso”;
- c) verificar se as informações contidas nesses dicionários, de fato, refletem a norma real brasileira, adequando-os, portanto, ao genótipo “dicionário de uso”.

O exame dos *front matter* e da constituição dos *corpora* das obras em estudo nos permitirão alcançar o primeiro objetivo, enquanto que as demais análises apresentarão os resultados correspondentes aos outros dois objetivos.

4.1. O DUPB (2002)

4.1.1. A constituição do *corpus*

O DUPB (2002) foi o primeiro dicionário de uso do português brasileiro e também o primeiro dicionário fruto de pesquisa acadêmica desenvolvida em uma universidade brasileira. Essa obra apresenta uma densidade macroestrutural de 62 mil entradas proveniente da análise de um *corpus* de 77 milhões de ocorrências³⁶ em textos escritos no Brasil entre 1950 e 1996. Desses 77 milhões de ocorrências, cerca de 80% (63 milhões) provém da prosa jornalística, enquanto os demais estão divididos entre as literaturas romanesca, técnica, dramática e oratória. O dicionário traz, nas últimas páginas, os textos componentes do *corpus* que o originou, cerca de 584³⁷ títulos.

³⁶ O chamado *Corpus de Araraquara*, localizado no laboratório de lexicografia da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), atualmente, dispõe de 200 milhões de ocorrências.

³⁷ Berber Sardinha (2004, p. 50) afirma que um dia de compilação eletrônica de um jornal como *O Estado de São Paulo* totaliza cerca de 169.830 palavras. Tomando esse número como comparativo aplicado à porcentagem de textos jornalísticos presente no corpus da UNESP, é possível ter uma noção da imensa

Dentre a prosa jornalística, no entanto, percebe-se o predomínio de textos do eixo Rio - São Paulo (*Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, etc.*), ao passo que a maioria dos textos de outros estados do Brasil faz parte dos demais gêneros constituintes do *corpus* (romanesca, técnica, dramática e oratória). Tendo em vista o amplo espaço dedicado à linguagem jornalística pelo *corpus* da UNESP, seria possível inferir que esse gênero textual seria considerado o veiculador da norma ideal do português brasileiro. Entretanto, ao conferir maior representatividade³⁸ às amostras, especificamente, de Rio de Janeiro e São Paulo, parece que, mais do que considerar que a prosa jornalística representa a norma ideal brasileira, a equipe assume que os falantes desses estados e, conseqüentemente, sua produção escrita, são representativos da norma ideal do Brasil. Acreditamos, no entanto, que essas conseqüências advindas das escolhas acerca da constituição do *corpus* não foram previstas. Se fossem, o banco de dados seria, certamente, mais equilibrado.

4.1.2. O *front matter*

De acordo com Fornari (2008, p. 3), “o *front matter* esquematiza, organiza e explica os conteúdos do dicionário, o que só é possível na medida em que se têm parâmetros, princípios ou regras que garantam coerência aos componentes do dicionário”. Além disso, esse componente canônico deve constituir-se como um segmento informativo funcional, “um ponto de comunicação entre o consulente, o lexicógrafo e o próprio dicionário” (FORNARI 2006, p. 248), uma vez que deve apresentar ao usuário o (s) objetivo (s) pretendido (s) pela obra e, além disso, orientá-lo quanto ao uso dela.

O *front matter* do DUPB (2002) está dividido em três partes. Primeiramente, há a “nota do editor”, texto breve que explicita, em linhas gerais, os objetivos pretendidos e

quantidade de palavras que tiveram que ser devidamente analisada de forma a constituir o *corpus* propriamente dito (77 milhões de ocorrências).

³⁸ Uma das grandes questões discutidas pela Linguística de *Corpus* diz respeito à representatividade de um *corpus* em relação à dada língua. O tema do uso, obviamente, está bastante envolvido por essa questão, uma vez que é lícito nos perguntarmos o quão representativas do uso são as obras compiladas e, por conseguinte, quão legítima é a orientação idiomática oferecida por um dicionário de uso a partir da análise desse banco de dados.

os critérios de seleção macro e microestruturais. Em seguida, segue-se uma descrição mais detalhada desses aspectos, intitulada “apresentação”, esclarecendo os objetivos, como foi feita a organização da nomenclatura, a teoria subjacente à obra e a organização dos verbetes. Finalmente, há um guia rápido de apresentação da obra destinado exclusivamente à instrução acerca da consulta, exemplificando cada segmento informativo em um modelo de verbete.

Das três partes componentes do *front matter* dessa obra, acreditamos que a que mais apresenta probabilidade de ser lida pelo usuário “comum” da língua, dado o caráter mais objetivo e simplificado com que foi elaborada, é a última, o guia rápido de instrução para a consulta. No entanto, a presença das demais partes é bastante importante para tipos de consulentes mais “especializados” que venham a usufruir da obra, como os linguistas ou tradutores, por exemplo.

O DUPB (2002, p. VI) está dedicado aos usuários do português brasileiro escrito e pretende alcançar quatro objetivos em relação a esse perfil de usuário:

- a) agilizar o uso escrito na recepção e na produção linguística;
- b) estimular a pesquisa vocabular;
- c) estimular a reflexão sobre o uso da língua;
- d) fornecer elementos de avaliação das propriedades sintático-semânticas do léxico.

Pode-se dizer que tais objetivos foram determinados com vistas a orientar o usuário quanto ao uso da língua, uma vez que, na primeira parte do *front matter* da obra, afirma-se que “o DUP vem a ser um instrumento indispensável para o uso *correto* [grifo nosso] da língua portuguesa”, isto é, que esse dicionário é o lugar adequado para que o usuário sane suas dúvidas a respeito do idioma. Em outras palavras, a presença do caráter normativo na obra é assumida pelos autores como um critério-chave para a sua constituição.

4.1.3. Distinção *Type*³⁹ x *Token*⁴⁰

Dentre os aspectos correspondentes à definição macroestrutural qualitativa de uma obra lexicográfica, está o caso da indicação das variantes ortográficas de uma palavra. No caso dos dicionários de uso, mais do que indicar a existência de formas ortográficas coocorrentes na língua, aspecto descritivo, é preciso informar ao consulente qual dessas formas é a preferencial, a de maior frequência de uso (*type*), e qual corresponde a menos preferencial, ou menos frequente (*token*).

O DUPB (2002) afirma distinguir entre as formas *type* e *token* por meio de dois critérios e cita alguns exemplos. O primeiro critério é o registro delas entre barras, com remissão da forma menos frequente, como em *loiro/louro*. Já o segundo trata-se do registro separado de variantes ocorrentes em textos distintos, como *embigo* e *umbigo* e *flechar* e *frechar*.

loiro V. louro (DUPB, 2002, s.v. *loiro*)

loiro₁/loiro Adj. [qualificador de nome concreto] **1** que tem a cor entre o dourado e o castanho-claro (...) (DUPB, 2002, s.v. *louro*^l)

embigo V. umbigo (DUPB, 2002, s.v. *embigo*)

umbigo/embigo Nm cicatriz na região central do ventre, resultante do corte do cordão umbilical (...) (DUPB, 2002, s.v. *umbigo*^l)

flechar V [ação-processo] [Compl: nome concreto] **1** ferir com flecha (...) **2** atingir como que com flecha (...) (DUPB, 2002, s.v. *flechar*)

frechar V (*Obsol*) [Ação] [Compl: nome concreto] **1** atacar; agredir (...) **2** ir ou vir em disparada; disparar (...) [Processo] **3** criar pontas (...) (DUPB, 2002, s.v. *frechar*)

Antes de seguirmos com as análises, gostaríamos de observar que, no caso do segundo critério de distinção *type/token*, exemplificado por *embigo* e *umbigo*, a forma de registro das variantes ortográficas, na realidade, refere-se ao primeiro critério. Já no

³⁹ Nesse trabalho, serão chamadas de *type* as variantes mais frequentes, de maior prestígio ou de uso preferencial em relação à outra (s) variante (s).

⁴⁰ Chamaremos de *token*, por sua vez, as variantes menos frequentes, de menor prestígio ou de uso menos preferencial em relação à(s) variante (s) *type*.

que diz respeito ao exemplo de *flechar* e *flechar*, não há nenhuma remissão de uma forma à outra. A principal consequência disso é que o consulente não poderá saber se, de fato, essas palavras são variantes ortográficas, mesmo porque as definições são diferentes. Portanto, o exemplo fornecido pelo DUPB (2002) não representa um segmento funcional para o usuário no que diz respeito à distinção entre *type/token*. Além disso, nos questionamos qual seria a funcionalidade de refinar o critério de frequência e aplicá-lo a esse tema, criando um segundo tipo de registro (palavras que ocorrem em textos diferentes), o que pode confundir o consulente.

Para verificar se a marcação das variantes ortográficas é feita de maneira a cumprir satisfatoriamente a função de orientar quanto ao uso da língua, ou seja, apontar ao consulente de maneira objetiva qual é a forma ortográfica mais usual no português brasileiro⁴¹, selecionamos os seguintes grupos de palavras para análise⁴²:

1	abdome/abdômen	11	endemoniado / endemoninhado
2	amídala/amígdala	12	enfarte / enfarto / infarte / infarto
3	assobiar / assoviar	13	levantar / alevantar
4	brabo / bravo	14	louro / loiro
5	butuca / botuca	15	maquiagem / maquilagem
6	catorze / quatorze	16	ótica / óptica
7	cociente / quociente	17	relampear / relampejar / relampaguear
8	curinga / coringa	18	rouge / ruge
9	cuspe / cuspo / guspe	19	umbigo / embigo

⁴¹ À exceção de *guspe*, todas as demais palavras arroladas são consideradas variantes ortográficas pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2009). No entanto, a consulta ao VOLP não aponta quais as formas são *type* e quais são *token*, o que motivou a consulta ao *Corpus Brasileiro*, ao *Corpus do Português* e ao *Google Brasil* como alternativa para verificar se os dicionários registram as formas *type/token* conforme a norma real brasileira. Portanto, o único dicionário ortográfico produzido pela ABL com o qual os brasileiros contam não representa um ganho aos usuários no sentido de orientação em relação ao uso da língua, uma vez que o VOLP apenas registra a existência das palavras, sem entrar no mérito da sua marcação diassistêmica.

⁴² Esses mesmos pares analisados no DUPB (2002) também serão analisados no DUPC (2004) a fim de estabelecer uma comparação entre a metodologia utilizada em cada obra. Procederemos de igual maneira com as análises referentes aos temas da informação sintática, das marcas de uso, dos exemplos e das abonações.

10	degelar / desgelar	20	verruga / berruga
----	--------------------	----	-------------------

A análise dos grupos ortográficos acima⁴³ revelou que o DUPB (2002) considera como *type* as formas:

abdome	amígdala	assobiar	bravo
butuca	catorze	curinga	cuspo
degelar	endemoniado	enfarte	levantar
louro	maquilagem	ótica	quociente
ruge	umbigo	verruga	

Por outro lado, considera como *token* as formas:

abdômen	amídala	alevantar	assoviar
botuca	brabo	berruga	cociente
coringa	cuspe / guspe	desgelar	embigo
endemoninhado	enfarto / infarte / infarto	loiro	maquiagem
óptica	quatorze	rouge	

Para fins de comparação, verificamos as mesmas unidades léxicas em dois *corpora* de Língua Portuguesa, o *Corpus Brasileiro*⁴⁴ e o *Corpus do Português*⁴⁵, e

⁴³ As palavras *relampear*, *relampejar* e *relampaguear* não constarão nas listas porque o dicionário não oferece informações que permitam a identificação delas como variantes ortográficas e, além disso, a distinção entre as formas de maior e menor frequência, conforme veremos mais detalhadamente ao longo da explanação acerca da distinção *type/token*.

⁴⁴ Esse *corpus* é um projeto da PUCSP apoiado pela FAPESP e coordenado por Berber Sardinha. O objetivo é atingir o registro de 1 bilhão de palavras do português brasileiro contemporâneo. Não está claro, no entanto, se essa pretensão foi atingida ou não.

⁴⁵ Com 45 milhões de palavras, essa ferramenta está disponível gratuitamente on-line (<http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>) e permite ao usuário pesquisar a frequência das palavras do português (brasileiro e lusitano) isolada ou comparativamente, possibilidade a qual utilizamos.

também na ferramenta de busca *Google Brasil*⁴⁶. Os resultados⁴⁷ obtidos foram os seguintes:

- a) No caso de *abdômen*, o *Corpus Brasileiro* a confirmou como *token*, assim como o DUPB (2002). No entanto, o *Corpus do Português* e o *Google* consideraram-na como a forma *type*;
- b) Os dois *corpora* consultados e o *Google* demonstraram que *quatorze* é a forma *type*, enquanto que, para o DUPB (2002), a forma preferencial é a palavra *catorze*;
- c) A palavra *coringa*, considerada pelo dicionário como *token*, foi considerada como *type* tanto pelo *Corpus do Português* quanto pelo *Google*. Já o *Corpus Brasileiro* também a considerou como *token*;
- d) Em relação ao trio *cuspo/cuspe/guspe*, o *Corpus Brasileiro* e o *Google* apontaram como forma *type* a palavra *cuspe*, ao contrário do DUPB (2002), que apontou *cuspo* como a forma preferencial, assim como o *Corpus do Português*. No que diz respeito a *guspe*, contudo, todas as fontes comprovaram que se trata da forma menos preferencial entre as três;
- e) A palavra *endemoniado* foi considerada como forma *type* pelo dicionário, ao passo que as três ferramentas de consulta demonstraram que *endemoninhado* é a forma preferencial;
- f) Para o DUPB (2002), *enfarte* é a forma preferencial em relação a *enfarto*, *infarte* e *infarto*. Entretanto, exceto o *Corpus do Português*, o *Corpus Brasileiro* e *Google* apontaram *infarto* como a forma *type*;

⁴⁶ Berber Sardinha (2004, p.45) afirma que, apesar da *web* não possuir um conjunto de textos organizados e armazenados segundo regras predefinidas por uma única instituição e não apresentar conteúdos totalmente confiáveis, seu uso como um *corpus* “variado e multilíngue” vem se acentuando porque é a maior fonte de linguagem cotidiana disponível, superando quaisquer bancos de dados no quesito número de palavras. Portanto, a *web* seria um *corpus* bastante representativo da língua em uso. Sendo assim, como um de nossos objetivos é, justamente, verificar se as informações apresentadas pelo DUPB (2002) e pelo DUPC (2004) refletem a norma real da língua portuguesa, o uso do *Google* nos pareceu uma alternativa viável para contrastar os dados de frequência com os resultados obtidos das análises dos dicionários.

⁴⁷ Em anexo está a tabela completa com os índices de frequência verificados.

-
- g) No caso do par *louro/loiro*, no qual *louro* é considerado pelo DUPB (2002) como *type*, apenas o *Google* aponta *loiro* como a forma preferencial;
- h) Em relação à marcação de *maquilagem* como a forma preferencial pelo DUPB (2002), todas as ferramentas de análise apontaram *maquiagem* como a forma preferencial;
- i) *Ótica* é considerada a forma *type* pelo DUPB (2002) e pelo *Google*. No entanto, o *Corpus Português* apontou como *type* a variante *óptica*;
- j) Apesar de ser considerada como forma preferencial pelo dicionário e pelo *Corpus do Português*, a palavra *ruge* é considerada como *token* pelo *Corpus Brasileiro* e pelo *Google*.

A análise dos verbetes do DUPB (2002) nos permitiu identificar claramente o primeiro critério de ordenação lematizada apontado e exemplificado pelo *front matter* (registro das variantes entre barras com remissão da forma menos frequente). No entanto, o segundo critério (lematização separada de variantes que ocorreram em textos diferentes), como já afirmamos, não foi satisfatoriamente elucidado com os exemplos *umbigo/embigo* e *flechar/frechar*. Somente durante a análise em si conseguimos identificá-lo. Em sua estrutura, a forma menos frequente (marcada diassistemicamente⁴⁸) é definida por meio de uma paráfrase explanatória sinonímica na qual o sinônimo apresentado é a palavra mais frequente (não marcada). A paráfrase, nesse caso, funciona como uma remissão à forma *type*, na qual se encontra a paráfrase explanatória analítica.

Das vinte amostras selecionadas, a maioria foi lematizada conforme o primeiro critério. Cinco delas, no entanto, apresentaram o padrão do que seria o segundo critério (*brabo/bravo*, *cuspe/cuspo/guspe*, *levantar/alevantar*, *rouge/ruge* e *verruga/berruga*):

berruga *Nf (Coloq)* verruga: os soldados fincaram a bandeira do Brasil numa berruga de pedra (MAN) (DUPB, 2002, s.v. *berruga*)

verruga *Nf* pequena excrescência cutânea de aspecto e consistência calosa (...) (DUPB, 2002, s.v. *verruga*)

⁴⁸ Nos casos analisados, a marca diassistêmica comum é a denominada “coloquial”.

A orientação quanto ao uso da língua é realizada de maneiras diferentes dentro da obra. Em relação ao primeiro critério, o registro em barras apontaria ao consulente a existência das variantes na língua. A remissão da forma menos frequente confirmaria que a palavra registrada primeiro (como entrada), antes da barra, como em *louro/loiro*, é a de uso preferencial. Já quanto ao segundo critério, a marca de uso e a definição sinonímica alertariam o usuário para o fato de o uso preferencial ser outro. Entretanto, as formas preferenciais não remetem ou mencionam a existência de uma variante de menos prestígio. Sendo assim, o consulente só teria condições de perceber que há coocorrência entre formas ortográficas quando consultasse a forma *token*.

A funcionalidade desses critérios dependerá em grande parte da leitura do *front matter* pelo consulente e/ou do quão familiarizado ele está com o uso de dicionários. No entanto, como o lexicógrafo não pode garantir que isso aconteça, os critérios de elaboração do dicionário devem estar claros dentro da própria obra, isto é, o consulente deve ter condições de compreender conscientemente as orientações oferecidas ao ler os verbetes. Tendo em vista essas considerações, acreditamos que, entre os dois tipos de registro, o primeiro seria o mais funcional, ainda que necessite de alguns ajustes, como, por exemplo, a inclusão de marcas de uso e pós-comentários de forma na variante *token*, conforme sugerimos abaixo:

berruga *Nf (Coloq)* V. verruga ★ *forma menos usada que verruga*

verruga / berruga (*Coloq*) *Nf* pequena excrescência cutânea de aspecto e consistência calosa (...)

Além da pouca funcionalidade que o registro em separado de variantes ocorrentes em textos distintos representa para o usuário, encontramos alguns outros problemas:

a) Variantes não marcadas como tais:

Esse foi o caso das palavras *relampaguear*, *relampear* e *relampejar*, todas registradas pelo VOLP (2009). No DUPB (2002), contudo, embora as três formas sejam lematizadas, nenhuma delas é registrada conforme o primeiro ou segundo critérios de lematização de variantes ortográficas adotado por esse dicionário.

relampaguear [**Processo. Unipessoal**] Ocorrer com a rapidez do relâmpago (...) (DUPB, 2002, s.v. *relampaguear*)

relampear V [Processo. Impessoal] Produzir-se um conjunto de relâmpagos (...)(DUPB, 2002, s.v. *relampear*)

relampejar V ★ [Ação-processo] [Compl: nome não animado] 1 fazer movimentar-se rapidamente (...) 2 ocorrer com a rapidez do relâmpago (...) 3 produzir-se um conjunto de relâmpagos (...) (DUPB, 2002, s.v. *relampejar*)

Note-se que as acepções 2 e 3 do verbo *relampejar* correspondem, respectivamente, às definições de *relampaguear* e *relampear*. Assim, o consulente apenas pode inferir que se trata de variantes ortográficas ao ler as definições, sem, no entanto, saber qual delas é a forma preferencial, uma vez que, o modo como estão lematizadas faz parecer que não há diferença em sua frequência de uso. A consulta ao *Corpus Brasileiro* e ao *Google*, no entanto, revelou que *relampejar* é a forma *type*.

b) Abonação revela uso preferencial da forma *token*:

A palavra *maquilagem* é lematizada pelo DUPB (2002) como a forma *type*. Entretanto, a análise do verbete revelou que, das quatro abonações registradas, três fazem o uso de *maquiagem*, a variante *token*:

maquilagem / maquiagem Nf ★ [Concreto] 1 pintura facial: *meu bem, você está com a maquiagem toda borrada* (HA); [*Lewgoy*] *se submeteu a longas sessões de maquiagem para aparentar o envelhecimento* (VEJ); *tira com o creme a maquilagem do dia e aplica a maquilagem mais pesada para a noite* (AF) ★ [Abstrato de ação] 2 ato de maquiar: *Peter Jennings, em contrapartida, fazia maquiagem para colocar olheiras e algumas rugas* (RI) (DUPB, 2002, s.v. *maquilagem*)

A função da abonação é mostrar (abonar) a contextualização da palavra lematizada. Mesmo que tenha sido feita uma dupla lematização, como o próprio dicionário esclarece, a primeira palavra (a entrada) desse registro duplo é a forma preferencial. Então, se *maquilagem* é a forma *type*, as abonações deveriam conter, preferencialmente, essa forma, o que acontece apenas em uma abonação. Portanto, o uso preferencial marcado pelo dicionário não é atestado pelas abonações apresentadas, o que pode gerar dúvidas ao consulente justamente em relação ao uso preferencial de uma forma em relação à outra.

c) Falta de remissão da forma token:

No DUPB (2002), um dos critérios de lematização de variantes ortográficas faz remissão da forma *token* à forma *type*. A palavra *óptica*, contudo, não remete à *ótica*, que seria a forma preferencial segundo o registro entre barras aponta:

óptica *Nf* ★ [Concreto] 1 estabelecimento onde se vendem ou fabricam óculos (...) ★ [Abstrato de ação] 2 parte da física que investiga os fenômenos da produção, transmissão e detecção de radiação eletromagnética (...) 3 ponto de vista; ângulo (...) (DUPB, 2002 s.v. *óptica*)

ótica / óptica *Nf* ★ [Abstrato de ação] 1 parte da física que estuda a luz e os fenômenos da visão (...) 2 ponto de vista (...) ★ [Concreto] 3 estabelecimento onde se fabricam ou vendem instrumentos óticos (...) (DUPB, 2002 s.v. *óptica* e *ótica*)

Caso o consulente busque a palavra *óptica*, não saberá que existe uma variante mais usada. Portanto, a orientação satisfatória quanto ao uso da forma preferencial só ocorreria caso o consulente buscasse a palavra *ótica*.

d) Falta de registro de uma das variantes:

No DUPB (2002), o principal critério de definição lematizada e, no caso das variantes *type/token*, de disposição lematizada, é o frequencial. Assim, estabeleceu-se um número X⁴⁹ de ocorrências mínimas para que a palavra constasse na macroestrutura e, além disso, fosse registrada como preferencial ou não. O dicionário, entretanto, registra apenas *degelar* e *quociente*, não lematizando as variantes *desgelar* e *cociente*, reconhecidas pelo VOLP (2009). Provavelmente, a baixa frequência dessas formas⁵⁰ tenha sido fator decisivo para a escolha do DUPB (2002) por não lematizá-las. Contudo, gostaríamos de observar que, em alguns casos, o critério da frequência poderia ser relativizado, como, por exemplo, no que diz respeito às variantes *type/token*.

⁴⁹ O DUPB (2002) não revela quais números foram utilizados como índice de frequência na análise do *corpus*.

⁵⁰ De acordo com os dados obtidos do *Corpus Brasileiro*, do *Corpus do Português* e do *Google Brasil*, *cociente* e *degelar* são muito menos usadas que *quociente* e *degelar*.

Justificamos essa afirmação pela possibilidade de que o usuário recorra ao dicionário, exatamente, para verificar a) se existem duas formas ortográficas para uma palavra e b) se existem, qual é a mais “correta”. A informação do pouco uso, nesses casos, não pode ser sonogada.

4.1.4. Informação Sintática

Em geral, os dicionários oferecem informações de ordem sintática apenas para os lemas verbais arrolados, marcando-os como de ligação, auxiliares, transitivos, intransitivos ou pronominais. No entanto, os complementos preposicionados (incluindo-se os nominais) não são assinalados explicitamente nessas obras. De acordo com Zanatta (2010, p. 145), o Aurélio (AuE (1999)), o Houaiss (HouE (2001)) e o Michaelis (Mi (1998)) não assinalam os complementos preposicionados no comentário de forma do lema, embora tais actantes apareçam ora na paráfrase explanatória, ora nos exemplos, conforme vemos nos verbetes abaixo:

necessitar 1 Sentir necessidade de; carecer de; precisar (de) [...] (AuE 1999, s.v. *necessitar*)

aderir [...] 3 *t.i.* Tornar-se adepto de; juntar-se a (causa, seita, partido etc.) <aderiu ao socialismo> [...] (HouE 2001, s.v. *aderir*)

velar [...] *vti* Interessar-se com vigilante zelo: *Velar pela pureza das crenças, velar pelos infelizes.* (Mi 1998, s.v. *velar*)

Portanto, caso o usuário necessite sanar alguma dúvida específica acerca dos contextos de uso dos regimes preposicionais de verbos, nomes, adjetivos ou advérbios, deverá recorrer a outras ferramentas, como as gramáticas ou dicionários específicos de regência verbal ou nominal⁵¹.

⁵¹ No Brasil, contamos para este fim com os dicionários de regência verbal e nominal de Luft (2010) e com o Dicionário de Verbos e Regimes, de Francisco Fernandes (2003).

Nesse sentido, o DUPB (2002) representa um importante avanço para a lexicografia brasileira, posto que foi elaborado com base na Teoria das Valências, Gramática das Valências ou Gramática das Dependências⁵²:

Para melhor entender o “uso”, optou-se por registrar as estruturas sintáticas ligadas aos sistemas de complementação da língua, o que atinge não apenas os verbos, mas também os nomes, os adjetivos e até certos advérbios. (DUPB, 2002, p. IV)

A Teoria das Valências, portanto, contribuiria, no DUPB (2002), para a descrição pormenorizada do léxico, uma vez que

enquanto a regência só informa se o verbo pede um objeto (direto ou indireto), a valência indica que, por exemplo, *morar* (na acepção mais comum, isto é, residir) pede, além do sujeito, um complemento de lugar” (WELKER, 2005, p. 76).

O DUPB (2002) possui uma abordagem do léxico que pode ser caracterizada como sintático-semântica, pois o sistema de complementação apresentado no verbete relaciona o sujeito com seus complementos por meio da indicação de traços semânticos, conforme podemos ver no lema *ajudar*:

ajudar V ★ [Ação-processo] [Compl: nome abstrato] 1 tornar mais fácil; facilitar; favorecer: *Fubá por cima para ajudar a fermentação* (TPR) (...) [\pm Compl₁: nome animado. \pm Compl₂: a+oração infinitiva] 2 tornar mais fácil; facilitar: *esforços comuns e íntimos que ajudariam a engrandecer esta Nação* (JK-O) (...) (DUPB, 2002 s.v. *ajudar*)

Nesse dicionário, o comportamento sintático das palavras (aliado à frequência) é o que determina a disposição das acepções. No verbete acima, por exemplo, embora as

⁵² De acordo com Welker (2005, p.75), o conceito de valência advém da Gramática da Dependência de Tesnière (1959) e, no Brasil, Borba (1990, 1996^a, 2002 e 2003) foi o responsável por aplicá-la ao português brasileiro. A lexicografia de língua espanhola encontra no *Diccionario de Uso del Español* (DUE, 1999), de María Molliner, um excelente tratamento dos regimes preposicionais do idioma que, guardadas as devidas proporções, se assemelha ao que foi feito no DUPB (2002).

acepções 1 e 2 possuam o mesmo significado, apresentam um sistema distinto de complementação verbal, ou seja, comportamentos sintático-semânticos diferentes, justificando sua existência como duas acepções separadas, a primeira, mais frequente.

Para continuarmos nossa análise, selecionamos as seguintes palavras:

1. verbos	2. substantivos, adjetivos e advérbios
abdicar	admiração
ajudar	aversão
aspirar	capacidade
assistir	necessidade
atender	apto
esquecer	grato
namorar	preferível
preferir	propenso
responder	útil
visar	próximo

Os resultados revelaram bastante regularidade na marcação sintática dos lemas analisados, demonstrando coerência com o exposto no *front matter* a respeito da teoria gramatical subjacente à obra. Contudo, gostaríamos de observar alguns aspectos:

1. Verbos

Os lemas correspondentes aos verbos *assistir* (significando *ver*), *namorar* e *visar* (significando *mirar*) apresentam, através do registro da preposição entre parênteses, a possibilidade de uso desses verbos com complemento direto (sem preposição), no caso de *assistir* e *visar* e com complemento indireto (com preposição), no caso de *namorar*:

assistir V ★ (...) [**Processo**] [**Compl:(a+)nome abstrato**] 2 presenciar:
As crianças assistiam emudecidas àquele espetáculo; (...) durante toda a manhã assistiu o desenrolar da tragédia (...) (DUPB, 2002 s.v. *assistir*)

visar V ★ (...) [Ação] [Compl:(a+)nome concreto] 3 mirar: *O outro fica onde está, mas visando com sua arma principalmente a Ramiro;* (...) [Compl:(a+)nome ou oração] 4 tomar como alvo ou objetivo: *Detesto imposições, sobretudo quando visam ao puro interesse; O terrorismo agora visa o Congresso (...)* (DUPB, 2002 s.v. *visar*)

namorar V ★ (...) [Ação] [+Compl: (com+)nome humano] 1 manter relação de namoro e cortejamento; requestar: *Você já namorou todas as minhas amigas. (...)* *Viam a Dondoca namorar no escuro com Antônio (...)* (DUPB, 2002 s.v. *namorar*)

Embora consideremos o emprego dos parênteses como uma marcação clara da possibilidade de uso das preposições *a* (em *assistir* e *visar*) e *com* (em *namorar*), ao mesmo tempo, nos perguntamos se, para um outro tipo de consultante, menos especializado, “leigo” em linguística ou, ainda, com pouco “treino” de consulta a dicionários, essa marcação seria percebida de maneira tão clara como foi por nós. A seguir, na análise do DUPC (2004), veremos que, em alguns casos, dado o perfil de usuário preestabelecido (usuário escolar), essa obra traz um pós-comentário que enfatiza explicitamente a marcação realizada. Nos verbetes transcritos acima, talvez fosse esse o caso, pois não se sabe, exatamente, apesar de já se ter “definido” um provável perfil de usuário, que tipo de falante consultará a obra.

No caso do verbo *aspirar*, quando significa *almejar/desejar*, sabe-se que o português brasileiro tende a usar tal verbo com complemento direto, como, por exemplo, *João aspira uma carreira de sucesso*. No entanto, a transitividade direta não é recomendável pela variante padrão do PB, conforme assinalam Cunha e Cintra (2001, p. 519) e Luft (2010, s.v. *aspirar*), que explica o porquê de tal uso:

(...) embora invariavelmente condenado pelos gramáticos, o regime direto se insinua, vez por outra, na pena de escritores brasileiros modernos e contemporâneos. (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 519)

(...) é uma inovação regencial sob a pressão semântica dos sinônimos “desejar”, “querer”, “pretender”. Em nível culto, registro formal, recomenda-se a sintaxe original *aspirar a*. (LUFT, 2010, s.v. *aspirar*)

O DUPB (2002), no entanto, ao contrário do que se verá no DUPC (2004), não marca nem menciona (em um pós-comentário, por exemplo), na acepção na qual *aspirar* significa *almejar*, a existência desse outro uso (direto) do complemento verbal. O dicionário apenas demonstra, pelo signo “±”, que o complemento pode ser elidido:

aspirar V ★ (...) [Estado] [±Compl:±nome abstrato ou oração infinitiva] 5 desejar ardentemente, almejar, pretender: *A obra educativa deve aspirar à formação integral de personalidade. Ele aspirava realizar-se escrevendo uma obra séria.* (DUPB, 2002 s.v. *aspirar*)

A principal consequência é que o usuário não é orientado adequadamente em relação ao uso do português brasileiro, pois não lhe é informado que o uso do verbo *aspirar* como transitivo direto, embora possível, em outro contexto, não é recomendável na língua padrão. Tendo em vista que o DUPB (2002) se considera “um instrumento indispensável para o uso correto da língua portuguesa” (p. IV), a informação sobre a possibilidade da omissão da preposição *a* deveria fazer-se presente, uma vez que o uso de *aspirar* como VTI ou como VTD está igualmente correto, porém em contextos de uso distintos.

Essas mesmas considerações aplicam-se também a *esquecer*. A respeito desse verbo, o uso da preposição *de* como introdutória de complementos da forma verbal não pronominal desse verbo, segundo Cunha; Cintra (2001, p. 525), é considerado incorreto pela gramática tradicional, apesar de ser amplamente usado na norma real do português brasileiro:

Na acepção própria de “olvidar”, “sair da lembrança”, este verbo constrói-se, tradicionalmente (...) com objeto direto ou com objeto indireto introduzido pela preposição *de*, quando pronominal (...). Do cruzamento destas duas construções resultou uma terceira, sem o pronome reflexivo, mas com objeto introduzido por *de*: Esqueceu os deveres religiosos / Esqueceu-se dos deveres religiosos → Esqueceu dos deveres religiosos Tal construção, considerada viciosa pelos gramáticos, mas muito frequente no colóquio diário dos brasileiros, já vem se insinuando [sc. inclusive] na linguagem literária (...)

Nessa mesma esteira, Luft (2010, s.v. *esquecer*) afirma que:

O brasileirismo *esquecer de* pode derivar de *esquecer-se de*, por despronominalização, ou de *esquecer X + esquecer-se de X*, por cruzamento. (LUFT, 2010, s.v. *esquecer*)

No DUPB (2002), o fato de norma real apresentado pelos gramáticos não é descrito no verbete. Por outro lado, é enfatizado o uso da preposição *de* apenas com a forma pronominal do verbo *esquecer*:

esquecer V ★ (...) **4** deixar sair da memória; não lembrar; olvidar (...) //Na forma pronominal, o complemento tem a forma de+nome ou (de+)oração: *Não se esqueça dos bezerros* (CT); *Esquece-se o deputado Lira de que o MDB foi dissolvido* (...) (DUPB, 2002 s.v. *esquecer*)

Assim como no caso de *visar*, não questionamos que o dicionário dê preferência ao registro do uso correto em relação à norma padrão do português brasileiro. O que questionamos é que há a omissão de dados que poderiam esclarecer o possível usuário que procura o dicionário para sanar seu anseio normativo por saber se se usa e, mais ainda, quando se usa, *visar* e *esquecer* como VTD e como VTI em forma não pronominal, respectivamente.

2. Substantivos, adjetivos e advérbios

Em relação à *capacidade*, em nenhuma das acepções marca-se o sistema de complementação preposicional, não obstante as abonações ilustrem o uso de complementos preposicionados:

capacidade *Nf* [Abstrato de estado] (...) **3** poder de receber, de conter ou de acomodar: *uma central frigorífica com capacidade para duzentas e dez toneladas* (...) **5** poder legal de executar algo ou ser portador de um título ou bem: *condições de capacidade para o exercício das profissões liberais*. **6** propriedade; atributo; condição: *demonstrou grande capacidade de fixação em tecidos neoplásticos* (...) (DUPB, 2002 s.v. *capacidade*)

Como se pode notar, as acepções 3 e 5 são abonadas por orações que utilizam a preposição *para* como introdutória do complemento nominal. Já a abonação da acepção 6 atesta a regência nominal construída com a preposição *de*. Sendo assim, a orientação em relação à sintaxe de regência, nesse caso, se tornaria mais explícita e eficiente se, antes da acepção, fosse indicada a preposição constitutiva dos complementos.

No verbete referente ao adjetivo *grato*, marcou-se o uso da preposição *a* introduzindo o complemento. A abonação também apresentou, além disso, o uso de um adjunto iniciado pela preposição *por*:

grato Adj [Qualificador de nome humano ou abstrato] [Compl: a+nome humano ou abstrato] 1 que tem gratidão; agradecido: *disse que se considerava grato ao clube pelo prêmio.* (...) (DUPB, 2002 s.v. *grato*)

O DUPB (2002) se propôs a descrever sintática e semanticamente o sistema de complementação do português brasileiro. No entanto, por vezes, não ficou claro, até porque não foi possível nos aprofundar na teoria das valências, se por “complemento” entende-se todos os actantes previstos pelo verbo, incluindo-se aí os adjuntos, ou se, por outro lado, são considerados complementos apenas os actantes exigidos pelo verbo para completar-lhe o sentido.

Acreditamos que, para fins de distinção entre complementos e adjuntos, o dicionário poderia criar algum sistema semiótico (ou usar pós-comentários) que assinalasse o adjunto como um elemento sintático que não é essencial para o sentido do nome ou do verbo com os quais pode ocorrer, ao contrário do complemento. Dessa forma, o consulente não consideraria *pelo prêmio*, no caso da abonação do verbete *grato*, como um complemento cuja preposição (*por*) não foi marcada no verbete. Outro exemplo da presença de adjuntos nas abonações é o verbo *abdicar*, em que, *em favor de seu filho*, poderia ser confundido como um complemento verbal:

abdicar V [Ação] 1 renunciar voluntariamente a cargo ou poder: *Carlos V [...] herdou as terras de Borgonha e abdicou em 1955 em favor de seu filho Felipe II* (...) (DUPB, 2002 s.v. *abdicar*) [Compl: (de+)nome abstrato ou oração] 2 renunciar; desistir: (...) *Valia a pena*

criar raízes na terra, abdicar do seu passado (BH) (...) (DUPB, 2002 s.v. *abdicar*)

Em relação à *útil*, o verbete marca apenas o uso da preposição *a* como regência quando essa palavra se refere a “ter utilidade; servir para”:

útil *Adj [Qualificador] [+Compl: a+nome animado ou abstrato] 5* que tem utilidade; que serve para: *Tanta coisa que é preciso dar de comer a uma criança para que ela cresça com saúde e amanhã seja um cidadão ou cidadã útil à sociedade* (...) (DUPB, 2002 s.v. *útil*)

O DUPC (2004), por sua vez, ilustra a possibilidade de uso da preposição *para*:

ÚTIL *ú.til Adj (...) (+a/para) 7* que tem utilidade; que serve: *cidadãos úteis a seu país 8* vantajoso; proveitoso: *O mercado está repleto de programas que podem ser úteis para quem pretende viajar.* (...) (DUPC, 2004 s.v. *útil*)

Concluimos da análise da informação sintática apresentada pelo DUPB (2002) que esse dicionário não teve o seu perfil de usuário definido adequadamente, pois o modo como foi estruturada a informação sintática nos verbetes, para que seja compreendida, exige um consulente mais especializado, como, por exemplo, um linguista. A consulta aos verbetes analisados por um usuário leigo em linguística se tornaria demasiadamente onerosa ou, ainda, pouco produtiva no sentido de esclarecimento sobre as regências verbais e nominais do português brasileiro. Sendo assim, fazemos nossas as palavras de Biderman (2003) e Welker (2000 *apud* Fonte, 2011):

O enfoque sintático-semântico não foi uma decisão muito acertada, sobretudo porque os usuários comuns não têm tais conhecimentos linguísticos. Além disso, o verbete ficou sobrecarregado com informações gramaticais, dificultando a leitura e compreensão do verbete. (BIDERMAN, 2003, p. 62)

O usuário comum (...) tem que percorrer todo o verbete até encontrar a acepção que, semântica ou sintaticamente combina com o que está

procurando. O fato de o verbete estar ordenado conforme certas categorias de verbos (ação-processo, processo, ação, estado, auxiliaridade, modalização) não auxilia, pois nenhum usuário leigo vai se dar conta, ou refletir sobre a questão, a qual dessas categorias pertence a variante procurada. (WELKER, 2000 *apud* FONTE, 2011, p. 71).

4.1.5. Marcas e notas de uso

Segundo Zanatta (2010, p. 146), as chamadas marcas de uso fazem parte do nível pragmático o qual o dicionário tenta contemplar. Segundo a autora, por uma parte, têm-se as indicações relativas à norma linguística propriamente dita, ou seja, as “notas de uso”, e, por outra, as informações que auxiliam o consulente a não empregar a língua inadequadamente ao contexto sócio-comunicativo, isto é, as marcas de uso⁵³. Nas análises anteriores, vimos que, entre o DUPB (2002) e o DUPC (2004), este apresenta muito mais notas de uso, às quais chamamos de pós-comentários. Portanto, a análise que segue servirá também para verificar se essa característica, que consideramos muito positiva, se mantém.

De acordo com Zanatta (2010, p. 148), a questão do emprego das marcas de uso é um tema ainda pouco explorado pela metalexigrafia, acarretando a diversidade de tipos de marcação nos dicionários. *Gíria, chulo, tabuísmo, formal, informal, pejorativo, jocoso, familiar, desusado*, entre outras, são algumas marcas de uso comumente encontradas em dicionários⁵⁴. Segundo Farias (2011, p. 133), o tema dos pós-comentários (notas de uso) é também pouco explorado, carecendo de estudos que

⁵³ também podem ser denominadas marcas diassistêmicas, uma vez que assinalam os eixos do diassistema nos quais a língua varia.

⁵⁴ Conforme Haumann (1989, *apud* WELKER 2004, p. 131), as marcas de uso podem dividir-se em a) diacrônicas (relativas ao tempo); b) diatópicas (relativas ao espaço geográfico); c) diaintegrativas (para assinalar estrangeirismos); d) diamediais (para diferenciar linguagem oral e escrita); e) diastráticas (relativas ao nível social); f) diafásicas (reativas à diferença entre linguagem formal e informal); g) diatextuais (restringir palavra ou acepção a um determinado gênero textual); h) diatécnicas (relativas a palavras pertencentes a tecnoletos); i) diafrequentés (marcas como *raro, obsoleto*); j) diaevaluativas (relativas à atitude do falante: *pejorativo, eufemismo*); k) dianormativas (relativas à indicação do uso adequado em relação à língua padrão).

delimitem parâmetros formais para o emprego dessa estrutura no dicionário⁵⁵. Apesar das marcas e notas de uso serem pouco exploradas, sua funcionalidade e importância são evidentes (principalmente em um dicionário de uso), posto que o consulente, ao buscar uma palavra, “saberá que se trata de uma palavra cujo uso está restrito ou é mais adequado a determinados contextos” (ZANATTA, 2010, p. 149).

A delimitação de quantas e quais marcas empregar num dicionário dependerá de três fatores: a) a função da obra; b) o perfil de usuário; e c) a teoria subjacente à obra. Porém, os dicionários nem sempre revelam os critérios que delimitaram a inserção das marcas e notas de uso em determinados verbetes. Assim, para os fins da metalexigrafia, torna-se complicado proceder com uma análise que almeje verificar a correspondência entre o que a obra afirma realizar e o que, de fato, realiza. Portanto, a análise que faremos em relação às marcas e notas de uso deverá limitar-se à descrição do que encontramos nos verbetes selecionados⁵⁶:

afrescalhado	boleadeira (s) ⁵⁷	chulé	cusco	goró	meleca	puto
arrego	bolear	chupeta	design	guasca	meretriz	quebra- luz
bafômetro	boleiro	cianocarpo	escanear	guaxo	mijada	rango
bagaceira	bucho	cóclea	escrófula	jeans	mouse	ranho
bibelô	cabra	coiffeur	esponsais	jingle	mozarela	tatu
bicha	cauloide	cólofon	fetichê	joão- ninguém	mula	tchã
biscate	cavalo	come-	fezada	ludopédio	peido	

⁵⁵ Para um esboço de uma proposta de tratamento dos pré- e pós-comentários em uma obra lexicográfica, cf. FARIAS, 2011.

⁵⁶ Selecionamos um total de 66 verbetes para o caso das marcas e notas de uso com a finalidade de traçar um panorama um pouco mais amplo daquilo que as obras apresentam como marcação diassistêmica. Isso, no entanto, não significa que tenha sido dada menos atenção às análises anteriores, com 20 verbetes cada. O que acontece é que, em relação às variantes *type/token* e à informação sintática, os *front matter* dos dicionários nos traziam informações mais precisas, o que não foi o caso das marcas e notas de uso.

⁵⁷ O VOLP (2009) registra tanto a forma singular como a plural. O DUPB (2002) optou pela lematização pluralizada, ao passo que o DUPC (2004) lematizou no singular.

		dorme				
blitz	che	convescote	ficar	manequim	prego	
bolachudo	chibé	curry	gato	mangra	pum	
bolar	china	curtir	golaço	meia-sola	puteiro	

Acerca das marcas de uso, o DUPB (2002) afirma marcar os regionalismos ocorridos em “textos bem localizados regionalmente” (DUPB, 2002, p. VIII) e “a variação de registro (*Coloq, Ch, Obsol*) foi indicada sempre que foi possível detectar o tipo de contexto ou de texto” (*ibid*). Além disso, o dicionário afirma anotar “o tom do discurso resultante da escolha de certas palavras ou construções: solene, jocoso, irônico, depreciativo etc” (*ibid*). Segundo o que consta na introdução, essa notação vem após o comentário de forma (classe gramatical), entre parênteses, como marca de uso ou, ao final do verbete, como nota de uso. Essas marcas de uso podem ser denominadas, respectivamente, como diatópicas (regionalismos), diafásico-diastráticas⁵⁸ (coloquialismos) e diaevaluativas (tom do discurso).

Nossa análise revelou o emprego das seguintes marcas de uso:

- a) coloquial (14): *bolachudo, bolar, bucho, chulé, come-dorme, curtir, gato, goró, João-ninguém, meleca, mula, puteiro, puto* e *rango*;
- b) regionalismo (4): *cabra (NE), chê (S), china (S)* e *cusco (S)*;
- c) estrangeirismo (6): *blitz (Al), curry (Ingl), design (Ingl), jeans (Ingl), jingle (Ingl)* e *mouse (Ingl)*;
- d) obsoleto (2): *ludopédio* e *tatu*;
- e) depreciativo (1): *manequim*;
- f) chulo (3): *mijada, pum* e *puto*.

Dos 66 verbetes, 29 apresentam marcas de uso, conforme vimos acima. A palavra *puto* possui dupla marcação (coloquial e chulo), pois apresenta acepções que foram consideradas diassitemicamente distintas:

⁵⁸ De acordo com Zanatta (2010, p. 149), nem sempre é fácil delimitar precisamente a diferença entre os âmbitos diafásico e diastrático, dada a sua intrínseca relação, o que explica seu tratamento como um nível único (diafásico-diastrático) de variação linguística.

puto Adj [Qualificador de nome humano] 1 (Ch) homossexual (...) [±Classif: da vida] 2 (Coloq) irritado (...) (DUPB, 2002, s.v. *puto*)

Dentre os lemas analisados, nenhum apresentou notas de uso. Quanto às demais 37 palavras, ou não possuem marcas de uso (31), ou não foram lematizadas (5: *arrego*, *coiffeur*, *fezada*⁵⁹, *mangra* e *tchã*), ou, ainda, apesar de lematizadas, não apresentaram as acepções esperadas (3: *biscate*, significando prostituta, *ficar*, cujo significado esperado era relacionar-se sentimentalmente com alguém por pouco tempo, e *tatu*, cujo significado esperado era secreção nasal).

A acepção marcada como obsoleta em *tatu* refere-se a uma antiga marca de inseticidas. Considerando a baixa probabilidade de que um usuário se depare com tal acepção, a fim de necessitar buscá-la no dicionário, sua lematização e marcação tornam-se indispensáveis, mesmo que tenha entrado na ordenação do verbete por ter atingido o número mínimo de frequência nos textos do *corpus*. Aqui registramos nossa opinião de que, em casos como esse bem como de demais palavras ou acepções obsoletas, o critério de frequência deve ser relativizado. Em outras palavras, a análise qualitativa dos dados deve sobrepor-se à quantitativa.

Já no que diz respeito às palavras não marcadas, nos parece que:

- a) *afrescalhado*, *bagaceira*, *bicha*, *cavalo*, *chupeta*, *peido*⁶⁰, *prego* e *ranho*, à semelhança de *puto*, deveriam ter sido marcadas, dado seu caráter claramente coloquial;
- b) *biscate*, *cólofon*, *convescote*, *esponsais*, *meretriz* e *quebra-luz*, deveriam ter sido marcadas, assim como *ludopédio*, pois são palavras já em desuso

⁵⁹ Trata-se de um lusitanismo (“grande palpite ou esperança” (DUPC, 2004, s.v. *fezada*)) e por isso não foi lematizado no DUPB (2002), uma vez que ele, ao contrário do DUPC (2004), não incluiu amostras do português lusitano no *corpus*.

⁶⁰ A variante *pum* é marcada como chula. No entanto, na norma real coloquial da língua portuguesa, em relação a *peido*, tal forma é considerada mais eufemística (sendo ensinada preferencialmente às crianças, assim como *bumbum* e não *bunda*, *xixi* e não *mijo*, etc.). Sendo assim, trata-se de uma incoerência marcar uma e não a outra.

no português brasileiro⁶¹. Mais prudente ainda, seria nem registrá-las, inclusive porque as variantes usuais da maioria delas (*piquenique, casamento, prostituta e abajur*) estão também lematizadas.

- c) *boleadeiras, bolear e guasca* deveriam ter sido marcadas como regionalismos que são, já que a postura do DUPB (2002) é marcar as ocorrências em “textos bem localizados regionalmente” (p. VIII). As três palavras ocorrem em textos como *Contos Gauchescos (boleadeira, bolear e guasca)*, *O analista de Bagé (guasca)* e *Incidente em Antares (guasca)*.
- d) *caulóide e cóclea*, por tratarem-se de léxico especializado (botânica e anatomia/medicina), também deveriam ser marcados diassistemicamente.

Como veremos a seguir, o DUPC (2004) demonstrou maior coerência no que diz respeito ao uso de marcação diassistêmica e pós-comentários.

4.1.6. Exemplos ou abonações

Conforme Farias (2008, p. 102), a lexicografia carece de metodologias que convertam o exemplo num segmento funcional para o consulente, ou seja, em uma informação discreta e discriminante. Segundo a autora, o fato de um dicionário apresentar exemplos, não o torna *a priori*, uma ferramenta qualitativamente melhor. De acordo com Farias (2008, p. 101), o exemplo pode servir para complementar a definição⁶², para apresentar contextos sintáticos, para introduzir informações culturais ou para atestar a ocorrência de palavras ou acepções⁶³. Em um dicionário semasiológico, esse segmento informativo pode auxiliar na compreensão (tornando

⁶¹ De acordo com o *Corpus Brasileiro* (1 bilhão de palavras), *biscate* possui 75 ocorrências, *cólofon* 2, *convescote* 74 (e *piquenique* 394), *esponsais* 36 (e *casamento* 28.970), *meretriz* 99 (e *prostituta* 2.750) e *quebra-luz* 6 (e *abajur* 237).

⁶² A autora divide as definições, ou paráfrases explanatórias, em transparentes, opacas deficitárias (mal redigidas) e opacas propriamente ditas (a natureza da palavra a torna difícil de ser definida. São exemplos dessa dificuldade as palavras que designam animais, frutas, plantas cores e palavras gramaticais).

⁶³ No que diz respeito aos dicionários aqui analisados, todos os exemplos têm essa função, pois foram retirados de um *corpus* e, por isso, são denominados “abonações” por essas obras. No entanto, trataremos exemplos e abonações como sinônimos.

mais clara a definição) ou na produção (apresentando os contextos sintáticos ao levar em conta as possíveis dificuldades do usuário).

O DUPB (2002) pretende ser uma “instrumento eficiente de agilização do uso escrito tanto na recepção como na criação de textos” (DUPB, 2002, p. VI). Dessa forma, é possível dizer que todas as informações arroladas na obra estariam a serviço da recepção e da produção do português brasileiro escrito, incluindo-se os exemplos, chamados pelo dicionário de contextualização, pois “[sc. a contextualização] mostra como cada item se coloca num contexto restrito e é representada pelo conjunto de abonações retiradas do *corpus*” (DUPB, 2002, p. IX). A adoção de exemplos provenientes de um *corpus*

é útil ainda quando uma mesma palavra tem várias acepções, cujas diferenças uma simples listagem dificilmente esclareceria. Além disso, e residualmente, as abonações registram certas particularidades morfológicas, como plurais oscilantes, plural de formas compostas, irregularidades verbais etc(DUPB, 2002, p. IV).

Concluimos então, que o DUPB (2002) atribui às abonações, as funções de esclarecer a paráfrase explanatória e apresentar detalhes da constituição gramatical do léxico. Buscamos ver se isso se aplica aos seguintes verbetes:

abscedação	cepecista	gataria	jequice
azuleno	ciberespaço	gnosticismo	sadismo
bico-de-viúva	cicatrizado	gozação	tape
bola	eletrolítico	homofóbico	usina
celetista	fornecer	iabá	zona

Foi possível verificar três aspectos:

- a) a paráfrase explanatória não é clara e o exemplo tampouco (*abscedação*, *celetista*, *cepecista*, *ciberespaço*, *cicatrizado*, *gnosticismo* e *homofóbico*), implicando a necessidade de realizar nova busca.
- b) o exemplo esclarece a paráfrase explanatória (*azuleno* e *bola*);
- c) o exemplo atesta um uso não assinalado em alguma parte do verbete (*bola*, *usina* e *zona*);

Em *abscedação*, a paráfrase explanatória empregada é o sinônimo *supuração*. Caso o consulente não saiba o que significa *supuração*, terá que realizar uma nova busca, já que, ao ler o exemplo atribuído a *abscedação*, tampouco tem pistas sobre o significado dessa palavra. Temos, portanto, um caso de opacidade da paráfrase explanatória e também do exemplo:

abscedação *Nf* [Abstrato de processo] *supuração*: *O andamento do quadro é geralmente das doenças agudas, mas existem formas crônicas, quer na abscedação amebiana, como na piogênica* (CLI). (DUPB, 2002, s.v. *abscedação*)

supuração *Nf* [Abstrato de processo] *formação e acúmulo de pus* (...). (DUPB, 2002, s.v. *supuração*)

A necessidade de consultas sucessivas com vistas a encontrar o significado necessário acontece também com os lemas *celetista*, *cepecista*, *ciberespaço*, *cicatrizado*, *gnosticismo*, *homofóbico* e *iabá*.

No caso de *celetista* e *cepecista*, saber o significado das siglas CLT (consolidação das leis trabalhistas) e CPC (código de processo civil) é fundamental para o entendimento das paráfrases e dos exemplos. O DUPB (2002) não lematiza siglas, mas lista, ao final da obra, aquelas extraídas do *corpus*, onde se encontram CLT e CPC.

celetista *N 1* *funcionário cujo vínculo empregatício é regido pela CLT: Assim, os celetistas estaduais ficarão sem política salarial* (GAT); *estendeu o direito a todos os celetistas* (VEJ) ★ [Qualificador de nome humano ou abstrato] *2* *regido pela CLT: prazo para os servidores celetistas optarem* (GAT) (DUPB, 2002, s.v. *celetista*)

cepecista *N* *integrante do CPC: o encontro ideológico dos novos cepecistas é mais ambíguo do que a de seus antecessores, quase todos comunistas* (FSP); *o panorama esquálido dos últimos anos talvez tenha propiciado às fracas novelas, com o aval de vetustos cepecistas, o título, duvidosíssimo, de melhor dramaturgia ou audiovisual nacional* (FSP) (DUPB, 2002, s.v. *cepecista*)

Acreditamos que o dicionário poderia resolver esse problema anotando CLT e CPC por extenso e, entre colchetes, ou outro símbolo, as siglas correspondentes. Outra solução viável seria remeter de alguma maneira ao local onde se encontra a lista de siglas. No entanto, essa seria uma solução mais onerosa para o usuário.

Ao ler a paráfrase explanatória de *ciberespaço* bem como as abonações correspondentes a esse signo-lema, o usuário necessitaria recorrer ao verbete *cibernética* para tentar compreender melhor o significado. No entanto, os resultados não parecem muito satisfatórios, uma vez que os exemplos não auxiliam no esclarecimento do significado, demonstrando apenas a ocorrência da palavra nos textos.

ciberespaço *Nm* Área de ação da cibernética: *com avanço da tecnologia, atualmente qualquer pessoa pode acionar um BBS e entrar num ciberespaço (FSP); A NBC é a primeira a investir no embrião de uma emissora paralela, apenas para servir ao ciberespaço (FSP).* (DUPB, 2002, s.v. *ciberespaço*)

cibernética *Nf* [**Abstrato de estado**] ciência que estuda a teoria da comunicação e o campo de controle e funcionamento das funções nervosas, na máquina ou nos seres vivos: *uma espécie de nova raça de obcecados pela cibernética (VEJ); Um texto sobre cibernética de algumas dezenas de páginas (CI); ignorava que a palavra cibernética já havia sido utilizada [...] no início do século dezenove (CIB)* (DUPB, 2002, s.v. *cibernética*)

Em *cicatrizado*, a definição circular levaria o usuário a buscar o significado de *cicatriz*:

cicatrizado *Adj* [**Qualificador de nome concreto não-animado**] 1 fechado com formação de cicatriz: *tinha no peito um ferimento mal cicatrizado (CCA); com as feridas das flechadas ainda mal cicatrizadas (PR) (...)* (DUPB, 2002, s.v. *cicatrizado*)

Notemos que, no entanto, é possível inferir o significado de *cicatriz* a partir do contexto abonado pelo exemplo, posto que as palavras *ferimento* e *feridas* aparecem como colocados. Nesse sentido, o exemplo cumpre uma das funções previstas pelo DUPB (2002), ou seja, a de complementar a paráfrase explanatória. Em todo caso, a

consulta ao lema *cicatriz* seria necessária caso o usuário não conseguisse inferir o seu significado no verbete acima:

cicatriz *Nf* ★ [Concreto] **1** marca deixada em tecidos vivos por ferida, solução de continuidade ou ferimento já fechado: *Aquela cicatriz em cima do seio foi de um desastre de automóvel (BH); a mão dele era branca, lisinha, mas a minha estava cheia de cicatrizes (...)* (DUPB, 2002, s.v. *cicatriz*)

Embora não se entenda completamente o significado de *soluções de continuidade*, os exemplos para *cicatriz* deixam em evidência que a palavra se refere à marca física (deixada na pele) provocada pelo fechamento de uma ferida.

A busca pela palavra *gnosticismo* também exigiria do consulente, para o pleno entendimento de seu significado, a consulta ao verbete *gnose*:

gnosticismo *Nm* [Abstrato de ação] movimento religioso-filosófico da Antiguidade que pretendia conciliar todas as religiões explicando-as pela gnose: *Nos primeiros séculos do cristianismo, vários movimentos heréticos se manifestaram, mas o principal deles foi o “gnosticismos” (HF)* (DUPB, 2002, s.v. *gnosticismo*)

gnose *Nf* [Abstrato de estado] conhecimento; sabedoria; saber: *Na tragédia simbólica do primeiro homem está a eleição e a aceitação de um destino, com todas as suas sanções, mas também uma comvente valorização do ser, da vontade e da gnose.* (DUPB, 2002, s.v. *gnose*)

Se na definição de *gnosticismo* a palavra *gnose* tivesse sido substituída por *racionalidade*, ou até mesmo *conhecimento* ou *sabedoria* (elencadas em *gnose*), a segunda consulta, provavelmente, se tornaria dispensável.

Ao consultar a palavra *homofóbico*, o consulente deve dirigir-se a *homófobo*, que, por sua vez, implica a consulta à *homofobia*:

homofóbico *Adj* [Qualificador de nome humano ou abstrato] **1** homófobo: *[dizer que] o homossexualismo não existe no Japão é uma mentira inventada pelos próprios japoneses, na passagem do século, para amenizar o pânico homofóbico do Ocidente para o qual o país*

começava a abrir as portas (FH); Eu gostaria que o disco fosse para alguns países europeus, Estados Unidos também, mas os americanos são muito homofóbicos (FSP). (DUPB, 2002, s.v. homofóbico)

homóforo *Adj* [Qualificador de nome humano ou abstrato] **1** que tem homofobia: *Revoltado, vai à Justiça brigar por seus direitos, defendido por advogado negro e homóforo (FSP); dificilmente seria desinformado a ponto de pensar que os brasileiros sejam mais homóforos que os norte-americanos (FSP) (...) (DUPB, 2002, s.v. homóforo)*

homofobia *Nf* [Abstrato de ação] aversão ao homossexualismo ou aos homossexuais: *Inexatos, infantis e infelizes os argumentos do redator ao demonstrar uma suposta necessidade de defender o heterossexualismo (...) Homofobia de quinta categoria. (...) (DUPB, 2002, s.v. homofobia)*

É possível perceber que, em relação à *homofobia*, a paráfrase explanatória é tão clara (autossuficiente), que o exemplo não cumpre outro papel a não ser o de atestar a sua ocorrência como um abstrato de ação. O DUPC (2004) resolveu essa questão das consultas sucessivas ao definir *homofóbico* como alguém que tem aversão ao homossexualismo, em vez de empregar apenas a paráfrase explanatória sinonímica, conforme fez o DUPB (2002). O sinônimo (*homóforo*) é escrito apenas ao final da definição:

HOMOFÓBICO (...) que tem aversão ao homossexualismo ou a homossexuais; homóforo: *um político ridiculamente homofóbico (...) (DUPC, 2004, s.v. homofóbico)*

Nesse verbete, a paráfrase é clara o suficiente para que reste ao exemplo apenas registrar a ocorrência da palavra.

No caso da palavra *iabá*, a definição se constrói com a palavra *ibejis*, provocando uma nova busca por parte do usuário para a compreensão do significado:

iabá *Nf* principal sacerdotisa do culto ibejis, a qual dirige todas as cerimônias: *Tiçõ a vislumbrou [...]: a figura de uma iabá [...] dona*

dos rios, em visita à distante província de seu reino (TG) (DUPB, 2002, s.v. *iabá*)

ibeji *Nm* orixá jeje-nagô dos gêmeos: *em alguns casos a linha do oriente é substituída pela linha das crianças, encabeçadas pelos ibejis – orixás gêmeos, representados por Cosme e Damião* (UM) (DUPB, 2002, s.v. *ibeji*)

A palavra *azuleno* apresenta uma definição bem construída. Sobressai-se a construção “líquido de cor azul”, o que já permitiria ao usuário ter uma imagem⁶⁴ do possível significado da palavra, mesmo que não soubesse o significado de *hidrocarboneto*, *alcatrão*, etc. O exemplo atua, nesse caso, como esclarecedor da paráfrase ao apontar a presença do *azuleno* em nosso cotidiano:

azuleno *Nm* hidrocarboneto líquido de cor azul intensa encontrável em alguns óleos vegetais e no alcatrão líquido: *Nos bochechos, aplaca aftas e gengivite. Um de seus segredos é o azuleno. Sólido extraído do óleo, é cicatrizante, antiinflamatório, antialérgico* (FSP); *Creme pós-barba com azuleno* (FSP) (DUPB, 2002, s.v. *azuleno*)

Na quarta acepção referente ao lema *bola*, o exemplo esclarece a paráfrase explanatória sinonímica que, nesse caso, não nos pareceu uma boa escolha, podendo ter sido substituída por *globo ocular*:

bola (...) [*Classif: de+nome concreto*] **4** *globo: [meu amigo] suspirava e revirava a bola de seus olhos para o céu* (TR) (...) (DUPB, 2002, s.v. *bola*)

A palavra *bola* apresenta outro problema. Na acepção 15, onde se elenca *juízo* como sinônimo, o exemplo atesta o uso da palavra em uma expressão idiomática (*não regular bem da bola*).

⁶⁴ A qualidade de uma definição está no quanto permite ao usuário “apontar a realidade”. No entanto, como dito em outro momento (cf. nt. 60), alguns tipos de palavras são naturalmente difíceis de definir (cores, plantas, etc), exigindo outros mecanismos auxiliares, tais como os exemplos e os pré- e pós-comentários.

bola (...) **15** (*Coloq*) juízo: *a senhora não regula bem da bola* (ANA)
(...) (DUPB, 2002, s.v. *bola*)

Nessa acepção, o lema *bola* não poderia ter como sinônimo a palavra *juízo*, posto que o sentido expresso pela fraseologia apresentada se refere à falta de juízo. *Bola*, inclusive, é um elemento que pode ser omitido da expressão (*não bater bem [da bola]*). *Não bater bem da bola* ou *não bater bem [da bola]*, portanto, deveriam estar ao final do verbete, junto com as demais fraseologias listadas (*bola pra frente*, *estar com a bola cheia*, etc.). Dessa forma, temos um caso em que o exemplo não condiz com a paráfrase explanatória.

Em relação ao verbete *usina*, o exemplo não atesta o contexto em que a palavra significa *engenho de açúcar*, o que nos leva a defender que somente a segunda acepção daria conta de expressar o significado de usina como engenho de açúcar, até mesmo porque o engenho seria mais um tipo de usina:

usina *Nf* **1** engenho de açúcar: *recortava-se no céu a chaminé de uma usina* (CAR-O); *O diretor da usina Zanin, de Araraquara* (GU)
[*Classif: de+nome ou adjetivo*] **2** indústria de produção ou beneficiamento de determinadas matérias-primas, em grande escala: *energia gerada por uma usina hidrelétrica* (ARQ); *a construção de uma usina siderúrgica* (CPO) (...) (DUPB, 2002, s.v. *usina*)

O contrário acontece no DUPC (2004):

USINA u.si.na **Sf** **1** engenho de açúcar: *Toda a cana produzida na região vai para uma única usina.* (...) (DUPC, 2004, s.v. *usina*)

O verbete *zona*, em sua terceira acepção, apresenta um problema já verificado na análise anterior (cf. 4.1.6.), isto é, a falta de correspondência entre a informação sintática e o exemplo que, em geral, atesta um uso não assinalado. Nesse caso, a preposição *de* é apontada como introdutória do complemento nominal do qual *zona* faz parte. Contudo, o exemplo apresenta a preposição *em*, o que nos parece não significar o mesmo que o complemento com a preposição *de*. Neste caso, a zona canvieira teria se transformado, ao passo que naquele, uma transformação qualquer poderia ter acontecido na zona canvieira enquanto localidade.

zona (...) [Classif: de+nome ou adjetivo] 3 área delimitada por certas particularidades: *uma profunda transformação na zona canavieira pernambucana* (AR-O) (...) (DUPB, 2002, s.v. *zona*)

4.2. O DUPC (2004)

4.2.1. A constituição do *corpus*

Elaborado também como projeto acadêmico da UNESP, o DUPC (2004) apresenta uma densidade macroestrutural menor que a do DUPB (2002), arrolando 58.223 entradas. O *corpus* que originou tal obra, no entanto, apesar de ser o mesmo a partir do qual foi concebido o DUPB (2002), isto é, o *Corpus de Araraquara*, na época de sua publicação, estava composto por 90 milhões de ocorrências em uma amostra de 55 textos, 14 milhões de ocorrências a mais que na época em que o DUPB (2002) fora publicado. Como se trata do mesmo *corpus*, a divisão das amostras entre as literaturas romanesca, técnica, dramática, oratória e jornalística, com predominância da última, foi mantida. Quanto ao recorte temporal, este foi ampliado, compreendendo textos entre 1950 e 2004⁶⁵ (cf. DUPC, 2004, p. VII). Além disso, mantém-se também o maior espaço destinado ao eixo Rio-São Paulo no gênero jornalístico. No caso do DUPC (2004), todos os textos da imprensa são de RJ ou SP. É nítido também que as amostras dos demais gêneros são majoritariamente obras de escritores desses dois estados brasileiros e também de Minas Gerais, o que nos revela, conforme dito anteriormente, que embora esses dicionários não assumam sua opinião de que a norma ideal brasileira deva ser obtida da língua usada pelos falantes da região Sudeste, terminam fazendo isso por meio da constituição do *corpus*. É o que mostra o Gráfico (1) a seguir:

4.2.2. O *front matter*

O *front matter* do DUPC (2004) divide-se em três partes: “características gerais”, “organização do verbete” e “introdução”. Na primeira parte, é feito um breve resumo sobre as principais características da obra (o *corpus*, a questão dos contextos, a teoria gramatical subjacente à obra, as formas de notação das informações, etc.). Em seguida,

⁶⁵ A análise das datas dos textos compilados revelou que quatro deles não estão dentro da faixa sincrônica mencionada no *front matter*, correspondendo aos anos de 1867, 1880, 1927 e 1940.

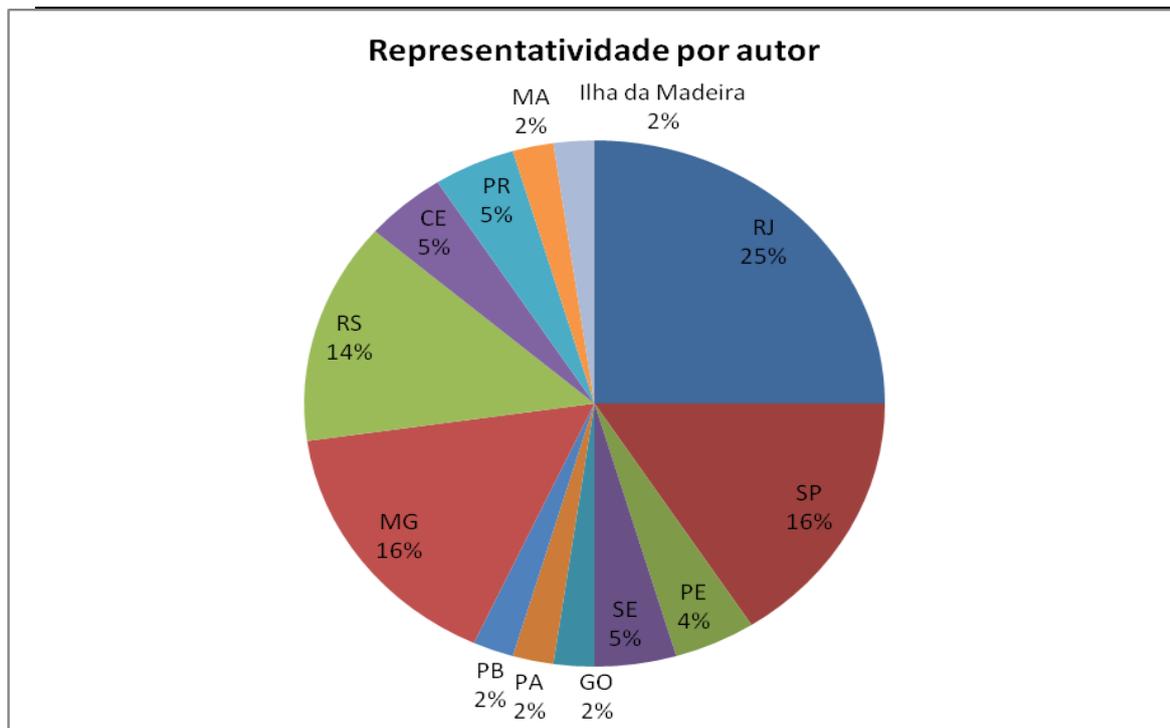


Gráfico 1⁶⁶: representatividade de autores no *corpus*.

assim como no DUPB (2002), essas características são exemplificadas em modelos de verbetes. Por fim, na introdução, há a explicação mais detalhada dos aspectos apresentados inicialmente.

Novamente, assim como no DUPB (2002), acreditamos que a parte introdutória mais provável de ser lida pelo consulente é a chamada “organização do verbete”, onde estão claramente apresentados os sistemas semióticos usados para a constituição das marcas dos segmentos informativos do dicionário. Por outro lado, assim como dito anteriormente, a presença de uma apresentação mais detalhada da obra é de fundamental importância para os usuários mais especializados, cujo interesse não só está em obter orientação em relação ao uso da língua, mas também compreender sob quais critérios essa orientação foi elaborada.

O perfil de usuário estabelecido pelo DUPC (2004) é também o usuário do português brasileiro escrito. No entanto, esse dicionário especifica mais o seu consulente em potencial, afirmando que a obra se destina aos escolares do ensino médio e anos iniciais do ensino superior de qualquer área. Para tanto, estabelece como objetivos aqueles já apresentados pelo DUPB (2002):

- a) estimular a pesquisa vocabular;

⁶⁶ Esse gráfico não considera a prosa jornalística, posto que ela é resultado da ação de vários autores. Assim, as porcentagens se relacionam aos 44 autores cujas obras pertencem aos demais gêneros textuais (romanesca, dramática, etc).

b) estimular a reflexão sobre o uso da língua.

Ao afirmar que fornece uma “orientação objetiva quanto ao uso preferencial (para opção do consulente)” (DUPC 2004, p. I), nos parece que esse dicionário, tal qual o DUPB (2002), apresenta uma intenção normativa que, dada a maneira como o dicionário é descrito em sua introdução, parece estar baseada nos fatos da norma real do português brasileiro, aspecto a ser verificado em nossas análises.

É importante salientar que a definição do perfil de usuário proposta pelo DUPC (2004) é a mesma da obra lexicográfica conhecida como “dicionário escolar”⁶⁷. Há, portanto, o compartilhamento de um traço entre esses dicionários. Genótipos lexicográficos compartilham traços bem definidos. Analogamente ao campo da fonologia, onde um /p/ não é um /b/ pelo traço do vozeamento, em lexicografia, um dicionário de usos não é um dicionário escolar porque, por exemplo, a seleção macroestrutural é feita de maneira distinta. Considerando que um dos objetivos pretendidos para essa monografia é verificar se as obras analisadas constituem-se como genótipos lexicográficos, um dos parâmetros que nos permitirá avaliar se o DUPC (2004) se configura como um dicionário genotípico, e não fenotípico (menos prototípico), é se, ao longo da obra, segue compartilhando traços com o dicionário escolar, não sendo possível afirmar se se trata de um dicionário de usos ou escolar.

Existe a possibilidade, portanto, de que talvez o DUPC (2004) seja um exemplo de um dicionário de uso menos prototípico, hipótese que apenas poderá ser comprovada nas análises que seguem.

4.2.3. Distinção *Type* x *Token*

A fim de comparar as soluções adotadas por um e outro dicionário, analisamos no DUPC (2004) as mesmas unidades léxicas que no DUPB (2002).

O DUPC (2004) afirma em seu *front matter* que lematiza as variantes ortográficas segundo apenas um critério, a saber, o registro entre barras, cuja entrada ocorre pela palavra mais frequente, e a remissão da forma *token*, o mesmo critério adotado pelo DUPB (2002). No entanto, as análises revelaram que há ainda outro critério empregado para a distinção entre formas *type* e *token* que parece ser, também, o mesmo utilizado

⁶⁷ Para um aprofundamento no que diz respeito aos dicionários escolares, cf. BUGUEÑO; FARIAS (2011a, 2011b 2009 e 2008) e FARIAS (2011, 2008, 2007 e 2006).

pelo seu antecessor: no lema correspondente à forma *token*, há uma paráfrase explanatória sinonímica que funciona como uma remissão à forma *type*, uma vez que o sinônimo apontado é a própria palavra de uso preferencial. Contudo, assim como no DUPB (2002), as formas preferenciais não remetem ou mencionam a existência de uma variante de menor frequência, o que implica que o conhecimento da existência de formas ortográficas coocorrentes no português brasileiro por parte do consulente dependa da consulta à forma *token*, consequência pouco funcional.

Embora os critérios de lematização de variantes ortográficas sejam os mesmos em ambos os dicionários, o DUPC (2004) os desenvolve de maneira mais consequente, pois, à diferença do DUPB (2002), utiliza pós-comentários⁶⁸ (introduzidos pelo símbolo ☉) como segmentos informativos em dez das vinte unidades léxicas analisadas, conforme podemos observar abaixo:

ABDOME/ABDÔMEN ab.do.me/ab.dô.men **S**m ventre; barriga ☉ **A** primeira forma é muito usada em LR; a segunda predomina em LJ. Ambas são registradas pelo VOLP. (DUPC, 2004, s.v. *abdome*)

ALEVANTAR a.le.van.tar **V**t levantar. ☉ É forma popular e, portanto, de frequência baixíssima na LJ, que prefere **levantar**. (DUPC, 2004, s.v. *alevantar*)

LEVANTAR le.van.tar **V**t (...) **2** erguer; alçar (...) **9** fazer surgir; provocar (...) **22** sair da cama; acordar (...) **23** surgir; irromper (...) ☉ **(iii)** a variante popular **alevantar** é pouco usada, ocorrendo especialmente em 2, 9, 22 e 23. (DUPC, 2004, s.v. *levantar*)

AMÍGDALA a.míg.da.la **S**f cada uma das glândulas, em forma de amêndoa, situada à entrada da garganta (...) ☉ **(i)** mais usado no pl **(ii)** a variante **amídala** é muito pouco usada. (DUPC, 2004, s.v. *amígdala*)

⁶⁸ De acordo com Wiegand (1989b *apud* FARIAS, 2011, p. 109), a microestrutura simples de um dicionário, dividida em comentário de forma e comentário semântico, pode ser ampliada em pré- e pós-comentários de forma e pré- e pós-comentário semântico.

BERRUGA ber.ru.ga **Sf** (*Coloq*) verruga. ☼ De ocorrência baixíssima em relação à **verruga**. (DUPC, 2004, s.v. *berruga*)

BRAVO/BRABO bra.vo/bra.bo **Adj** **1** severo (...) **2** irado; bronqueado (...) **Sm** pessoa valente; pessoa corajosa (...) **Interj** **13** expressa aprovação (...) ☼ **(ii)** Como **Sm** e como **Interj** só a forma **bravo** está sendo usada nos textos escritos. (DUPC, 2004, s.v. *bravo*)

BUTUCA bu.tu.ca/bo.tu.ca (*Or duv*) **Sf** (*Coloq*) Olho **de b.** de olho; alerta (...) ☼ **(ii)** a forma *botuca*, também registrada pelo VOLP, é muito pouco usada. (DUPC, 2004, p. *butuca*)

INFARTO/ENFARTO in.far.to/en.far.to **Sm** **1** necrose de parte do miocárdio por obstrução de uma artéria coronária (...) **2** (*Med*) necrose de um órgão produzida por obstrução da circulação arterial (...) ☼ A variante **enfarte** é bem menos usada e a forma **enfarto** é rara. (DUPC, 2004, s.v. *infarto*)

RELAMPEJAR re.lam.pe.jar **Vt** **1** fazer manifestar-se rapidamente (...) **2** ocorrer com a rapidez do relâmpago (...) ☼ Mais usado que **relampaguear** e **relampear**. (DUPC, 2004, s.v. *relampejar*)

ROUGE (...) (*Fr*) **Sm** ruge. ☼ Forma mais usada do que **ruge**. (DUPC, 2004, s.v. *rouge*)

Note-se que os pós-comentários adotados pelo DUPC (2004) cumprem duas funções: a) esclarecer ou reforçar ao consulente a informação sobre a frequência de uso (*levantar, amígdala, berruga, butuca, infarto, relampejar* e *rouge*) e b) orientar o consulente acerca do meio em que a palavra é usada (*abdome, alevantar* e *bravo*). No caso de *amígdala*, o primeiro pós-comentário cumpre a função de apontar ao usuário a forma em que a palavra é mais usual, constituindo-se, em virtude disso, como um pós-comentário de forma. Os demais são pós-comentários semânticos. Gostaríamos de ressaltar, porém, que, no caso de *rouge*, conforme o critério utilizado, o sinônimo arrolado após o lema corresponde à forma *type*. Sendo assim, ao dizer que *rouge* é a forma preferencial, o pós-comentário contradiz esse critério de lematização. O verbete, portanto, deveria estar estruturado da seguinte maneira:

ROUGE (...) (Fr) **Sm** Cosmético em pó ou em pasta (...) usado para cobrir as maçãs do rosto. ☉ Forma mais usada do que **ruge**.

O lugar do uso do sinônimo na função remissiva deveria ser no verbete dedicado a *ruge*, a forma *token*, a exemplo de *catorze*⁶⁹:

RUGE (...) (Fr) **Sm** rouge. ☉ Forma menos usada do que **rouge**.

Consideramos bastante coerente a decisão da equipe da UNESP de incluir pós-comentários no DUPC (2004), pois caso o usuário não tenha lido ou não tenha entendido o *front matter* e tampouco depreendido de sua própria busca como o dicionário trata as variantes ortográficas, poderá ser claramente orientado pelas informações contidas nos pós-comentários. Ademais, o DUPC (2004) resolve em parte o problema da ausência de registro de variantes apresentado pelo DUPB (2002). Embora mantenha a coerência com o critério de frequência estipulado como definitório na questão do registro das formas *type* e *token*, ao usar um pós-comentário semântico, como no caso de *amígdala*, essa obra não só justifica a ausência do lema que seria o *token* (baixíssima frequência), como também, apesar de não o haver lematizado, confirma sua existência para o usuário. Contudo, as formas *token* de *quociente* e *degelar*, assim como no DUPB (2002), não foram arroladas na macroestrutura do dicionário.

Além desses segmentos informativos, a lematização das palavras *cuspe*, *maquiagem*, *infarto*, *quatorze*, *relampejar* e *rouge* como formas *type*, enquanto que no DUPB (2002) são *token* (exceto *relampejar*, que não possui marca alguma), vão ao encontro dos dados de frequência obtidos da consulta ao *Corpus Brasileiro*, ao *Corpus do Português* e ao *Google Brasil*⁷⁰:

- a) *Quatorze* é eleita forma *type*, da mesma maneira que mostram os dados de frequência do *Corpus Brasileiro*, ao *Corpus do Português* e ao *Google Brasil*;
- b) A forma *cuspe* apontada como *type* pelo dicionário é também a palavra de maior frequência de acordo com o *Corpus Brasileiro* e o *Google Brasil*. Somente o

⁶⁹ CATORZE ca.tor.ze **Num** quatorze. (DUPC, 2004, s.v. *catorze*)

⁷⁰ Como já dissemos, a tabela completa com os dados de frequência consultados encontra-se em anexo.

-
- Corpus do Português* e o DUPB (2002) apontam *cuspo* como *type*. Os três corpora são unânimes (e os dicionários também, nesse sentido), no entanto, em marcar *guspe* como a forma menos usada entre as três (*cuspe*, *cuspo* e *guspe*).
- c) Ao registrar *infarto* como *type*, o DUPC (2004) acompanha os dados de frequência do *Corpus Brasileiro* e do *Google Brasil*, enquanto o *Corpus do Português* e o DUPB (2002), ao contrário, marcam *enfarte* como *type*.
 - d) Como lematiza *maquiagem* como forma *type*, o DUPC (2004) entra em acordo com as frequências informadas pelo *Corpus Brasileiro*, pelo *Corpus do Português* e pelo *Google Brasil*.
 - e) Ao registrar *relampejar* como *type*, o dicionário concorda com os dados do *Corpus Brasileiro* e do *Google Brasil*. Além disso, o simples fato de marcar alguma das variantes como *type* já o coloca à frente do DUPB (2002), que não marca nenhuma.

No que concerne à comparação entre o tratamento que o DUPB (2002) e o DUPC (2004) oferecem às variantes ortográficas, consideramos que a orientação quanto ao uso do português brasileiro é elaborada de maneira mais funcional pelo DUPC (2004), o que representa um ganho para o perfil de usuário o qual pretende alcançar, isto é, o usuário da língua escrita em fase escolar.

4.2.4. Informação sintática

Em relação à informação sintática, nitidamente percebe-se que o DUPC (2004) é muito mais simples que o seu antecessor, a começar pelo retorno do emprego da nomenclatura já conhecida por grande parte dos usuários de dicionários, baseada na transitividade verbal.

Assim como no tópico dedicado à distinção entre as formas *type* e *token*, a presente análise, também contrastiva entre os dicionários em estudo, foi realizada a partir da consulta aos mesmos verbetes.

1. Verbos

Em *abdicar*, as paráfrases explanatórias poderiam refletir melhor a transitividade verbal. O segmento [a cargo ou poder], na primeira acepção, poderia ser retirado dessa posição, já que o exemplo demonstra o uso intransitivo, e ser incorporado à definição pertencente à segunda acepção, que se trata do uso transitivo.

ABDICAR ab.di.car **Vi 1** renunciar voluntariamente a cargo ou poder: *D. Pedro I abdicou em 1831.* **Vt 2** renunciar voluntariamente a: *D. Pedro abdicou o/do trono.* (+de) **3** renunciar a: *nossos cineastas estão abdicando da concorrência com o cinema americano.* (DUPC, 2004 s.v. *abdicar*)

ABDICAR ab.di.car **Vi 1** renunciar voluntariamente: *D. Pedro I abdicou em 1831.* **Vt 2** renunciar voluntariamente a cargo ou poder: *D. Pedro abdicou o/do trono.* (+de) **3** renunciar a: *nossos cineastas estão abdicando da concorrência com o cinema americano.* (DUPC, 2004 s.v. *abdicar* – verbete adaptado)

Além desse aspecto, como podemos ver acima, a abonação registrada para a segunda acepção ilustra uma variação da transitividade não marcada no verbete, isto é, o uso da preposição *de*, atribuído apenas à terceira acepção que, em nossa opinião, possui o mesmo significado da segunda e, por isso, não deveria constituir-se como acepção independente.

ABDICAR ab.di.car **Vi 1** renunciar voluntariamente: *D. Pedro I abdicou em 1831.* **Vt** (+de) **2** renunciar voluntariamente a cargo ou poder: *D. Pedro abdicou o/do trono; Nossos cineastas estão abdicando da concorrência com o cinema americano.* (+de) **3** renunciar a: *nossos cineastas estão abdicando da concorrência com o cinema americano.* (DUPC, 2004 s.v. *abdicar* – verbete adaptado)

Enquanto o DUPB (2002) marca os complementos que podem ou não estarem explícitos na oração pelo uso do sinal \pm , o DUPC (2004), no caso do verbete *ajudar*, procede de maneira distinta, inserindo um pós-comentário de forma para orientar sobre a omissão de um dos complementos:

AJUDAR a.ju.dar **Vt 1** tornar mais fácil; facilitar; favorecer (...) **2** dar assistência a; auxiliar (...) **3** socorrer: *Ele mesmo tentava ajudar os*

outros reféns (...) ☉ (i) Em 3 é comum a omissão do Compl: *Depois das aulas Laura ajuda a mãe (...)* (DUPC, 2004 s.v. *ajudar*)

Consideramos que a inserção de um pós-comentário, em casos como esse, é uma maneira mais evidente de apresentar a informação sintática desejada. Considerando o perfil de usuário definido para o DUPC (2004), isto é, um usuário escolar, acreditamos que essa é uma estratégia bastante adequada. Por outro lado, não se pode deixar de pensar no quanto a marcação usada pelo DUPB (2002) é mais “econômica” em termos de espaço aproveitado no fornecimento da informação, detalhe importante quando a obra é submetida ao processo de editoração. A equipe de lexicógrafos, portanto, deve fornecer todas as informações necessárias, no menor espaço possível e, mais importante, da melhor forma possível (que o usuário possa entender claramente), o que representa um desafio na elaboração de um dicionário.

A opção pelo uso ou omissão da preposição na construção dos complementos também é realizada de modo diferente pelos dois dicionários. No DUPB (2002), a preposição é anotada entre parênteses. Já o DUPC (2004), em alguns casos, opta por inserir um pós-comentário que esclarece sobre o uso da preposição, assim como podemos ver abaixo, nas acepções em que *assistir* significa *ver*:

ASSISTIR as.sis.tir Vt (...) (+a) **3** presenciar; observar: *Assistiu à queima de fogos.* **4** presenciar; testemunhar: *Teve a experiência terrível de assistir, da janela da sua casa, a um assassinato* **5** ver; acompanhar: *Todo espectador tem garantido o melhor lugar para assistir ao show.* (...) **6** comparecer; estar presente: *Assistimos a várias conferências do mestre.* (...) (+em) **8** morar; residir em: *O cabeludo assistia numa tapera.* **9** estar alojado: *Ema assistia num quarto perto do meu.* **10** atender: *O deputado assistia num gabinete modesto.* ☉ (i) as acepções 8, 9 e 10 são pouco usadas (ii) Na língua escrita a forma preferida para 3 a 6 é o compl introduzido por **a**. (DUPC, 2004 s.v. *assistir*)

Contudo, o emprego dos parentes contendo a preposição não nos parece um sistema tático completamente claro, pois pode interpretar-se que se trata de um uso opcional, sendo que nem sempre isso é viável, como no verbo *necessitar*, por exemplo:

NECESSITAR ne.ces.si.tar **Vt** (+de) ter necessidade; precisar: *A empresa necessita de mecânicos.* (DUPC, 2004 s.v. *necessitar*)

Os dois pós-comentários elencados nesse verbete comprovam que, de fato, o DUPC (2004) almeja apresentar explicitamente aos consulentes informações sobre a norma real da língua, visto que toda e qualquer informação sobre frequência e preferência de uso é de fundamental importância em relação às escolhas linguísticas que o usuário faz ao consultar um dicionário. Os verbos *aspirar*, *namorar*, *responder* e *visar* são também exemplos do uso de pós-comentários como segmento informativo de orientação idiomática explícita:

ASPIRAR as.pi.rar **Vt** (...) (+a) **4** desejar ardentemente; almejar: (...) *Marina aspira a ser uma princesa* (...) ☉ (i) Na língua escrita a construção preferida para 4 é com o compl introduzido por **a**. (DUPC, 2004 s.v. *aspirar*)

NAMORAR na.mo.rar **Vt** manter relação de namoro ou cortejamento com: *Rô namora Pedro* ☉ (...) (ii) em 1, também ocorre com compl precedido de **com**: *Rô namora com Pedro.* (DUPC, 2004 s.v. *namorar*)

RESPONDER res.pon.der **Vt** (+a) **1** dizer ou escrever em resposta: *responder à indagação* **2** retrucar; revidar: *O homem responde aos insultos.* (...) ☉ O compl pode não vir preposicionado quando não se refere a pessoa: *Responda minha pergunta! Ele não respondeu as cartas.* (DUPC, 2004 s.v. *responder*)

VISAR vi.sar **Vt** (...) **3** ter em mente; ter como objetivo: *Apesar do espaço da peça ser delimitado, ela não visa a ter caráter regional.* (...) ☉ Em 3, a tendência atual é para a eliminação da preposição **a**, principalmente se o Compl for uma Or Inf: *A medida visa sanear as duas instituições* (...) (DUPC, 2004 s.v. *visar*)

Como se não bastasse os pós-comentários, eles integram ainda abonações que os ilustram, reforçando as informações apresentadas e, mais uma vez, comprovando o uso

ostensivo de pós-comentários pelo DUPC (2004) como estratégia de orientação idiomática explícita. É o caso dos verbetes *namorar*, *visar* e *responder*.

Acerca de *visar*, entretanto, o uso da preposição *a*, embora devesse, não foi assinalado (como foi feito em *aspirar*) antes da terceira acepção. Apenas a abonação o atesta. Casos semelhantes ocorrem com os verbos *atender* e *esquecer*:

ATENDER a.ten.der Vt (...) 6 responder ao chamado ou solicitação de; obedecer: *Os voluntários atenderam a(o) chamado da Pátria. Alguns atenderam ao meu apelo.* (DUPC, 2004 s.v. *atender*)

Em *atender*, a abonação relativa à sexta acepção marca a possibilidade de o complemento ser construído com a preposição *a* (verbo transitivo indireto) ou sem ela (verbo transitivo direto). No entanto, deveria haver, antes da acepção 6, tal qual ressaltamos para o verbete *visar*, a notação (+*a*), como consta nos verbetes *aspirar* e *responder*, por exemplo, pois a marcação da preposição é um critério explícito no *front matter* do DUPC (2004), que afirma marcar somente os complementos preposicionados: “a complementação dos verbos transitivos só é marcada [sc. no verbete] pela preposição que introduz os complementos.” (DUPC, 2004, p. IX). Nesse sentido, a marcação feita pelo DUPB (2002) foi mais consequente:

atender V ★ [Ação] [\pm Compl: (a+)nome] 1 responder: *Nem podia atender meus telefonemas* (L); *nem por curiosidade atenderam aos apelos do rapaz* (CCA) (...) (DUPB, 2002 s.v. *atender*)

Ademais, não há nenhum pós-comentário que esclareça sobre o uso de um e outro tipo de complemento. Parece, então, que não há uma preferência de uso entre o complemento direto e o indireto, o que poderia justificar a ausência de um pós-comentário como os de *responder* e *visar*. Entretanto, essa é uma afirmação que não encontra respaldo na introdução da obra, que não menciona os critérios de inserção dos pós-comentários e também se há casos em que a marcação da preposição não é realizada.

Acerca do verbo *esquecer*, tanto no DUPC (2004), como no DUPB (2002), o uso não é marcado ao longo do verbete e tampouco no pós-comentário, que só o registra em relação ao verbo na sua forma pronominal (*esquecer-se de*). No entanto, é possível

verificar, nas abonações referentes às acepções 1, 2 e 7, a possibilidade de uso da preposição *de* nos complementos de *esquecer* em sua forma não pronominal. Dessa maneira, o conteúdo do pós-comentário entra em conflito com o que o verbete demonstra, pois este restringe o uso da preposição *de* apenas aos casos de pronominalização:

ESQUECER es.que.cer **Vt** **1** deixar sair da memória; não lembrar; olvidar: *Nunca esquecerei (d)esta noite.* **2** deixar sair da lembrança por algum tempo: *Durante a viagem, Olavo esquece (d)as preocupações do dia-a-dia.* **3** deixar de lado; desprezar: *As duas companhias esqueceram suas diferenças.* **4** deixar; abandonar: *Podem esquecer as esperanças.* **5** perder (habilidade adquirida); deixar de saber: *Ainda não esqueci meu francês do ginásio.* **6** perder a estima ou amor por: *Você ainda vai esquecer esse traste!* **7** descuidar: *esquecer de pagar a conta; Esqueceu (d)a conta de luz e sua energia foi cortada. (...+Pred/em)* **8** deixar por inadvertência: *esquecer a bolsa aberta; esquecer a chave no contato.* ☉ **(i)** De 1 a 7, pode ser usado na forma pronominal + **de**: *Esqueceu-se das preocupações; esquecer-se das contas a pagar. (...)* (DUPC, 2004 s.v. *esquecer*)

Novamente, o usuário não é orientado da forma mais adequada possível. O pós-comentário, assim, necessita ser expandido, informando (e orientando) o consultante de que a norma padrão do português prefere usar a preposição *de* apenas com a forma pronominal de *esquecer*, não obstante a norma real demonstre outras possibilidades.

2. Substantivos, adjetivos e advérbios

A análise da informação sintática dos verbetes de substantivos e de adjetivos revelou a mesma instabilidade no registro preposicional apresentada na análise dos verbos. Foi o caso de *capacidade*, *necessidade* e *grato*.

Em *capacidade*, a preposição marcada como introdutória do complemento nominal é *para*. Contudo, como é possível ver, as abonações pertencentes às acepções 1 e 5 ilustram o uso com a preposição *de*:

CAPACIDADE ca.pa.ci.da.de **Sf 1** potencial para conter, acomodar ou guardar alguma coisa; espaço para ocupação: *um tanque com capacidade de 10.000 litros (...)* **5** quantidade de energia elétrica potencial: *Essa usina tem capacidade de 300Kw.* (+para) **6** aptidão; habilidade: *Não tenho capacidade para dramas.* (DUPC, 2004 s.v. *capacidade*)

Assim como vimos nos lemas correspondentes a verbos, as abonações atestam um uso não marcado no verbete como obrigatório ou opcional, fato que prejudica a coerência da obra e, por conseguinte, o êxito dela em relação ao perfil de usuário definido. Em relação ao registro da preposição *de* como regência de nomes, o DUPC (2004) afirma que

(...) não se anota a Prep **de** que introduz uma estrutura **de+S** associada a uma forma derivada de verbo transitivo direto: *inventar a pólvora > invenção da pólvora; buscar um caminho > a busca de um caminho.* Anota-se, porém, a Prep **de** quando ela estiver associada a outra, numa construção nominal complexa. Ex: *acordo do país com o FMI, casamento de Maria com João, adaptação dos atletas à altitude.* (DUPC, 2004, p. IX)

O substantivo *capacidade*, contudo, não se enquadra em nenhum dos dois casos apontados pelo dicionário, o que nos permite concluir que houve uma falha ao não marcar-se a preposição *de* como parte do complemento das acepções 1 e 5. O verbete *necessidade*, por outro lado, não teve registrada a preposição *de* porque “introduz uma estrutura **de+S** associada a uma forma derivada de verbo transitivo direto” (DUPC, 2004, *ibid*):

NECESSIDADE ne.ces.si.da.de **Sf 1** urgência; precisão: *Tenho necessidade de entregar o trabalho hoje.* (...) **4** carência; falta: *Naquele ambiente fechado, sentia necessidade de ar.* (...) (DUPC, 2004 s.v. *necessidade*)

A preposição *de* encontra-se registrada no verbete *necessitar*:

NECESSITAR ne.ces.si.tar **Vt** (+de) ter necessidade; precisar: *A empresa necessita de mecânicos.* (DUPC, 2004 s.v. *necessitar*)

Apesar do critério de registro da preposição *de* estar bastante claro na introdução do DUPC (2004), acreditamos que tal decisão não é funcional, posto que a preposição acaba aparecendo nos exemplos (pois é, de fato, usada) e assim se produz um descompasso entre marcação sintática e abonação, uma vez que a função primordial desta é atestar o uso marcado por aquela. Portanto, o que nossos resultados apontaram, no quesito informação sintática, é que as abonações estão atestando usos não assinalados explicitamente pela obra. A principal consequência é o prejuízo do objetivo de registrar a norma real da língua e de orientar o consulente em relação a ela.

No que diz respeito ao adjetivo *grato*, não obstante tenha sido registrado o uso da preposição *a* como introdutória do complemento nominal, a preposição *por*, que marca o adjunto, assim como sugerimos para o DUPB (2002), poderia vir assinalada no verbete (com marcação por símbolos ou na forma de pós-comentário).

GRATO gra.to Adj (...) (+a) 2 que tem gratidão; agradecido: *As gerações do futuro ficarão gratas a vocês.* (DUPC, 2004 s.v. *grato*)

4.2.5. Marcas e notas de uso

O DUPC (2004) é mais preciso ao justificar as marcas diassistêmicas que utiliza no que diz respeito àquelas palavras variáveis no nível diafásico-diastrático da língua:

(...) alguns chulismos e vulgarismos, por sua alta frequência, foram registrados – o contrário seria tapar o sol com a peneira –, mas sem contextualização quanto ao sentido realmente chulo, mesmo porque ela é desnecessária. Nesses casos foram rotulados como **chulo, grosseiro, coloquial, popular, gíria**. Também se registraram os regionalismos que se conseguiu identificar e os estrangeirismos. (DUPC, 2004, p. VIII)

A maioria das marcas de uso apresentadas pelo DUPC (2004) são as mesmas empregadas pelo DUPB (2002). Porém, como podemos ver abaixo, muito mais verbetes foram marcados diassitemicamente, somando um total de 57:

-
- a) Coloquial (21): *bagaceira*, *bicha*, *biscate*, *bolachudo*, *bolar*, *bucho*, *cabra*, *cavalo*, *chulé*, *come-dorme*, *curtir*, *gato*, *goró*, *joão-ninguém*, *meleca*, *mijada*, *prego*, *pum*, *puto*, *ranho*;
 - b) Regionalismo (10): *bicha* (NE), *bolear* (RS), *chê* (RS), *chibé* (NE), *china* (RS), *cusco* (RS), *gato* (SP), *guasca* (RS), *guaxo* (RS) e *tatu* (AM/RS);
 - c) Estrangeirismo (16): *bibelô* (Fr), *bicha* (Lus), *blitz* (Al), *china* (Esp. plat), *coiffeur* (Fr), *curry* (Ing), *cusco* (Esp. plat.), *design* (Ing), *escanear* (Ing), *fetichê* (Fr), *fezada* (Lus), *jeans* (Ing), *jingle* (Ing), *manequim* (Fr), *mangra* (Esp) e *mozzarella* (Ital);
 - d) Depreciativo (1): *bucho*;
 - e) Chulo (2): *peido* e *puteiro*;
 - f) Gíria (1): *rango*;
 - g) Anatomia (1): *cóclea*;
 - h) Medicina(1): *escrófula*
 - i) Botânica (1): *cianocarpo*
 - j) Futebol (1): *golaço*;
 - k) Artes gráficas (1): *gato*
 - l) Desportos: (1): *gato*.

Das palavras buscadas no DUPC (2004), assim como no DUPB (2002) apenas *ficar* e *tatu* não registraram os significados procurados, não obstante tenhamos encontrado em *tatu* outras marcas de uso. Dentre os 66 verbetes analisados, 12 não foram marcados diassistemicamente. Desses 12, no entanto, metade apresentou notas de uso, o que, em certa medida, acabou suprimindo a falta das marcas de uso, não obstante acreditemos que seria pertinente utilizá-las.

Além da marcação diassistêmica massiva, confirmamos que o DUPC (2004) utiliza em maior número os pós-comentários que o seu antecessor. Enquanto o DUPB (2002), dentre os verbetes analisados, não apresenta nota de uso em nenhum deles, o DUPC (2004), por sua parte, utiliza pós-comentários em 14 lemas, sempre quando a marca de uso não foi o suficiente para orientar o usuário ou, por outro lado, quando a palavra não possui marcação diassistêmica. Foram os casos, respectivamente, de *bicha*, *coiffeur*, *guasca*, *guaxo*, *jeans*, *mozzarella* e *puto* e de *arrego*, *boleiro*, *cólofon*, *esponsais*, *ludopédio*, *mouse* e *mula*:

BICHA bi.cha **Sf** (...) (*Coloq*) **2** lombriga: *Criança que tem bichas gosta de comer terra.* **3** homossexual masculino **4** (*Reg:NE*) *cachaça* **5** (*Lus*) *fila.* ☉ A acepção 3 também existe em Portugal e 5 também é usada no RS. (DUPC, 2004, s.v. *bicha*)

COIFFEUR (...) (*Fr*) **Sm** cabeleireiro (...) ☉ Tem tom pedante. (DUPC, 2004, s.v. *coiffeur*)

GUASCA₁ guas.ca **Sf** (*Reg: RS*) **1** rio-grandense-do-sul: *Conheci um guasca de Porto Alegre.* **Adj 2** típico ou próprio do rio-grandense-do-sul: *a valentia guasca.* ☉ Pode ter tom depreciativo, mas geralmente é jocoso. (DUPC, 2004, s.v. *guasca*)

GUAXO₂ gua.xo (*esp*) **Adj** (*Reg: RS*) que não tem mãe ou foi separado na idade de amamentação (...) ☉ A forma **guacho**, também registrada pelo VOLP, não está sendo usada na língua escrita. (DUPC, 2004, s.v. *guaxo*)

JEANS (*Ing*) **Sm 1** tecido de algodão grosseiro, geralmente azul, que desbota facilmente, utilizado para confecções esportivas, especialmente calças e jaquetas. **2** calça feita desse tecido (...) ☉ Também é usado associado a um nome de roupa: *calca jeans; jaqueta jeans.* (DUPC, 2004, s.v. *jeans*)

MOZARELA mo.za.re.la (*Ital*) **Sf** queijo de sabor suave, macio e esbranquiçado (...) muito usado na culinária ☉ A forma **mussarela**, não registrada pelo VOLP, ocorre largamente na LJ, enquanto a variante **muçarela**, admitida pelo VOLP, não ocorre nos textos escritos contemporâneos⁷¹. (DUPC, 2004, s.v. *mozarela*)

PUTO pu.to **Sm** (*Coloq*) **1** pessoa velhaca; safado: *Pois não é que os putos entraram no bar e provocaram a maior confusão?* **2** (*Lus*) criança; garoto **Adj 3** (*Coloq*) enorme: *A fonte da praça principal tem*

⁷¹ Esse pós-comentário comprova que o VOLP poderia não apenas registrar se uma palavra existe ou não na língua, mas auxiliar o consulente em relação ao uso, marcando as formas preferenciais.

uma puta energia. (...) ☼ (i) Em qualquer das acepções é uso vulgar e grosseiro. (DUPC, 2004, s.v. *puto*)

ARREGO ar.re.go [ê] **Sm** usado para indicar desistência: *Quando viu que não podia vencer a luta, pediu arrego.* ☼ Mais usado na expressão **pedir arrego**. (DUPC, 2004, s.v. *arrego*)

BOLEIRO₁ bo.lei.ra **Sf** pessoa que faz ou vende bolos; confeitiro (...) ☼ Tem tom levemente depreciativo. (DUPC, 2004, s.v. *boleiro*)

CÓLOFON có.lo.fon **Sm** indicação do nome do impressor, local e data que os artigos impressores costumavam pôr no fim do livro. ☼ muito pouco usado atualmente. (DUPC, 2004, s.v. *cólofon*)

ESPONSAIS es.pon.sais **Sm pl 1** núpcias; casamento. **2** celebração ou contrato de noivado. ☼ muito pouco usado atualmente. (DUPC, 2004, s.v. *esponsais*)

LUDOPÉDIO lu.do.pé.dio **Sm** futebol. ☼ Forma muito pouco usada atualmente. (DUPC, 2004, s.v. *ludopédio*)

MOUSE (...) **Sm** dispositivo que, com a pressão do dedo, aponta e seleciona as opções na tela do computador. ☼ Do Ing **mouse** “rato”, por causa da forma. Em Portugal, esse dispositivo chama-se **rato**. (DUPC, 2004, s.v. *mouse*)

MULA mu.la **Sf** fêmea do mulo ou do burro. ☼ Usa-se, grosseiramente, para qualificar alguém de ignorante ou muito teimoso: *Será que você não me entende, sua mula! Seu pai é uma mula mesmo, pois vive insistindo nesse negócio há anos.* (DUPC, 2004, s.v. *mula*)

Não obstante consideremos uma característica positiva do DUPC (2004) o uso frequente de pós-comentários, foi possível verificar que nem sempre esses segmentos informativos são elucidativos em relação ao uso da língua, deixando de orientar os falantes de maneira objetiva a esse respeito. No verbete *bicha*, o pós-comentário afirma que a quinta acepção (*fila*) é usada nesse sentido também no Rio Grande do Sul.

Contudo, o uso coloquial ou depreciativo dessa palavra ganhou muito mais força no português brasileiro. Provavelmente essa nota foi registrada porque houve ocorrências no corpus de *bicha* significando *fila*. Contudo, nesse caso, tendo em vista a (s) data (s) das ocorrências, a equipe deveria marcar no pós-comentário que tal acepção, hoje, já pode ser considerada obsoleta no português brasileiro. No caso de *mozzarella*, embora o pós-comentário seja bastante completo ao dizer em que gêneros textuais as variantes *mussarela* e *muçarela* ocorrem, contrastando tais ocorrências com o VOLP (2009), o usuário não obtém a resposta para a pergunta ‘qual palavra utilizar preferencialmente’, uma vez que o dicionário registra uma forma (*mozzarella*) diferente da registrada pelo VOLP (*muçarela*) e ambos registros são diferentes do que foi apontado como frequente pelos dados do corpus (*mussarela*). Finalmente, o pós-comentário do verbete *puto* afirma que em qualquer acepção o uso é considerado vulgar e grosseiro. No entanto, tal observação não se aplica à segunda acepção, própria do português lusitano, na qual *puto* significa *criança*.

Em relação aos verbetes não marcados, acreditamos que o emprego de marcas de uso em *arrego* (coloquial), *boleiro* (depreciativo), *cólofon* (obsoleto), *esponsais* (obsoleto), *ludopédio* (obsoleto) e *mula* (coloquial/grosseiro) poderiam enfatizar os dados apresentados pelos pós-comentários e, ademais, manter a coerência com os demais verbetes, que possuem, concomitantemente, marcas e notas de uso. No entanto, aproveitamos para questionar a relevância da inclusão de palavras obsoletas ou de pouco uso num dicionário de uso, tais como *cólofon*, *esponsais*, *ludopédio* e *quebra-luz*, palavra não marcada e nem provida de pós-comentário, mas que, claramente, possui uso menos preferencial que *abajur*⁷².

É possível notar também que as palavras *bicha*, *bucho* e *gato* (sublinhadas na listagem acima) se repetem em mais de uma categoria de marcas de uso, dada a marcação distinta das diversas acepções que possuem:

⁷² Ao consultar o verbete *abajur*, que se encontra como equivalência léxica no verbete *quebra-luz*, há o seguinte pós-comentário: “Empréstimo do Fr para o qual foram propostos *quebra-luz*, *pára-luz*, *lucivelo*, *lucivéu*, *pala*, *pantalha*, *refletidor*, etc. No Brasil, só vingou o primeiro; o segundo teve 2 oc em textos de 1897 e 1917. O terceiro tem três oc seguidas num mesmo texto (FSP), mas em tom jocoso e metalinguístico” (DUPC, 2004, s.v. *abajur*). Das variantes elencadas, são lematizadas (com equivalência léxica também a *abajur*) *lucivelo* (além da equivalência léxica, traz um pós-comentário que atesta o seu pouco uso) e *pantalha* (além da equivalência léxica a *abajur*, apresenta equivalência com *quebra-luz*).

BICHA bi.cha **Sf** (...) (*Coloq*) **2** lombriga: Criança que tem bichas gosta de comer terra. **3** homossexual masculino **4** (*Reg:NE*) cachaça **5** (*Lus*) fila. (...) (DUPC, 2004, s.v. *bicha*)

BUCHO bu.cho **Sm** (...) (*Coloq*) **2** estômago humano (...) (*Deprec*) **4** pessoa gorda e desençonçada (...) (DUPC, 2004, s.v. *bucho*)

GATO ga.to **Sm** (...) **3** (*Coloq*) ladrão; gatuno (...) **4** (*Coloq*) pessoa jovem, atraente e sensual (...) **5** (*Reg: SP*) intermediário entre o trabalhador braçal e o dono do serviço; empreiteiro de mão-de-obra (...) **6** ligação clandestina de luz (...) **7** no jogo do bicho, conjunto de dezenas de 53 a 56, correspondente ao número 14. **8** (*Art Gráf*) troca de uma palavra por outra; erro; engano (...) **9** (*Desp*) jogador que diminui a idade em registro oficial (...) (DUPC, 2004, s.v. *gato*)

Outro aspecto que se nota é a inclusão de lusitanismos na macroestrutura (*bicha*, significando *fila*, *cabra*, significando *prostituta*, *fezada*, significando *palpite* e *puto*, significando *menino*). A esse respeito, o DUPC (2004, p. VIII) afirma que:

Independentemente da ocorrência no *corpus*, foram feitas notações sobre o uso lusitano contemporâneo da língua portuguesa, tanto no que diz respeito a determinadas acepções dos itens que ocorrem no Brasil quanto a itens léxicos que só ocorrem na variedade lusitana.

Essa afirmação justifica o título desse dicionário, que não especifica, assim como faz o DUPB (2002), tratar da variedade brasileira do português. No entanto, é pertinente questionarmos se a inclusão de lusitanismos não implicaria muito mais um inchamento da macroestrutura dessa obra do que a possibilidade de informar ao usuário acerca da existência de palavras e acepções próprias do português europeu. Considerando o viés escolar o qual se atribui o DUPC (2004), a inclusão de lusitanismos somente seria válida caso os consulentes escolares brasileiros tivessem acesso a textos escritos em português lusitano, o que sabemos que, na prática, não ocorre, uma vez que o ensino de literatura no país, em grande medida, dedica-se muito mais à literatura brasileira do que à portuguesa, além do fato que não nos atrevemos a discutir aqui, por fugir ao tema proposto, da precariedade do ensino dessa disciplina nas escolas.

Assim como no DUPB (2002), nos questionamos sobre a relevância da inclusão de palavras desusadas em um dicionário de uso. Por um lado, como o principal critério de seleção lematizada foi a frequência, as palavras marcadas como desusadas atingiram o ponto de corte de ocorrência mínima no *corpus* e, por isso, foram lematizadas. Como solução a esse “problema”, o DUPC (2004) utilizou as marcas e notas de uso, o que comprova que, em relação ao DUPB (2002), há muito mais consciência do papel normativo que desempenha um dicionário perante o consulente.

4.2.6. Exemplos ou abonações

Ao contrário do DUPB (2002), que traz exemplos para todas as palavras lematizadas, o DUPC (2004) faz uso desse segmento informativo apenas quando necessário. Na primeira parte do *front matter* encontra-se a justificativa para essa decisão:

Cada palavra ou acepção deve ajustar-se a um contexto explícito. Este expediente não apenas mostra como a palavra está sendo usada, mas também sugere pistas para seu uso, ou seja, para a criação de textos. A ausência de contexto significa que a contextualização é muito simples ou muito comum ou que a palavra funciona mais na recepção do texto, como acontece com os tecnicismos. Nesse caso, quando está presente, acrescenta mais alguma informação à definição. (DUPC, 2004, p. 1)

Adiante, ainda no *front matter*, essa característica é enfatizada:

A contextualização é sistemática, sendo dispensada apenas quando o item léxico, geralmente substantivo concreto, só comporta uma acepção ou mais de uma perfeitamente delimitada e bastante corrente (...), quando seu sentido é facilmente contextualizável ou, então, quando a própria definição já sugere a contextualização, como acontece muito com os tecnicismos. (DUPC, 2004, p. X)

A análise realizada revelou cinco aspectos, os três últimos ocorrentes também no DUPB (2002):

-
- a) lemas não apresentam exemplos (*azuleno*, *cepecista* e *ciberespaço*);
 - b) ilustrações são usadas como exemplos (*bico-de-viúva*);
 - c) a paráfrase explanatória não é clara e o exemplo tampouco (*celetista*, *eletrolítico* e *gnosticismo*), implicando a necessidade de realizar nova busca.
 - d) o exemplo esclarece a paráfrase explanatória (*cicatrizado*);
 - e) o exemplo atesta um uso não assinalado em alguma parte do verbete (*bola*);

Embora não esteja marcado como tal, o lema *azuleno* é um tecnicismo e, por isso, não apresenta exemplo:

AZULENO a.zu.le.no **Sm** hidrocarboneto líquido de cor azul intensa encontrável em alguns óleos voláteis e no alcatrão líquido⁷³. (DUPC, 2004, s.v. *azuleno*)

Assim como mencionamos na análise da mesma palavra no DUPB (2002), embora não seja possível que o usuário saiba, exatamente, o que é *azuleno*, sabe que se trata de uma substância líquida de cor azul. O exemplo nesse caso, como realizado pelo DUPB (2002), poderia agregar uma informação mais específica, no que diz respeito à aplicabilidade e função dessa substância:

azuleno *Nm* hidrocarboneto líquido de cor azul intensa encontrável em alguns óleos vegetais e no alcatrão líquido: *Nos bochechos, aplaca aftas e gengivite. Um de seus segredos é o azuleno. Sólido extraído do óleo, é cicatrizante, antiinflamatório, antialérgico* (FSP); *Creme pós-barba com azuleno* (FSP) (DUPB, 2002, s.v. *azuleno*)

A palavra *cepecista*, apesar de manter o uso de siglas, é definida de forma que o usuário só necessitaria consultar, ao final da obra, a lista de siglas, caso quisesse saber o significado de CPC (Centro Popular de Cultura) e UNE (União Nacional dos Estudantes).

⁷³ A definição de *azuleno*, bem como as definições de *celetista*, *gnosticismo* e *usina* são iguais às definições do DUPB (2002) para as mesmas palavras. Esse é um dos motivos que nos leva a acreditar que o DUPC (2004) seria a segunda edição do DUPB (2002).

CEPECISTA ce.pe.cis.ta **S** integrante do CPC, entidade criada em 1961 pela UNE com o objetivo de conscientizar as massas para a cultura nacional. (DUPC, 2004, s.v. *cepecista*)

No entanto, foi possível verificar que o significado de *cepecista* registrado pelo DUPC (2004) não é o mesmo registrado pelo DUPB (2002)⁷⁴. Portanto, o usuário poderia obter o significado errado caso estivesse buscando a palavra *cepecista* em um contexto diferente do apresentado por um e outro dicionário. Seria pertinente, assim, que ambas as obras lematizassem o segundo significado de *cepecista*.

Em *ciberespaço*, a definição é bastante simples e clara, o que dispensa a presença de exemplos ou abonações:

CIBERESPAÇO ci.be.res.pa.ço (*Ing*) **Sm** espaço das comunicações por redes de computadores; internet. (DUPC, 2004, s.v. *ciberespaço*)

Lembremos que o DUPB (2002) produziu uma definição complexa o bastante para motivar a consulta a outros verbetes. E, apesar de presentes, os exemplos, nesse caso, não foram úteis para o esclarecimento dos significados.

O verbete *bico-de-viúva* apresenta uma característica do DUPC (2004) que não está presente em seu antecessor, a saber, o uso de ilustrações com o intuito de cumprir a função do exemplo:

BICO-DE-VIÚVA bi.co-de-vi.ú.va **Sm**
formato de couro cabeludo em que o cabelo nasce em bico ou ponta. (DUPC, 2004, s.v. *bico-de-viúva*)



No caso desse verbete, a definição não é suficientemente clara. No entanto, a ilustração não contribui para o esclarecimento da paráfrase, posto que parece que *bico-de-viúva* é um coque. A definição do DUPB (2002) é muita mais clara:

⁷⁴ CPC é sigla tanto de Centro Popular Cultural quanto de Código de Processo Civil, ao qual se referiu o DUPB (2002).

bico-de-viúva *Nm* forma do nascimento do cabelo, o qual se apresenta como um bico no meio da testa: *cabelos no meio, a risca partindo do seu bico-de-viúva.* (DUPB, 2002, s.v. *bico-de-viúva*)

Para que a ilustração apresentada pelo DUPC (2004) auxiliasse na compreensão do significado da palavra *bico-de-viúva*, deveria ser semelhante ao desenho abaixo, onde o que se conhece por *bico-de-viúva* está mais evidente:



Fig. 1: *bico-de-viúva* – ilustração sugerida

O emprego de ilustrações é uma característica mencionada na contracapa do dicionário (283 ilustrações). Contudo, o *front matter* do DUPC (2004) não fornece nenhuma informação mais específica a esse respeito, como, por exemplo, o que determinou que palavras como *bico-de-viúva*, *biguá*, *cherne*, *chimpanzé* e *chinchila*, para citar apenas alguns exemplos, tivessem exemplos no formato de ilustração e, por outro lado, palavras como *ceifadeira*, *colibri*, *jatobá* e *pega-rapaz* não.

No que diz respeito às palavras cujas paráfrases e exemplos implicam em nova busca, *celetista* apresenta o mesmo problema que apresentou no DUPB (2002), isto é, o uso de siglas é determinante para a pouca clareza das definições e, conseqüentemente, dos exemplos:

CELETISTA *ce.le.tis.ta S 1* funcionário cujo vínculo empregatício é regido pela CLT: *Os celetistas podem ser dispensados do trabalho a qualquer momento, desde que cumpram as indenizações legais.* **Adj 2** regido pela CLT: *Servidores celetistas passarão a ser estatutários com direito à aposentadoria e FGTS.* (DUPC, 2004, s.v. *celetista*)

A leitura das duas primeiras acepções de *eletrolítico*, e de seus respectivos exemplos, torna necessária a consulta ao verbete *eletrólise* que, por sua parte, implica a busca à eletrólito:

ELETROLÍTICO e.le.tro.lí.ti.co **Adj 1** em que há eletrólise; que se processa por meio de eletrólise: *o processo eletrolítico da obtenção do peróxido de hidrogênio*. **2** próprio para a eletrólise: *uma solução eletrolítica*. **3** que acelera a reposição de sais minerais no organismo: *A seleção consome bebidas eletrolíticas*. (DUPC, 2004, s.v. *eletrolítico*)

ELETRÓLISE e.le.tró.li.se **Sf** (*Fís-Quím*) produção de alterações químicas pela passagem de corrente elétrica através de um eletrólito. (DUPC, 2004, s.v. *eletrólise*)

ELETRÓLITO e.le.tró.li.to **Sm** (*Electric*) substância condutora de eletricidade, na qual o transporte de carga é feito por meio de íons. (DUPC, 2004, s.v. *eletrólito*)

Em *gnosticismo*, não obstante o exemplo apresente uma informação a mais sobre a palavra, isso não torna desnecessária a busca por *gnose*:

GNOSTICISMO gnos.ti.cis.mo **Sm** movimento religioso-filosófico da Antiguidade que pretendia conciliar todas as religiões explicando-as pela gnose: *O gnosticismo antigo era uma religião das elites*. (DUPC, 2004, s.v. *gnosticismo*)

GNOSE gno.se **Sf** (*Filos*) conhecimento; sabedoria; saber: *O filósofo sintetizou o platonismo e a gnose islâmica*. (DUPC, 2004, s.v. *gnose*)

A primeira acepção (e o respectivo exemplo) do lema *cicatrizado* levariam também o usuário a buscar a palavra *cicatriz*. No entanto, a segunda acepção, em conjunto com o respectivo exemplo, esclarece perfeitamente o significado de *cicatrizado*:

CICATRIZADO ci.ca.tri.za.do **Adj 1** fechado com formação de cicatriz: *ferida cicatrizada* **2** com marca de fermento já curado: *tinha o corpo todo cicatrizado*. (DUPC, 2004, s.v. *cicatrizado*)

O exemplo correspondente ao lema *bola* é um caso no qual o exemplo não atesta um uso assinalado no verbete.

A sexta acepção de *bola* apresenta o mesmo problema que verificamos no DUPB (2002), ou seja, registra uma expressão idiomática como se fosse uma acepção comum:

BOLA (...) **6** (*Coloq*) juízo: *O vizinho parece que está sofrendo da bola.* (...) (DUPC, 2004, s.v. *bola*)

A análise dos verbetes referentes ao tema dos exemplos ou abonações nos permitiu concluir que, em muitos casos, a paráfrase explanatória e o exemplo (ou abonação) são segmentos informativos cuja funcionalidade de um depende da funcionalidade do outro. Por outro lado, concluímos também que, em virtude a clareza da paráfrase explanatória, nem sempre os exemplos são necessários. Finalmente, ficou evidente que ainda é preciso refinar um pouco mais os critérios de emprego de definições sinonímicas (em que casos o seu uso no lugar da paráfrase analítica representaria um ganho para o usuário) e, no caso do DUPC (2004), das ilustrações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia foi concebida com a finalidade de investigar o que os dicionários analisados entendem por “uso” e como isso se reflete em sua constituição no que diz respeito à orientação oferecida a seus possíveis usuários. Para isso, foi necessário, antes das análises dos dicionários, discutir algumas questões linguísticas e metalexográficas.

Primeiramente, explicitamos o aporte teórico empregado nesse estudo, procurando salientar a sua importância para alcançar os objetivos pretendidos bem como nossa maneira de considerar as questões salientadas ao longo do trabalho. No capítulo 1, intitulado *Definindo norma, correção e uso*, começamos definindo o conceito de norma a partir dos estudos de Coseriu (1979). Em seguida, ainda considerando a teoria coseriana, que concebe a língua como um diassistema cuja variação e a mudança são representadas por eixos, abordamos a questão da mudança linguística em face das crenças inerentes às comunidades idiomáticas a respeito de uma aparente imutabilidade da língua que falam. Posteriormente, contextualizamos essa questão em relação à situação verificada no Brasil, discutindo alguns aspectos que dificultam o estabelecimento de uma norma ideal mais adequada ao português brasileiro. Após isso, delineamos uma breve reflexão acerca da necessidade de que a noção de correção idiomática sobre a qual se apoia a comunidade idiomática brasileira mude, obtendo para isso a ajuda dos estudos da linguagem em conjunto com a escola, que cumpririam um papel fundamental nessa mudança.

O segundo capítulo, denominado *O dicionário e a normatividade*, trata de explicar como os dicionários se configuram, por sua própria natureza e pela expectativa do usuário ao consultá-los, como instrumentos normativos. Nesse ponto, defendemos que um dicionário pretensamente descritivo na teoria, não é metodologicamente possível, tendo em vista seu caráter inerentemente normativo e o *status* de autoridade que lhe é atribuído pela sociedade. Em um segundo momento, esboçamos uma definição genotípica de um dicionário de uso a partir de critérios linguísticos e funcionais. Por fim, defendemos que os dicionários de uso apresentariam melhores condições, por suas características genotípicas, de apresentar mais adequadamente os

falantes a norma real de uma língua, aspecto um pouco mais aprofundado no capítulo 3, *Por que dicionários de uso?*

O capítulo 4, finalmente, contém a análise dos dicionários no que tange a seis aspectos que nos permitiram atingir nossos objetivos:

- 1) a constituição dos *corpora* (quantidade de textos, gêneros textuais e regiões);
- 2) os *front matter* (concepção de uso, teoria subjacente à obra e estrutura dos verbetes);
- 3) distinção entre as variantes type/token;
- 4) indicação sintática;
- 5) marcas e notas de uso;
- 6) exemplos ou abonações.

Em relação à constituição dos *corpora*, em ambos os dicionários verificamos que, de fato, foi conferida à linguagem jornalística maior espaço dentro do banco de dados da UNESP, o que está de acordo com o que defendemos sobre ser essa a variedade que mais se aproximaria da norma ideal do português brasileiro, registrando usos reais e, ao mesmo tempo, não marcados. Contudo, os dados revelaram que a recolha dos textos, tanto no DUPB (2002) quanto no DUPC (2004), ficou restrita à prosa jornalística de São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, notamos que os textos das demais regiões do país foram utilizados como amostras de outros gêneros textuais, de menor representatividade no *corpus* em relação ao jornalístico. As regiões sul e nordeste, por exemplo, assim como demonstramos na seção referente às marcas e notas de uso, claramente contribuíram para a marcação dos regionalismos, visto que foram selecionadas obras marcadamente regionais como *Contos Gauchescos*. Esses fatos nos permitiram questionar se, por acaso, a escolha das amostras não estaria revelando que esse recorte diatópico SP-RJ foi considerado representativo do português brasileiro em geral. Concluímos, no entanto, que se caso os autores tivessem previsto tal efeito, o *corpus* seguramente seria mais homogêneo, com amostras de periódicos de outros estados, por exemplo.

No que se refere à análise das introduções dos dicionários, nenhum deles explicitou, objetivamente, o que entende por uso. O DUPB (2002, p. IV) apenas afirma que é um “instrumento indispensável para o uso correto da língua portuguesa”, sem tampouco precisar o que entende por correção. Nesse sentido, poder-se-ia pensar que esse dicionário possui um caráter normativo. Por outro lado, ao dizer que “para melhor

entender o *uso*, optou-se por registrar as estruturas sintáticas ligadas ao sistema de complementação da língua” (*ibid*), parece que esboça-se um objetivo descritivo. Já o DUPC (2004, p. I) afirma fornecer uma “orientação objetiva quanto ao uso preferencial (para opção do consulente)”, o que nos parece um posicionamento muito mais claro do que o do seu antecessor, uma vez que está evidente que entende uso como orientação idiomática, isto é, reconhece o efeito normativo inerente aos dicionários.

Essa disparidade entre o que definem as obras em relação ao uso se manteve ao longo de nossas análises. Como se pode perceber, em todos os aspectos, o DUPC (2004) desempenhou muito mais consequentemente a função de orientação idiomática. O emprego ostensivo de notas de uso é um claro exemplo do objetivo normativo a que se propôs tal obra. Sendo assim, é possível dizer que, considerando o perfil de usuário estipulado por um e outro dicionário, o DUPC (2004) foi muito mais adequado, ao passo que ao DUPB (2002) ficou faltando especificar mais o suposto consulente, uma vez que, definitivamente, esse dicionário não está destinado tão genericamente “aos usuários da língua escrita” (p. VI) conforme afirma estar.

O DUPB (2002), portanto, não pode ser considerado um genótipo lexicográfico, posto que não cumpre adequadamente com a tarefa de mostrar explicitamente ao usuário como o português brasileiro está sendo usado, uma vez que as informações nele dispostas não demonstram estarem visando à possíveis dificuldades que motivem a consulta do usuário. Assim, ele seria um dicionário “aparentemente descritivo”, mas que, implicitamente, acaba preferindo certos usos, como bem provou a análise da indicação sintática, por exemplo. Pode-se dizer, contudo, que possui um “caráter” de uso. O DUPC (2004), por sua vez, pelos critérios que tornam as informações discretas e discriminantes numa obra lexicográfica (necessidade de considerar certo tipo de informação no artigo léxico, o lugar que essa informação pode (ou deve) ocupar dentro do artigo léxico, as necessidades do usuário e o tipo de dicionário), também não pode ser considerado um genótipo, pois em alguns casos, as possíveis necessidades do consulente não foram devidamente previstas e, consequentemente, a estruturação do verbete não cumpriu com a função de orientação explícita. Além disso, não foi possível delimitar, por exemplo, em que casos empregam-se as notas de uso, algo que deveria estar declarado na introdução da obra. Apesar disso, o DUPC (2004) está, em nossa opinião, muito mais próximo de tornar-se um genótipo do que o DUPB (2002). Defendemos a esse respeito, por considerar o fato de que esses dicionários foram

elaborados a partir do mesmo *corpus* e pelo mesmo lexicógrafo, ambos como projetos acadêmicos, que o DUPC (2004) seria a reedição do DUPB (2002), inclusive porque não apresenta, em muitos casos, os mesmos problemas verificados em seu precursor.

Limites do estudo e perspectivas

Primeiramente, no nível da norma, não pudemos ir mais além do que Zanatta (2006; 2010) e Peruzzo (2007) propuseram como possível fonte da norma ideal brasileira (a linguagem jornalística), uma vez que, até o momento, essa parece ser a solução mais pertinente.

Em relação à taxonomia de dicionários, nos limitamos apenas a esboçar o que seria um genótipo de dicionários de uso, não nos aprofundando em seu contraste com outras obras, visto que essa tarefa exige um tempo de estudo maior. Procuramos apenas ressaltar que um dicionário de uso não é um dicionário geral, basicamente pelo critério de seleção lexical, mais restrita.

No tocante ao emprego da teoria das valências pelo DUPB (2002), não foi possível nos apropriarmos completamente da teoria com vistas a testá-la na obra de maneira exaustiva, inclusive porque esse tema renderia um trabalho exclusivamente sobre o tratamento lexicográfico da sintaxe e da semântica do português brasileiro. Portanto, nos restringimos a levantar hipóteses sobre possíveis usos não marcados ou, quem sabe, não previstos pela notação realizada nos verbetes e que, nesse sentido, prejudicariam a orientação oferecida ao consultante.

Outra limitação desse trabalho foi que, apesar de constatararmos que a avaliação da pertinência dos exemplos ou abonações está intimamente relacionada com a qualidade das paráfrases explanatórias, por tratar-se de um tema extremamente complexo, que necessitaria também de uma dedicação pesada aos estudos de teorias semânticas, não entramos no mérito da discussão sobre as construções de definições, embora elas sejam a parte fundamental de uma obra lexicográfica.

Finalmente, gostaríamos de salientar que, embora por vezes tenham sido feitas afirmações bastante incisivas sobre os dicionários analisados, em hipótese alguma tivemos como intenção invalidar o trabalho de anos da equipe de uma das melhores universidades do Brasil, passando a imagem de que não se tratam de obras de qualidade, inclusive porque o número de verbetes analisados não nos permitiria uma atitude tão

ousada. Seguimos mantendo nossa opinião de que, em face dos dicionários gerais disponíveis no Brasil (os quais também não desmerecemos), apesar de não serem genótipos lexicográficos, de acordo com nossa avaliação, o DUPB (2002) e o DUPC (2004) representam, indiscutivelmente, um ganho não só para a lexicografia de língua portuguesa, como também para o consulente brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é e como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. **Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- _____. **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENEDUZI, R. Análise das definições em quatro dicionários semasiológicos da língua portuguesa e propostas de emendas. **Ao Pé da Letra**, Recife, v. 6, n. 2/2, p. 183-190, 2004.
- BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. São Paulo: Manole, 2004.
- BIDERMAN, M. T. O dicionário padrão de língua. **Alfa**, n. 28, p. 27-43, 1984.
- _____. A face quantitativa da linguagem: um dicionário de frequências do português. **Alfa**, v.42, p.161-181, 1998.
- _____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A.M.P.P., ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. Campo Grande: UFSM, p. 131-144, 2001.
- _____. Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. **Alfa**, v. 47, p. 53-69, 2003.
- BUGUEÑO, F. M. Panorama da lexicografia brasileira de orientação semasiológica. In: BATTISTI, E.; COLLISCHONN, G. (Org.). **Língua e Linguagem: perspectivas de investigação**. Pelotas: EDUCAT, 2011, p. 173-206.
- _____. O que o professor deve saber sobre a nominata do dicionário de língua. **Revista Língua e Literatura**, v. 6 e 7, n. 10/11, p. 17-31, 2004/2005.
- _____. FARIAS, V. S. Demandas curriculares e lexicografia: Os dicionários escolares são adequados para a produção textual? **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 9, p. 167-190, 2011a. Disponível em: < <http://www.revel.inf.br/pt>>.
- _____.; _____. Da microestrutura em dicionários semasiológicos do português e seus problemas. In: **Estudos da língua(gem)**, v. 9, p. 39-69, 2011b.

-
- _____.; _____. Desenho da macroestrutura de um dicionário escolar de língua portuguesa. In: XATARA, C.; BEVILACQUA, C.; HUMBLÉ, F. (Org.). **Lexicografia Pedagógica: Pesquisas e Perspectivas**. Florianópolis: UFSC/NUT, 2008, p. 129-167.
- _____.; _____. Panorama crítico dos dicionários escolares brasileiros. In: **Lusorama**, n. 77-78, Frankfurt am Main, p. 29-78, 2009.
- _____.; _____. Informações discretas e discriminantes no artigo léxico. In: **Cadernos de Tradução**, v.2, n.18, 2006, p. 115-135.
- CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- COSERIU, E. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- _____. **Teoria da linguagem e linguística geral**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, C.A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FARIAS, V. S. Considerações preliminares sobre o pós-comentário na microestrutura de dicionários semasiológicos. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 9, p. 109-139, 2011. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/pt>>.
- _____. O exemplo como informação discreta e discriminante em dicionários semasiológicos de língua portuguesa. **Alfa**, v. 52, p. 101-122, 2008.
- _____. Dicionários escolares de língua portuguesa: uma breve análise de aspectos macroestruturais. **Lusorama**, v. 71-72, 2007, p. 160-206.
- _____. La presentación del comentario semántico en los diccionarios escolares. **Revista de Letras** (Curitiba), v. 70, p. 183-205, 2006.
- FONTE, J. S. As informações gramaticais disponíveis no Dicionário de Usos do Português do Brasil. In: **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 9, n. 17, p. 68-93, 2011. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/pt>>.
- FORNARI, M. K.; BUGUEÑO, F. B. Análise do dicionário de usos do português do Brasil. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, v.4, n.4, 2006.
- _____. Concepção e desenho do front matter do dicionário de falsos amigos espanhol-português. In: **Revista Voz das Letras**, n.9, p. 1-15, 2008. Disponível em: <<http://www.nead.uncnet.br/2009/revistas/letras/9/95.pdf>>.

-
- HAENSCH, G. et al. **La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982.
- HARTMANN; JAMES, G. **Dictionary of lexicography**. London: Routledge, 2001.
- HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- ISQUERDO, A. N. Os estudos lexicográficos no Brasil: um percurso histórico. In: CARDOSO, S.; MEJRI, S.; MOTA, J. (org.). **Os dicionários: fontes, métodos e novas tecnologias**. Salvador: Vento leste, 2011.
- KRIEGER, M. G. Tipologia de dicionários: registros de léxico, princípios e tecnologias. **Calidoscópico**, v. 4, n. 3, p. 141-147, 2006.
- LEITE, Y.; CALLOU, D. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MONTANARI, M.; PERROTTI, E. M. **Superdicas para manter seu português em ordem**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MORENO, C. **Guia prático do português correto v. I**. São Paulo: L&PM, 2003a.
- _____. **Guia prático do português correto v. II**. São Paulo: L&PM, 2003b.
- _____. **Guia prático do português correto v. III**. São Paulo: L&PM, 2005.
- _____. **Guia prático do português correto v. IV**. São Paulo: L&PM, 2010.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2011.
- NUNES, J.H. Dicionários: história, leitura e produção. *Revista de Letras*, v.3, n.1/2, p. 6-21, 2010.
- PERINI. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.
- _____. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2007.
- PERUZZO, M. S. **Como lidar com os neologismos no texto jornalístico?** 2007. 141f. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.
- PIMENTEL, C. **Português descomplicado**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- SACCONI, L. A. **Não erre mais!** São Paulo: Nova geração, 2011.
- TUCCI, W. **A invasão dos erros de português**. São Paulo: Scipione, 2005.
- SCHAFF, A. **Introdução à semântica**. Coimbra: Almedina, 1968.
- VAREJÃO, F. O. A. O português do Brasil: Revisando a história. In: **Cadernos de Letras da UFF**, n. 39, p. 119-137, 1999.

WELKER, H. A. **Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia**. Brasília: Thesaurus, 2004.

_____. A valência verbal em três dicionários brasileiros. In: **Linguagem e Ensino**, v. 8, n. 1, 2005, p. 73-100.

ZANATTA, F. **Análise de dicionários de uso do espanhol e do português**. 2006. 83f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

_____. **A normatividade e seu reflexo em dicionários semasiológicos de língua portuguesa**. 2010. 270f. Dissertação (Mestrado em Teorias Linguísticas do Léxico). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

DICIONÁRIOS

ALMEIDA, N. M. **Dicionário de questões vernáculas**. São Paulo: Lcte, 1994.

AuE. FERREIRA, A.B de H. **Novo Dicionário Aurélio do Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Caldas Aulete Digital. UOL. **iDicionário Aulete**. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital>.

DPD. REAL Academia Española. **Diccionario Pahnispánico de Dudas**. Disponível em: <www.rae.es>.

DPRN. LUFT, C. P. **Dicionário Prático de Regência Nominal**. São Paulo: Ática, 2010.

DPRV. LUFT, C. P. **Dicionário Prático de Regência Verbal**. São Paulo: Ática, 2010.

DRAE. REAL Academia Española. **Diccionario de la Real Academia Española**. Disponível em: <www.rae.es>.

DUE. MOLINER, M. **Diccionario de Uso del Español**. Madrid: Gredos, 1998.

DUEAE. VOX. **Diccionario de Uso del Español de América y España**. Barcelona: SPES Editorial, 2003.

DVR. FERNANDES, F. **Dicionário de Verbos e Regimes**. Rio de Janeiro: Globo editora, 2003.

GDUEA. **Gran Diccionario de Usos del Español Actual**. Madrid: SGEL, 2001.

HouE. HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

Mi (1998). MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

VOLP. ACADEMIA Brasileira de Letras. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Disponível em: <

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23>>.

APÊNDICE 1 – FREQUÊNCIAS COMPARADAS

Frequências Comparadas (distinção type/token)

	DUPB (2002)	Corpus Brasileiro http://corpusbrasileiro.pucsp.br/x/	Corpus do Português http://www.corpusdoportugues.org/x.asp	Google
1	abdome/abdômen	3641 / 2114	abdômen	830.000 / 1.710.000
2	amígdala/amídala	1772 / 41	amígdala	75.800 / 72.800
3	assobiar/assoviar	175 / 31	6,17 / 0,16	116.000 / 69.400
4	bravo/brabo	1414 / 325	13 / 0,8	7.500.000 / 842.000
5	butuca/botuca	6 / 3	-	51.700 / 10.800
6	catorze/quatorze	1411 / 3931	0,98 / 1,02	818.000 / 2.120.000
7	quociente / cociente (não registra)	2329 / 120	quociente	413.000 / 22.900
8	curinga/coringa	176 / 102	0,30 / 3,33	549.000 / 1.860.000
9	cuspo/cuspe/guspe	26 / 131 / 2	3,69 / 0,27 / -	48.900 / 156.000 / 7.140
10	degelar/desgelar (não registra)	22 / 0	degelar	26.100 / 2.870
11	endemniado/endemoninhado	22 / 35	0,04 / 27,00	37.500 / 44.800
12	enfarte/enfarto/ infarto / infarte	284 / 66 / 9395 / 20	3,94 / - / 0,25 / -	308.000 / 301.000/ 1.720.000/ 327.000
13	levantar/alevantar	13167 / 8	47, 04 / 0,02	7.300.000 / 845.000
14	louro/loiro	779 / 474	1,67 / 0,60	2.480.000 / 3.140.000
15	maquilagem / maquiagem	140 / 2587	0,32 / 3,10	1.470.000 / 26.300.000
16	ótica/óptica	-	0,52 / 1,93	8.630.000 / 5.450.000
17	relampaguear/relampear/relampejar	7 / 0 / 20	2,25 / 0,50 / 2,00	4.800 / 14.300 / 15.400
18	ruge/rouge	114 / 188	2,38 / 0,42	161.000 / 2.710.000
19	umbigo/embigo	1173 / 5	11,13 / 0,09	1.460.000 / 10.600
20	verruca/berruga	177 / 5	verruca	155.000 / 8.690

	DUPC (2002)	Corpus Brasileiro http://corpusbrasileiro.pucsp.br/x/	Corpus do Português http://www.corpusdoportugues.org/x.asp	Google
1	abdome/abdômen	3641 / 2114	abdômen	830.000 / 1.710.000
2	amígdala / amídala (não registra)	1772 / 41	amígdala	75.800 / 72.800
3	assobiar/assoviar	175 / 31	6,17 / 0,16	116.000 / 69.400
4	bravo/brabo	1414 / 325	13 / 0,8	7.500.000 / 842.000
5	butuca/botuca	6 / 3	-	51.700 / 10.800
6	quatorze / catorze	3931 / 1411	1,02 / 0,98	2.120.000 / 818.000
7	quociente / cociente (não registra)	2329 / 120	quociente	413.000 / 22.900
8	curinga/coringa	176 / 102	0,30 / 3,33	549.000 / 1.860.000
9	cuspe/cuspo / guspe	26 / 131 / 2	3,69 / 0,27 / -	48.900 / 156.000 / 7.140
10	degelar/desgelar (não registra)	22 / 0	degelar	26.100 / 2.870
11	endemoniado/endemoninhado	22 / 35	0,04 / 27,00	37.500 / 44.800
12	infarto / infarte (não registra) /enfarte/enfarto	9395 / 20 / 284 / 66	0,25 / - / 3,94 / -	1.720.000 / 327.000 / 308.000 / 301.000
13	levantar/alevantar	13167 / 8	47,04 / 0,02	7.300.000 / 845.000
14	louro/loiro	779 / 474	1,67 / 0,60	2.480.000 / 3.140.000
15	maquiagem / maquilagem	2587 / 140	3,10 / 0,32	26.300.000 / 1.470.000
16	ótica/óptica	-	0,52 / 1,93	8.630.000 / 5.450.000
17	relampejar / relampaguear/relampear	20 / 7 / 0	2,00 / 2,25 / 0,50	15.400 / 4.800 / 14.300
18	rouge / ruge	188 / 114	0,42 / 2,38	2.710.000 / 161.000
19	umbigo/embigo	1173 / 5	11,13 / 0,09	1.460.000 / 10.600
20	verruca/berruga	177 / 5	verruca	155.000 / 8.690

